

SESSÕES DO PLENÁRIO

46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de junho de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Chegou à Mesa o Requerimento: (Lê) “*Exm.^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O projeto de Lei Complementar n.º 137/2019, de autoria do Poder Executivo, que Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Algodão, da Bacia do Paramirim, da Bacia do Velho Chico, da Bacia do Rio Grande, da Chapada Diamantina, do Extremo Sul, de Irecê, do Litoral Norte e Agreste Baiano, do Litoral Sul e Baixo Sul, do Médio Sudoeste da Bahia, do Piemonte-Diamantina, do Piemonte do Paraguaçu, do Recôncavo, do São Francisco Norte, do Semiárido do Nordeste, do

Sisal-Jacuípe, da Terra do Sol, de Vitória da Conquista e do Portal do Sertão, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2019.”

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, minha questão de ordem deve-se ao fato de requerer de V. Ex.^a que possamos fazer a conferência dessa lista.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Assinaram os seguintes deputados: Alan Castro, Alex Lima, Antônio Henrique Junior, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Jacó, Jusmari Oliveira, Marcelo Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Olívia Santana, Robinson, Rosemberg Pinto, Zé Cocá, Zé Raimundo, Zó... Suficiente?

O Sr. Targino Machado: São quantos, Excelência?

(O Sr. Presidente procede à contagem dos requerentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 23.

O Sr. Targino Machado: Pois não, Excelência. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, por participar da Sessão Itinerante da Comissão de Agricultura e Política Rural na abertura do Bahia Farm Show, no Município de Luiz Eduardo Magalhães, esteve ausente na Sessão do dia 28/5/2019.

Do Deputado Bobô comunicando que, devido à agenda de viagens a serviço do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 28, 29 e 30/5/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Submeto ao plenário as atas das 42^a e 43^a sessões ordinárias, ocorridas nos dias 27 e 28 de maio de 2019, respectivamente.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados, que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar o Pequeno Expediente, o deputado Robinson Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, demais que visitam esta Casa no dia de hoje. Presidente, o inusitado do dia é que o país com 13,8 milhões de desempregados, com uma recessão econômica que fez com que o PIB fosse negativo nesse primeiro trimestre, com

demandas na área da Educação – que tem mais de 30% de corte do orçamento das instituições públicas federais –, com problemas de financiamento da Saúde, e o presidente da República vai à Câmara dos Deputados levar uma proposta para aumentar o limite de pontos na Carteira Nacional de Habilitação para aqueles que cometem infração no trânsito.

Sinceramente, ele não tem nenhuma noção do que é o cargo de presidente da República e de quais são as prioridades do nosso país. Enquanto o nosso povo está sofrendo com o desemprego, com a fome que voltou a assolar o nosso país, com as dificuldades das famílias, ele está preocupado com uma agenda secundária e, pessoalmente, coloca o seu dia a dia a serviço de miudezas. Como se não bastasse isso, na semana passada, ele também saiu do Palácio do Planalto – a pé – e foi até a Câmara prestigiar uma sessão. Uma sessão convocada pelo ator pornô, hoje deputado Alexandre Frota, em homenagem a um comediante brasileiro.

Então, a cidadania brasileira assiste, perplexa, a esse desempenho sofrível do presidente Jair Bolsonaro. É a pessoa errada, no lugar errado, no momento errado, que não consegue dirigir o destino da nossa nação. Infelizmente, o Brasil está sofrendo e não vê nenhuma luz no final do túnel, com um presidente despreparado como esse que nós temos.

Por outro lado, presidente, eu quero, aqui, parabenizar o governador Rui Costa, que tem ciência das prioridades do nosso estado. E que quando viaja traz investimentos concretos, que tem uma relação direta com a população, inaugurando obras, dando ordem de serviço, fazendo com que a Bahia enfrente a crise de cabeça erguida.

Ontem mesmo, eu participei de um evento de formação de mais três consórcios de saúde: da Região da Chapada, do Extremo Sul do estado e da Região Sisaleira. Colocando, assim, a nossa Saúde mais perto das pessoas, com esse instrumento que vai possibilitar a construção das policlínicas nessas regiões, que vai se somar a uma rede já existente – que já tem oito unidades como essa inaugurada na Bahia e mais 11 prestes a inaugurar. Um governador que segue na trilha do trabalho e do desenvolvimento, que essa semana vai para o interior do estado inaugurar estradas, que vai dar ordem de serviço para o desenvolvimento e que sabe, perfeitamente, o que é governar a Bahia e as suas prioridades.

Eu também quero, Sr. Presidente, aqui, parabenizar a Câmara de Vereadores de Salvador. Especialmente todos aqueles vereadores identificados com a luta pela igualdade racial, que, na semana passada, aprovaram o estatuto que reúne o conjunto de leis de proteção a esse segmento da sociedade soteropolitana. Apenas um dado já se coloca como suficiente para que a gente tenha essa política: mais de 80% da população de Salvador é uma população negra e precisa ser tratada com essa importância e com essa prioridade.

Saiu também uma informação que retrata o quadro de desigualdade que a gente vive no Brasil, no qual apenas 1% dos escritórios de advocacia no país são ocupados por negros. É o retrato dessa brutal desigualdade, desse racismo secular, que ainda permanece nas estruturas do nosso país.

Parabéns à Câmara de Vereadores e, em especial, aos vereadores da bancada do Partido dos Trabalhadores, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues e Moisés Rocha, que se empenharam bastante para a aprovação desse Estatuto da Igualdade Racial.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, servidores desta Casa, eu venho a esta tribuna para tratar de um assunto que eu considero muito importante para a economia da Bahia e, principalmente, para elevar as condições de saúde das nossas crianças, da nossa juventude, na rede estadual de ensino.

No diálogo com o movimento de economia solidária, há uma bandeira, há uma agenda que considero muito importante. E eu queria fazer mesmo um apelo aos colegas deputados, também ao governador Rui Costa, pela incorporação, pela inclusão do leite de cabra na merenda escolar.

O leite de cabra é reconhecido pela sua qualidade, que é ainda melhor que a do leite de vaca. É um alimento que vai, com certeza, fortalecer ainda mais os nossos estudantes, os nossos alunos. E que abre uma perspectiva nova de comercialização desse produto no mercado baiano, considerando que nós somos o estado que tem mantido a liderança no ranking de produção de caprinos no país, sendo a região Nordeste a principal região produtora. Somando as ovelhas, os carneiros, as cabras e os bodes da Bahia, forma-se o maior rebanho de caprinos e ovinos do Brasil. O que corresponde a aproximadamente 30% do rebanho nacional, com 6.639.923 animais, segundo dados do IBGE de 2018.

Os benefícios do leite de cabra são enormes. O teor nutritivo desse alimento é, também, reconhecido como um dos melhores. É uma fonte de proteína de alta qualidade, tendo, dentre os benefícios, o fato de possuir menor índice de colesterol que o leite da vaca – cerca de 6% a menos, ou melhor, cerca de 30% a menos. Mais cálcio, digestão mais fácil. É também menos alergênico, ou seja, causa menos alergia do que causa o leite de vaca. Mais cálcio, digestão mais fácil, ou seja, tudo de melhor que podemos ter. E considerando que nós temos um rebanho – como já fiz referência – que é o maior do país.

Portanto, os estudos apontam que 6% das crianças que apresentam reações alérgicas ao leite de vaca – através de distúrbios digestivos, corrimento nasal, otites, erupções cutâneas e outras inflamações – poderiam estar numa situação melhor se consumissem o leite de cabra.

Portanto, os nossos produtores locais, especialmente os microempreendedores da economia solidária, os nossos empreendedores da agricultura familiar vêm a nós fazer essa sugestão, esse pedido, deputado Jacó, para que a Assembleia abra – considerando o potencial que a Bahia tem – também esse filão da merenda escolar.

É um projeto que não causa nenhum acréscimo, não causa despesa ao estado. Apenas coloca como item da merenda escolar o leite de cabra, considerando que nós temos a possibilidade de elevar a qualidade daquela alimentação que está sendo oferecida aos estudantes, nas escolas da rede estadual de ensino. E, ao mesmo tempo, dialogando, abrindo essa perspectiva melhor de um nicho de comercialização desse alimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o que favorece os produtores, e, em especial, aquelas e aqueles que vivem da criação de caprinos no estado da Bahia.

Então, fica aqui o pedido pelo apoio dos nossos colegas a esse projeto de minha autoria, que apresentei nesta Casa atendendo, principalmente, ao nosso pessoal da economia solidária da Região do Sisal.

Fecho aqui a minha fala fazendo também um convite...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a todos os deputados, presidente, para se fazerem presentes numa homenagem que nós faremos ao grande ator Antônio Pitanga, no dia 6, às 15h, na Câmara de Vereadores de Salvador, quando lhe será concedida a Medalha Zumbi dos Palmares.

Considerando que Antônio Pitanga é um dos grandes ícones do Cinema Novo, ainda vivo, forte, com muita perspectiva, dando muita contribuição à arte e à cultura baiana, seria muito importante contar, não só com a presença dos vereadores daquela Casa, mas também com deputados e deputadas, para celebrar o aniversário de 80 anos do nosso grande ator. Todos nós, juntos, sendo testemunhas dessa grande homenagem da Câmara, na concessão da Medalha Zumbi dos Palmares.

Apresentei a proposta ao presidente da Câmara e ele recepcionou. A Câmara aprovou em tempo recorde, presidente, e na quinta-feira, às 15h, estaremos lá fazendo essa justa homenagem. E reitero o convite a todas e todos para comparecerem a esse momento, já que no dia 6 será também a celebração dos 80 anos dele, com a presença...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) da atriz Camila Pitanga, da artista Margareth Menezes. Eu gostaria muito de contar com a presença dos colegas deputados.

Finalizo saudando, também, os estudantes de escola pública, que estão aqui testemunhando o nosso trabalho. Parabéns pela chegada de vocês à nossa Casa.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Informamos a visita dos estudantes da Escola Municipal Professor Cláudio Veiga, que foi avô do deputado estadual Marcelo Veiga.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Olívia, ontem, os prefeitos da Bahia – com justa razão – através da UPB, estiveram fazendo um movimento na defesa da prorrogação do mandato – que eu acredito que não vai prosperar. Mas eu gostaria, Srs. Deputados, de dizer, até porque eu já vim aqui por diversas vezes defender – pelo menos é a minha opinião – que tinha que se acabar com a reeleição. Um mandato de cinco anos para todos e, em alguma época, deputado Targino, isso vai ter de ser feito.

O Congresso Nacional, quando quer, legisla. Há pouco tempo, até 2016, o Brasil tinha uma indústria de cassação de prefeitos. Tinha virado uma farra, com ganhos milionários de escritórios de advocacia. E, na maioria das vezes, ou quase a totalidade, deputados, o dinheiro saía de onde? O dinheiro saía dos cofres públicos para pagar escritórios caríssimos de advogados, com a indústria de cassações que existia até 2016.

Com raras exceções, todo mundo que perdia a eleição – que ficava em segundo, em terceiro lugar – entrava na Justiça, porque poderia acontecer qualquer coisa nos Tribunais Regionais Eleitorais e no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília. E é natural, com mais de 3 mil prefeituras lutando na Justiça, tentando se defender daqueles que, por qualquer motivo, arguiam que foi abuso do poder econômico ou do poder político. Esses processos, quando chegavam, era uma farra de milhões. Juntando tudo, eu afirmo, com conhecimento, que foram bilhões sangrados das prefeituras de todo o Brasil.

E eu faço esse histórico para mostrar, deputado Targino, que quando o Congresso quer, legisla. O que foi feito a partir de 2016? O Congresso rapidamente decidiu que, a partir daquele momento, daquela eleição, deputado Bobô, se a Justiça entendesse que alguém tinha cometido algum abuso de poder político e econômico, não entraria mais o segundo colocado, nem o presidente da Câmara, nem o vice-prefeito. E praticamente acabou a farra de um entrar na Justiça contra o outro.

Então, digo isso para mostrar que quando o Congresso quer, eles sabem trabalhar, sabem legislar. Como várias reformas que este país precisa, que todos os dias a gente vê falar aí na televisão: reforma da Previdência, tributária e várias outras.

Vejam o atraso do nosso país: só agora se permitiu – e quando o Congresso quis – que empresas internacionais pudessem operar aqui no Brasil para acabar com essa farra desse monopólio de poucas empresas ditarem preços absurdos, como está acontecendo agora no país.

Então digo isso, esse histórico todo, para mostrar que, se o Congresso quisesse, ainda que não adiasse agora o mandato dos prefeitos, poderia já determinar, fazer uma lei para, a partir de 2024, os mandatos serem coincidentes e assim acabar com essa farra de eleições no nosso país. Uma eleição aconteceu ontem, de deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) governadores, presidente da República e agora já se fala novamente. Só se fala em outra eleição. Isso dá um prejuízo absurdo aos municípios e ao governo como um todo. E a população é quem “paga o pato” de uma forma geral, na situação que o Brasil atravessa hoje. A economia a cada dia diminuindo e o desemprego aumentando. Então...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) é uma pena, porque é uma matéria que eu não considero tão polêmica. Porque você conversa com todos os deputados e todos têm a consciência – deputados federais e senadores – de que não tem como fazer eleição praticamente de ano em ano. Porque as eleições acontecem a cada dois anos, mas um ano antes já começa novamente a se falar em outra eleição, a se trabalhar nela.

Então a gente pede, a gente sonha que o Congresso Nacional faça a sua parte para que as coisas comecem a melhorar, como tudo o que precisa neste país. E só o Congresso tem o poder. Infelizmente, cabe à Assembleia Legislativa – não só da Bahia como do Brasil – fazer a nossa parte, reivindicar, tentar ajudar. Mas nós não temos o poder de fazer a Lei Maior, que é a Constituição, que cabe ao Congresso Nacional. Então, infelizmente, mais uma vez, teremos eleições daqui a pouco tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidente, o assunto que trago aqui eu já abordei hoje na Comissão de Agricultura, deputado Jacó. É um assunto muito preocupante, que vai afetar com muita força, meu caro Vitor Bonfim – que já foi secretário de Agricultura –, os agricultores do Vale do São Francisco e de demais regiões. Porque, no apagar das luzes, na época da transição, o ex-presidente golpista Michel Temer fez um decreto que alterou o Decreto nº 7.891, de 23/1/2013, da presidente Dilma. E do que trata isso? Trata do fim de parte dos descontos previstos no artigo em relação à tarifa de energia da agricultura.

Pois bem, a gente fez um debate aqui, na Comissão de Agricultura, com a deputada Jusmari, com o deputado Eduardo Salles, com os deputados, inclusive, da Base do Governo e da Oposição. E o que acontece? Primeiro, que no §3º fala que é vedada a acumulação de descontos; no § 4º, que: *(Lê) “A partir de 1º de janeiro de 2019, nos respectivos reajustes ou procedimentos ordinários de revisão tarifária, os descontos de que trata o § 2º serão reduzidos à razão de vinte por cento ao ano sobre o valor inicial, até que a alíquota seja zero.”*

Pois bem, fizemos aquela discussão, nós tratamos sobre isso. No dia 4 de abril, o atual presidente que está aí, o Bolsonaro, fez outro decreto que não resolveu nada, pois agora os projetos irrigados... Recebi ontem uma ligação do vereador Helio, lá de Juazeiro, que estava com os produtores. O vereador Reinaldo Sabino já me ligou, a vereadora Neginha também já me ligou para falar sobre o assunto, o vereador Fabinho e o presidente Alex me ligaram.

Mas ontem o vereador Hélio me ligou para falar sobre o assunto e colocou – estava com uma comissão de produtores – que tem contas, presidente, que saltaram de R\$ 90 mil para R\$ 130 mil. São 40 mil a mais da Upropic que vão exatamente para a conta dos pequenos produtores. Então, se essa isenção tarifária cair, vai implicar custos

absurdos que inviabilizarão setores importantes da fruticultura do Vale do São Francisco. Claro que vai chegar à soja, vai chegar a outros setores.

Estou falando especificamente daquela área porque aqui eu tenho documentos que recebi pelo “zap” do vereador Helio, que estão aqui: o consumo ativo reservado de R\$ 0,11 passou para R\$ 0,17; o consumo fora de ponta, que é no horário comercial... esse reservado é no horário, acredito, das 11 da noite às 5 da manhã. Então esse passou de R\$ 0,11 para R\$ 0,17. Isso é em torno de 60% de aumento. O consumo fora de ponta, que é no horário comercial, – e as pessoas deixam para irrigar à noite porque o outro horário, o reservado, é mais barato – passou de R\$ 0,40 para R\$ 0,63. Mais de 50% de aumento. Em novembro, eram R\$0,10; mês passado, R\$0,11 e esse mês, R\$0,17.

As contas estão aqui. Vou imprimir, vou encaminhar à Comissão de Agricultura, à Presidência, e vou encaminhar à Presidência desta Casa. Porque só há um jeito. O deputado João Roma, que é relator de uma revisão dessa, – deputado Targino, que é Líder da Oposição, o deputado João Roma é da bancada da Oposição, mas tem lutado por isso lá com Daniel Almeida e outros deputados – fez, aprovou a revisão disso aqui, cancelando tudo isso na comissão da qual ele faz parte, que é a comissão que trata da questão da energia. Mas está na Comissão de Constituição e Justiça. E a gente precisa fazer com que o presidente Rodrigo Maia bote isso. Ele já botou tanta coisa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Botou ontem uma perseguição ao BPC, aos trabalhadores rurais, foi aprovado no Senado. Por que não bota essa questão da isenção tarifária para os produtores agrícolas que produzem, que trabalham e que empregam, se a grande questão desse país hoje é a questão do desemprego?

Então, é preciso que nós vamos a Brasília – discutimos isso hoje na Comissão de Agricultura. Que vamos a Brasília, com a nossa bancada federal, não só da Bahia, mas com a bancada todinha do Nordeste, porque o Nordeste vai ser prejudicado. Eu falo de Juazeiro, mas Petrolina também tem uma grande agricultura irrigada.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Alagoas, Sergipe, Minas Gerais...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ZÓ: (...) para concluir, Excelência.

E a gente ir ao presidente para poder fazer com que ele coloque isso na pauta. Primeiro, na Constituição e Justiça, porque a comissão deu o parecer favorável, claro, porque é constitucional e é legal. E depois bote em plenário. Porque não vai ter condição da agricultura irrigada do Vale do São Francisco continuar, se for nessa forma de cobrança de tarifa energética.

Então, quer acabar com o Brasil? Só se for isso que querem. Porque, se isso acontecer, a gente sabe o prejuízo que vai causar e a dificuldade que os produtores vão ter, mais ainda do que já estão tendo.

Muito obrigado pela tolerância, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Jacó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal da tribuna, da imprensa, colegas da *TV ALBA*, da taquigrafia, da segurança, turma do cafezinho, turma do apoio. Eu queria, inicialmente, me solidarizar com a fala do deputado Zó, porque, efetivamente, deputado Targino, essa mudança na legislação vai prejudicar sobremaneira aqueles e aquelas que usam a agricultura irrigada, aqui no nosso estado, em especial os pequenos agricultores.

Não tenho dúvida que, no território de Irecê, esse problema vai afetar sobremaneira nossos pequenos irrigantes, porque vai impactar e, com certeza, vai prejudicar a produção de alimentos no nosso estado e no nosso país, gerando desemprego, aumentando a exclusão social. Eu não tenho dúvida.

Recebi, nessa segunda-feira, em nosso gabinete, o vereador de Guaratinga, Paulo Radiola, do Partido dos Trabalhadores, conhecido carinhosamente como Radiola. Um grande vereador, que tem feito um trabalho diferenciado naquele município. Um homem do povo, que cuida do seu povo e que tem posição política. Tratamos de demandas de interesse da cidade de Guaratinga e debatemos a conjuntura política para 2020. O nosso membro da executiva estadual do PT, Gutierres Gaspar, também esteve presente na reunião.

Quero saudar, aqui, lideranças da cidade de Guaratinga, como o empresário Renato, Piu, que é secretário de Agricultura. E queria saudar essa revelação, esse jovem, que é o Dr. Rafael Gandhi, um jovem daquela terra, que tem se destacado politicamente, tem crescido politicamente. E o povo de Guaratinga está enxergando no companheiro Gandhi uma perspectiva de futuro melhor para aquele povo. Meu abraço para Gandhi, para Piu, para o companheiro Renato e para o nosso vereador Radiola.

Queria também, aqui, declarar o meu apoio ao Sindicato dos Servidores e Servidoras da Prefeitura de Itaberaba. Quero aqui, nesta tribuna, externar o meu apoio ao movimento sindical de Itaberaba, em especial ao sindicato dos servidores municipais, que está em luta por melhores condições de trabalho e pela valorização de suas carreiras. Há muitos anos estão lutando pela aprovação de um plano de cargos e salários, um plano de carreira, e por melhorias nas condições de trabalho.

Itaberaba é uma cidade grande e desenvolvida. E, mesmo na crise pela qual passa o nosso país, nós acreditamos que é possível um diálogo franco e aberto entre o prefeito e o sindicato, tendo em vista um reajuste adequado nos salários. Nosso mandato está à disposição do sindicato e está do lado do povo de Itaberaba. Um abraço para Claudine Britto e Ádila Naiade.

Queria, também, reforçar aqui o que eu falei ontem que, na noite deste último sábado, estive no Município de Presidente Dutra, onde participei da entrega de título de domínio de 1.200 hectares de terra da comunidade quilombola no Povoado de Ramos. Mais de 100 famílias foram contempladas no quilombo, que passa agora ter o domínio legal da Terra.

O ato de entrega contou com a presença da Coordenadora Executiva da Coordenação de Desenvolvimento Agrário do estado da Bahia, a Dra. Renata Rossi, a

quem eu mando o meu abraço, o meu respeito pelo grande trabalho que a senhora tem feito à frente dessa órgão; do Coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade, o companheiro Cláudio Rodrigues, que é um lutador, um guerreiro, uma pessoa de extrema competência e dedicado; e do nosso Vereador Neno; do Secretário Municipal de Agricultura; e do meu amigo Dr. Eurico.

Para minha alegria, também, hoje a CCJ aprovou projeto de lei que veda a contratação de empresas pelo governo do estado que não respeitam a igualdade salarial entre homens e mulheres. Passou esse projeto hoje na CCJ. E eu quero agradecer aqui aos deputados que votaram na CCJ. Foi um debate importante. Esse projeto, de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 23.087/2019, que veda contratação a contratação de empresas...

(O Sr. Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que não respeitam a igualdade salarial entre homens e mulheres no estado da Bahia. Foi votado hoje pela Comissão.

O projeto de lei segue para as demais comissões, como a Comissão de Mulheres, e conta com um novo relator, o deputado estadual Robinson Almeida (PT). Mais um importante passo na luta por políticas públicas que garantam a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Na Paraíba, esse projeto de lei teve a autoria do então deputado estadual Renato Gadelha e foi...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aprovado pela Assembleia Legislativa do estado e sancionado pelo governador.

Era isso meu presidente, Lula livre! E um forte abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*. Eu não poderia chegar a esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer nenhuma manifestação, por mais importante que fosse, sem antes dizer da minha satisfação em ter aqui essa santa, que não é santa, porque fizeram dela santa. Ela é santa, porque a santidade dela foi em vida.

Eu tive a oportunidade, senhores, de conviver como voluntário nas obras sociais Irmã Dulce e dizia há pouco que prazer e satisfação olhar para trás e ver que todos os dias, de segunda a sexta-feira, irmã Dulce subia as escadas lá do pavilhão da Tisiologia, onde eu atendia os pacientes dela acometidos de tuberculose, com a bandejinha na mão, um coco, um paninho branco cobrindo o coco e um canudo revestido, na maioria das vezes, de papel higiênico. E eu reclamava com ela: “Irmã, mas eu já não lhe pedi para que a senhora não suba essas escadas de degraus altos?”. E ela nunca acertou,

Rosemberg, chamar meu nome de forma correta. E ela dizia assim: “Mas, Dr. ‘Tazino’, esse é o pagamento que Deus me mandou lhe dar”.

Eu olho para trás e, na minha vida, eu só tenho um arrependimento: é de ter aceitado entrar na política. E, quando entrei na política, tive que mudar de endereço, me desloquei para São Gonçalo dos Campos, minha terra natal, e me afastei das Obras Sociais Irmã Dulce. E eu quero dizer aos senhores que, se eu não sou uma pessoa melhor, é porque mais não convivi com ela.

Irmã Dulce não precisava de nenhum milagre para ser canonizada, porque o milagre já existiu quando Deus a colocou na Bahia, justamente ali perto da Colina Sagrada, para fazer a felicidade de tantos que eu tive a oportunidade de assistir.

Falo nesta tarde com os pelos eriçados de emoção, o coração acelerado e será, deputado Aderbal Fulco Caldas, com muito prazer que haveremos... Já dispensamos a formalidade por assinatura minha e do Líder do Governo, deputado Rosemberg, já dispensamos as formalidades que não precisaria, porque não há de ter fechadura para se abrir para a santa da Bahia.

Mas é com imenso prazer que vamos ver, assistir – e estou vivo para isso – para ver criar, por iniciativa de V. Ex.^a, num momento de inspiração divina, a medalha Irmã Dulce para esta Casa.

Tantas medalhas, tantas medalhas e tantas homenagens que dirigimos a tantos que não merecem. Tinha um senador lá do Amazonas que dizia assim: “Homenagens, homenagens, antes não tê-las, do que tê-las e não merecê-las...”

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Irmã Dulce merece todas as homenagens, embora ela não as quisesse. Não as quisesse, porque viveu como santa, viveu na humildade. Irmã Dulce, durante os últimos anos da vida, talvez duas décadas da sua vida, não deitava para dormir, ela dormia sentada, na maioria das vezes, no oxigênio.

Recordo-me, para concluir, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) que um dia Dr. Almério Machado, às 3h30, era meu professor de Pneumologia...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Concluo, Sr. Presidente.

(...) Almério Machado, catedrático de Pneumologia, disse quando o despertador tocou: “Não levante, Irmã, a senhora não vai hoje”. E ela disse: “Não, Dr. Almério, eu vou. Eu preciso ir, porque quando eu vou trago duas caminhonetes cheias lá de São Joaquim, lá da Sete Portas, lá das feiras. E, quando eu não vou só vem um pinguinho em cima de uma caminhonete”. Essa era a sua vida desprendida. Feliz da Bahia que pode hospedar uma santa. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Muito bem, parabéns pelo pronunciamento deputado Targino Machado. Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr. Presidente, deputados e deputadas. Sr. Presidente, eu quero trazer aqui, neste momento, não é nem sequer um desafio, mas na realidade, um pedido. Um pedido à imprensa, às pessoas que amam o esporte, às pessoas que têm o esporte como uma ferramenta de inclusão e transformação social. E, ao mesmo tempo, fazer uma alerta para o que está acontecendo com o Brasil, neste momento, que é o desmonte de políticas importantes e políticas inclusivas. E não estou aqui me referindo ao que aconteceu com o Ministério dos Esportes e o Ministério da Cultura, que já não existem mais, mas sobretudo as políticas que o Ministério dos Esportes praticava.

(Lê): “Gostaria de dedicar parte da minha fala para fazer um convite a todos. Lançamos, na última semana, um movimento intitulado como Unidos pelo Esporte.

A nossa intenção é mobilizar atletas, ex-atletas e todos que veem o esporte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico, independentemente de qualquer identificação partidária, para que defendam a manutenção das políticas públicas e programas sociais nesta área, como o programa Segundo Tempo, Pelc, Bolsa Atleta, Bolsa Pódio e por aí vai.

A ideia é colher um número bastante significativo de assinaturas no Brasil inteiro para que o Congresso Nacional e o governo federal avaliem os impactos negativos da redução do orçamento destinado ao esporte e não acabem com esse legado, o legado que foi constituído e construído nos últimos governos. Com o apoio de vocês, conseguiremos atingir...” a marca expressiva de cerca de 500 a 1 milhão de assinaturas.

“(...) É importante chamar a atenção que, com o fim do Ministério do Esporte, a pasta foi alocada no Ministério da Cidadania, diminuindo, então, seu status para Secretaria Especial do Esporte.

De acordo com a divulgação da própria pasta, as despesas autorizadas para 2019 foram reduzidas de forma significativa, o que compromete a continuidade de vários programas importantes. E, honestamente, pior que o fim do ministério, é o fim das políticas públicas praticadas pelo Ministério dos Esportes. Precisamos avaliar os impactos negativos dessa mudança para os nossos jovens”, sobretudo para os nossos jovens. “Eles podem ser mais facilmente, agora, atraídos para os caminhos da violência e da criminalidade. No caso de adultos e idosos, muitos perderão a possibilidade de combater algumas doenças, como estresse e depressão e outras tantas ou também pela escassez de investimentos nessas políticas.

Além do seu potencial como ferramenta de transformação social, o esporte também tem uma função econômica relevante para o país. Os programas Pelc e Segundo Tempo ampliam a oportunidade de acesso à prática esportiva para a população. Os programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio fortalecem o esporte de alto rendimento e ajudam atletas do nosso país.”

Compartilhe a petição, essa petição pública, que já está nas redes sociais para que, com certeza, com o apoio de todos, consigamos atingir a marca, seguramente, de

1 milhão de assinaturas e, assim, tentar convencer o governo Bolsonaro a trazer de volta essas políticas.

O que me assombra é o silêncio. O silêncio de atletas, ex-atletas que não discutem, nem debatem sequer o que está acontecendo com o Ministério dos Esportes.

É lamentável que atletas renomados, ex-atletas, fiquem num silêncio profundo. As políticas destruídas, destruídas. Aqui na Bahia, só no Pelc serão 40.000 pessoas e 700 empregos jogados fora. 40.000 pessoas que já tinham atividades continuadas, dois anos de atividades continuadas e, lamentavelmente, perderão essa condição de ter um profissional ali qualificado para ajudá-los.

Então eu gostaria muito de contar com o apoio da imprensa, dos atletas, ex-atletas, pessoas que amam o esporte e veem o esporte como uma porta, uma janela enorme para mudar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para melhor este país.

Então solicito muito apoio dos deputados, deputadas que se engajem nisso. É necessária essa mobilização nacional para que a gente possa combater e convencer governantes com o coração duro, de pedra, que esse país não se constrói somente com a caneta, uma canetada simples. É necessário ouvir sobretudo a sociedade como um todo e, acima de tudo, aqueles que mais precisam de uma única oportunidade que é dada e oferecida através do esporte...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Portanto, mais uma vez, Sr. Presidente, gostaria de solicitar o apoio de todos os deputados aqui e mobilizar para que a gente possa, Deputada Fabíola, fazer com que verdadeiramente os nossos jovens tenham oportunidade, oportunidade decente para melhorar a vida de cada um de nós.

Obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Grande Expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Targino Machado pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. da imprensa, das Galerias, novamente saudar os funcionários da Casa, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*. Desci desta tribuna, deputado Alex Lima, emocionado e para agradecer ao deputado Aderbal Fulco Caldas, que foi o autor da iniciativa, agradecer a ele a oportunidade que me deu de receber e trazer uma energia boa para este plenário que nem sempre é tão boa.

Desço e sou abordado, deputado Aderbal Fulco Caldas, pelo deputado Alan Castro – que dizem na minha terra que quando o diabo não vem mando o emissário – que me abordou da seguinte forma: “Se prepare para defender Neto”, o Neto é o prefeito ACM Neto, “porque eu vou descer a ripa, a madeira”. Eu entendi isso como

um desequilíbrio parlamentar, porque quem está na política, está para criticar, receber críticas, elogiar, receber elogios e eu tenho certeza que, diferentemente do deputado Alan Castro, o prefeito de Salvador, ACM Neto, foi forjado em outra matiz e outra matriz bem diferente da dele e que tem preparo intelectual, tem um ativo formidável, como parlamentar nunca foi do baixo clero, sempre foi um parlamentar presente. Como prefeito de Salvador tem demonstrado a sua estatura pessoal, a sua capacidade administrativa. E eu tenho certeza de que o prefeito ACM Neto não vai querer que eu defenda nenhuma crítica produzida pelo deputado Alan Castro.

Tenho certeza, deputada Fabíola, de que o prefeito ACM Neto vai ficar muito preocupado não é com Alan Castro falando mal dele; vai ficar muito preocupado o dia em que o deputado Alan Castro vier a esta tribuna para elogiá-lo. Aí eu tenho certeza de que vai acender a luz vermelha lá no Palácio Thomé de Souza.

Às vezes a gente precisa dizer às pessoas que cada uma precisa ter o seu desconfiômetro, porque, na maioria das vezes, muitas coisas nos separam. E às vezes muitos livros nos separam, muita experiência nos separa, muito caráter ou muita falta de caráter nos separa. Pronto!

Sr. Presidente, venho a esta tribuna e, como prometi, quero iniciar hoje uma análise de um tema que está em voga, que são as PPP – Parcerias Público Privadas. E temos na Bahia algumas em pleno funcionamento, contratadas em pleno funcionamento. E temos na Bahia outras perto de serem contratadas, outras que estão sendo sonhadas, imaginadas, idealizadas.

Eu quero começar pela Arena Fonte Nova, Srs. Deputados, Sr. Presidente. Através de uma PPP, na modalidade concessão administrativa, o estado da Bahia firmou contrato para reconstrução e exploração do Estádio da Fonte Nova, com a Sociedade de Propósito Específico Fonte Nova Negócios e Participações S.A., que é a FNP, que nada mais é do que Odebrecht mais a OAS.

E quero aqui fazer algumas observações. Esse contrato dessa PPP foi firmado em fevereiro de 2010, assinado em... Na verdade, assinado em 21 de janeiro de 2010. Período da concessão: 35 anos. O estado deu 35 anos de concessão. Valor da obra apontado no primeiro projeto apresentado: R\$ 231 milhões. Esse foi o primeiro valor, R\$ 231 milhões. Valor da obra estimado inicialmente em contrato: R\$ 591 milhões, estou arredondando os números. Valor estimado após o segundo termo aditivo: R\$ 1,487 milhão. Valor estimado até o final do pagamento da concessão em 2028: R\$ 3,2 bilhões. Eu acho que falei errado. Valor estimado após o segundo termo aditivo: R\$ 1,487 bilhão.

O tipo de remuneração daquela empresa, que é a empresa formada pela OAS e Odebrecht é a contraprestação anual. O prazo para o pagamento da contraprestação foi estabelecido em 15 anos. O valor da concessão foi de 35 anos, mas o prazo para pagamento da contraprestação anual do estado ao consórcio foi de 15 anos.

Só para exemplificar, os valores da contraprestação anual de 2013 a 2019 já pagos: em 2013 foi arredondando, R\$ 87 milhões; em 2014, R\$ 125 milhões; em 2015, R\$ 134 milhões; em 2016, R\$ 146 milhões. Não é mil, não, são milhões! Em 2017, R\$ 157 milhões foi o desembolso do estado para aquela concessão; em 2018, R\$ 156

milhões. E este ano de 2019, 167 milhões, 974 mil e 798 reais, perfazendo, só esses valores da contraprestação anual, de 2013 a 2019, quase R\$ 1 bilhão, R\$ 975 milhões!

Agora, faço um parêntese, senhores, para falar do custo dos estádios da Copa do Mundo de 2014, de execução direta, modelo de construção pública, que não foi concessão. Vou destacar aqui somente quatro: Cuiabá, o valor: R\$ 596 milhões; Manaus, R\$ 660 milhões; Rio de Janeiro, com tanto ruído, foi R\$ 1,05 bilhão, e o Mané Garrincha, em Brasília, que foi o mais escandaloso de todos à época, foi R\$ 1,403 bilhão.

Então, só de concessão, o estado da Bahia já deu, já entregou à empresa da OAS e Odebrecht um estádio daquele Maracanã, lá no Rio de Janeiro. Essa é a questão.

A opção por essa modalidade de contrato de PPP concessão administrativa deu ensejo a vários opinativos, considerações e decisões de órgãos de controle que atuaram na análise do contrato. A exemplo do TCU, do TCE e das faculdades de Economia e Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia.

Após estudos, a Universidade Federal da Bahia concluiu que a opção pela PPP na modalidade concessão não foi a mais econômica para a construção da Arena Fonte Nova. A UFBA apontou como, “lucros extraordinários”, os resultados previstos para a contratada FNP na construção da Arena Fonte Nova, vez que a contraprestação contratual do estado foi fixada muito acima dos definidos em estudos da UFBA, gerando uma taxa interna de retorno, TIR, exorbitante para a OAS e Odebrecht, donas da FNP. Isso foi o que disseram os universitários, os professores da UFBA.

Já o Ministério Público de Contas também opinou que houve equívoco na escolha da modalidade de PPP para a construção da Arena Fonte Nova. E eles dizem aqui – é o Ministério Público, não é Targino –: *(Lê) “De acordo com quanto estabelecido pelo Contrato, a Sociedade de Propósito Específico terá direito à remuneração equivalente a R\$ 1 milhão por mês, durante toda a vigência do Contrato, ainda que a receita”, olhem, observem, “ainda que a receita oriunda dos espetáculos de futebol, e de outras naturezas, seja igual a zero. Isso quer dizer que entre 2013 e 2017, todas as receitas arrecadadas com eventos e patrocínios, representam lucro da contratada. O cenário aponta que não houve risco assumido pelo Concessionário tendo em vista que todos os custos a ele atribuídos estariam supridos pelo valor recebido a título de contraprestação pública.*

O que se verifica”, continua o Ministério Público, “é que o valor da contraprestação prestada pelo Estado, por si só, garantiu a execução da obra, incluindo seus financiamentos” – olhe que absurdo! – “e os custos de manutenção da arena, o que representou ofensa aos princípios da economicidade e razoabilidade”.

E continua o Ministério Público: *“O Contrato previu ainda remuneração indireta do contratado sem redução no valor da contraprestação, o estado suportou todo o ônus desta contratação, restando ao contratante auferir os ganhos pecuniários por via dupla”. Eu quero repetir isso: “restando ao contratante auferir os ganhos pecuniários por via dupla, de um lado, através dos altos valores de repasses realizados pelo poder público, e de outro, através da exploração econômica do nome da arena”. Para concluir, o Ministério Público de Contas “opina pela ilegalidade do Contrato*

tendo em vista as graves irregularidades existentes na sua formação. Opina ainda pelo encaminhamento de cópias do expediente processual ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União para adoção de providências que entenderem cabíveis.

A CGU, deputado Alan, Controladoria Geral da União, detectou sobrepreço de R\$ 390,9 milhões na contraprestação prevista para o Governo do Estado pagar ao consórcio FNP pela reconstrução e administração da Arena Fonte Nova”. Ou seja, “significa um sobrepreço de R\$ 26,0 milhões na contraprestação do estado.” 26 milhões na contraprestação durante 15 anos.

Ainda para a CGU, nos 15 anos de contraprestação anual o governo do estado “pagará todos os custos da obra, tributos, despesas operacionais da Arena, custo de capital, dentre outros. Os outros 20 anos...” que vão sobrar do contrato, “os outros 20 anos de concessão do Estádio, o parceiro privado não teria custos, apenas receita”.

Estudando isso eu cheguei à conclusão de que estava vendo o que eu nunca vi: eu sempre ouço falar de negócio da China, negócios extraordinários, espetaculares. E aqui está um negócio da China. E sempre ouço na minha terra falar que quando a coisa é boa, muito boa, muito fácil se diz assim: “Isso é igual a pescar de bomba no aquário”.

E a Odebrecht e a OAS pescaram de bomba, estão pescando e vão pescar durante 35 anos de bomba nesse aquário que é nosso, do nosso dinheiro.

O resultado da análise do TCE, Tribunal de Contas do Estado, é surpreendente. Fala o seguinte o voto do relator:

(Lê) “(...) *Pela declaração da ilegalidade do contrato nº 02/2010 – e pela sua consequente nulidade – tendo em vista as graves irregularidades existentes na sua formalização, bem como as constantes do Edital que o antecedeu, mormente quanto aos seguintes aspectos:*

Precariedade na motivação administrativa quanto ao instituto adotado (PPP), através da concessão.

Inobservância ao dispositivo legal de aprovação legislativa específica para a licitação, que não houve.

Precariedade da estimativa do custo global da obra.

(...) Ausência de informações e memória de cálculo suficientes para fundamentar os valores estimado.

(...) Sobrepreços nos custos estabelecidos na planilha financeira utilizada como referência para confecção do edital.

(...) Definição de prazo de concessão superior ao razoável para sustentar financeiramente a contratação para: realização da obra...”

Por último, aponta para um erro muito grave que foi a renúncia pelo estado da Bahia dos direitos decorrentes do uso da marca Fonte Nova. A Fonte Nova é da Bahia e o governo do estado renunciou.

Por isso que diante dessa imoralidade, (Lê) “(...) *Diante das irregularidades que já vinham sendo apontadas pelos auditores do TCE, bem como das peças que instruíram o Inquérito Civil (...), procuradores e promotores dos Ministérios Públicos*

Federal e Estadual expediram Recomendação Conjunta (...), em 21/06/2010, no sentido de que o BNDES não concedesse o financiamento na formatação que se encontrava, considerando, dentre outras impropriedades, que em projetos de PPP, o parceiro privado é quem teria a incumbência de investir o capital para execução da obra, com recursos próprios, ou através de financiamento direto...”

E veja a imoralidade que foi, repito, aqui os Ministérios Públicos Estadual e Federal dizem que (Lê)“(...) o financiamento na formatação que se encontrava, considerando, dentre outras impropriedades, que em projetos de PPP, o parceiro privado é quem teria a incumbência de investir o capital para a execução da obra, com recursos próprios, ou através de financiamento direto.”

Eu quero abandonar isso aqui para ter uma conversa com os senhores dizendo assim: o edital de convocação dessa PPP estabeleceu que o consórcio vencedor deveria ter o dinheiro para bancar a demolição e construção. E que o Estado iria pagando através das concessões anuais. E com a renúncia de usar o nome do estado na Arena Fonte Nova, abriu o leque para a Itaipava jogar naquele consórcio R\$ 100 milhões.

Mas a vem a coisa grave: qualquer um dos senhores, da imprensa, qualquer um dos Srs. Deputados, qualquer um dos funcionários desta Casa podia ter ganhado aquela PPP. E nós construiríamos aquela Arena Fonte Nova por um preço muito mais razoável do que foi, porque o Consórcio FNP não entrou com um real.

O que fez o governo do estado? Tomou junto ao BNDES o dinheiro, R\$ 323 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 29/12/2010. Como garantia, o estado deu, concedeu parte do Fundo de Participação do Estado.

O estado da Bahia pagará um empréstimo ao BNDES em 144 meses, 12 anos, contados após 36 meses de carência, com juros de 1,9% ao mês. E o que fez o Estado? Tomou os R\$ 323,6 milhões do BNDES e, por via transversa, a Desenhbahia emprestou os mesmos R\$ 323,6 milhões ao grupo, ao consórcio formado pela Odebrecht e OAS, ou seja, a Odebrecht e a OAS entraram com zero e vão pagar, se pagarem, o financiamento ao BNDES, mas com aval do Estado e estão empenhadas, sob garantia, as cotas do Fundo de Participação do Estado.

Estou aqui cumprindo o meu papel, sem raiva, sem rancor, ser parlamentar é o meu desiderato. Estou aqui para cumprir as minhas prerrogativas concedidas pelo povo. Isto faz parte do meu munus parlamentar. Eu estou aqui na condição de agente fiscalizador do Estado, estou aqui com um papel legiferante, que é da consecução das leis. E, como eu estou cumprindo o meu papel, a imprensa da Bahia também cumpriu o dela, senão vejamos: “Arena Fonte Nova é o estádio mais caro do Brasil”, está aqui. “TCE-Bahia considera contrato da Arena Fonte Nova ilegal”. O meu Bahia, “Bahia retorna à Arena Fonte Nova, palco de incertezas em 2017. Cidadão segue pagando prejuízo”. Bahia notícias, por exemplo, “A modificação da estruturação do financiamento da PPP da Fonte Nova: possível violação?”.

Tem material para todo mundo que gosta de ler: (Lê) “Fonte Nova foi superfaturada em R\$ 450 milhões, diz Polícia Federal; Jaques Wagner é investigado”; “Wagner levou R\$ 82 milhões da Arena Fonte Nova”, diz a Veja,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) “Segundo investigações da operação Cartão Vermelho”; “Ex-presidente critica contrato da Fonte Nova”, segue a imprensa cumprindo o seu papel, o seu dever e, aí, vemos aqui, no dia 31, *“Fonte Nova: ACM Neto critica Rui por pagar R\$ 168 milhões a consórcio da OAS e Odebrecht”*, eu acho que ACM Neto errou em um milhão, foram R\$ 169 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Concluo, Sr. Presidente, dizendo que trago esse tema para aqui, dissecando-o cirurgicamente com todo o cuidado, sem radicalismo ou intransigência, para dizer que precisamos estar de olhos abertos, porque essa paixão do Estado, do governo do estado pelas PPPs está se espalhando para o interior do estado. Eu já vejo prefeituras querendo fazer PPP. Se os malfeitos ocorrem no governo do estado, imagine as desgraças que não podem acontecer em cidades pequenas, onde a corrupção é mais fácil de se espalhar. Eu estou preocupado, principalmente porque hoje vamos votar um projeto de autoria de S. Ex.^a, o governador, que na verdade traz os primeiros sinais e sintomas de que o governo quer privatizar a Embasa, a Empresa de Água e Saneamento, concluo, Sr. Presidente, através também de uma PPP.

Ó, se fosse no meu tempo de moleque, a gente fazia uma rima com essa PPP.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra, o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. (Pausa)

Ausente o representante do PSOL, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pelo tempo vai falar o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas pelo PP.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Por todo o tempo?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 6 minutos o deputado, 6 minutos a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado ...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Alan Sanches, questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem, eu acho que hoje é um dia que vai ser bem acalorado nesta Casa, pelo que já foi exposto aqui pelo deputado Targino, e eu queria que V. Ex.^a solicitasse... estou solicitando verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, realmente hoje nós vamos votar aqui, vamos apreciar um projeto que já foi debatido na Comissão Conjunta, cinco comissões, e diz respeito à microrregião de saneamento, ou às microrregiões de saneamento, que têm o objetivo de ajudar os municípios, no sentido de atualizarem as suas realidades e se prepararem para que o Estado possa ter uma interferência maior na política estadual de saneamento.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes aqui. Nós vamos precisar de 21 deputados e deputadas, aqui no plenário, para que possamos já iniciar o debate e além do mais atender a um pedido do nosso querido deputado Alan Sanches.

Eu queria chamar todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, que estão nos seus gabinetes, estão atendendo diversos deputados, diversos representantes, lideranças, em qualquer local da Assembleia Legislativa da Bahia, para que se pudessem fazer presentes e atender a esse chamamento de verificação de quórum do deputado Alan Sanches. É um projeto importante, é um projeto que diz respeito à microrregião de saneamento, talvez, um dos projetos mais importantes que esta Casa vai votar neste semestre, porque é um projeto que além de construir uma política de saneamento para o estado da Bahia fortalece a atuação da Embasa no nosso estado, uma empresa de capital estatal, o fortalecimento dela é importante para o estado da Bahia. As microrregiões atualizam uma nova política estadual para o saneamento aqui no nosso estado.

Então eu queria, Sr. Presidente, que se marcasse o tempo regimental, se fizesse soar as campainhas, se chamasse nominalmente os deputados, se utilizasse todos os meios para que os deputados e deputadas se fizessem presentes aqui para atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): V. Ex.^a será atendido. Zerem o painel e marquem o tempo regimental para a verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

O Sr. Aderbal Caldas: Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que me conceda o tempo para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra, o deputado Aderbal Caldas pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, estamos aqui com um projeto de lei em mãos, que cria a comenda Irmã Dulce. Essa comenda é por demais meritória e orgulha a todos os brasileiros e particularmente os baianos por termos a primeira santa brasileira, nascida aqui na Bahia. Quando em vida mesmo Irmã Dulce era uma santa, portanto, esse título, essa honraria que honra Irmã Dulce, honra a todos nós.

E eu quero pedir aos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que votem favoravelmente a essa meritória honraria que estamos apresentando para fazer justiça a quem dedicou toda sua vida... Nós sabemos que Irmã Dulce era frágil, não tinha boa saúde, mas dedicou toda sua vida também como professora. Irmã Dulce era uma pessoa muito capaz, muito inteligente, dedicou sua vida à saúde sobretudo dos mais humildes, dos

despossuídos, dos desvalidos. Para isso, vocês talvez não saibam, tudo ela fazia para angariar fundos para manter essas pessoas que estavam em estado de abandono e de saúde precária. Inclusive, tocava sanfona e cantava para angariar recursos, quando mocinha, ela fazia tudo isso para angariar recursos para manter aquelas pessoas desvalidas que ela acolhia e protegia trazendo para sua própria casa. Antes de fundar a instituição, ela já fazia tudo isso.

Eu quero aproveitar para convidar todos os Srs. Deputados e Deputadas para que se façam presentes, pois há uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão onde aprovaremos essa comenda. Portanto, precisamos urgentemente da presença dos Srs. Deputados e Deputadas que estejam na sala do cafezinho, nos seus gabinetes, nos corredores, em quaisquer outros lugares deste Parlamento. Pedimos que colaborem, contribuam com as suas presenças, aqui, no plenário da Casa, para que possamos dar continuidade à sessão e submeter à votação o projeto de lei que, dentro em breve, eu lerei, farei a leitura...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: (...) para que todos vocês tomem o devido conhecimento, mas, para isso, precisamos da presença dos Srs. Deputados e Deputadas urgentemente para darmos continuidade à presente sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Presidente, eu quero uma questão de ordem. Presidente Bonfim, uma questão de ordem, terminou o deputado Aderbal. Concedida?

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Sr. Presidente, deputado Bonfim, eu quero, neste minuto, aqui, convidar a todos os deputados e deputadas para apressarem os passos, adentrarem ao plenário, marcarem as suas presenças para a continuidade da presente sessão.

No momento, quero deixar também registrado que ontem a nossa Assembleia Legislativa foi agraciada com a presença de todos os prefeitos e prefeitas do nosso estado da Bahia. E os mesmos trouxeram aqui a pauta da discussão sobre a prorrogação dos mandatos com o desejo de continuarem trabalhando pelos seus municípios. E eu tive a oportunidade de me inscrever para falar e não deixei de tratar do legado que o nosso presidente Lula deixou para a nossa Bahia, com as políticas públicas, o Brasil Sorridente, o Minha Casa Minha Vida, as políticas de melhoria da assistência social, de forma que era um recurso que entrava...

Completo o quórum, depois continuarei a minha questão. Obrigada.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, é só para fazer uma comunicação, com a sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria comunicar aqui, agradecer a presença do nosso presidente da Câmara de São Filipe, o vereador, o amigo querido, batalhador já de quatro mandatos de São Felipe, vereador Nado da Magel. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Dando continuidade, concedo a palavra à deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 6 minutos.

Utilizando o tempo da Liderança do PP, com a palavra o deputado Aderbal Caldas pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, fiquem, e peço a devida atenção, para tomarem conhecimento do projeto de resolução que estou apresentando.

(Lê) “PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui a Medalha Irmã Dulce, a ser concedida a instituição ou pessoa física que se destaque na promoção de obras sociais no Estado da Bahia.

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta:

Art. 1º - A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia institui a Medalha Irmã Dulce, a ser concedida a instituição ou pessoa física que se destaque na promoção de obras de cunho social/filantrópico neste Estado.

Art. 2º - A Medalha será concebida em formato circular, contendo no anverso, em relevo, a efígie da sua patronesse e, no verso, a imagem da sede do Poder Legislativo Estadual, circundada pela expressão ‘Assembleia Legislativa do Estado da Bahia’.

Art. 3º - A concessão da honraria será acompanhada por um diploma emitido em nome da instituição ou pessoa física agraciada, e no seu texto deverá ser grafado o número desta Resolução e ser subscrito pelo Presidente, pelo Primeiro Secretário e pelo deputado proponente da homenagem.

Art. 4º - A distinção tem caráter meramente honorífica, portanto independente de qualquer vantagem financeira ou material, seja para a instituição ou para a pessoa física agraciada.

Art. 5º - A entrega da Medalha far-se-á no dia 26 de maio de cada ano, em Sessão Solene, por ocasião do aniversário natalício de Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce.

§ único - Coincidindo a data mencionada com um sábado, domingo ou feriado, a entrega da condecoração será transferida para o primeiro dia útil antecedente ou subsequente, a critério da Mesa Diretora da Casa.

Art. 6.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019.

Aderbal Fulco Caldas Deputado Estadual.

JUSTIFICATIVA

Apenas por uma questão meramente protocolar se faz necessário o encaminhamento desta ‘Justificativa’ ao nosso Projeto de Resolução que institui a Medalha Irmã Dulce, a ser concedida anualmente a uma instituição ou uma pessoa física que se tenha destacado na promoção de obras de cunho social/filantrópico no Estado da Bahia, isto porque a relevância das obras por ela desempenhadas é de

visibilidade tamanha que se mostra acima de divergências pessoais, religiosas, filosóficas ou de quaisquer outras naturezas. Essa notável mulher baiana dedicou toda a sua vida a socorrer a todos — sobretudo aos mais pobres e desassistidos socialmente, apesar da fragilidade da própria saúde, pois é sabido que tinha comprometida 70% de sua capacidade pulmonar.

Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes nasceu em Salvador, em 26 de maio de 1914, filha do casal Augusto Lopes Pontes/Dulce Maria de Sousa Brito Lopes Pontes, tendo sido batizada na Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, em 13 de dezembro do mesmo ano. Aos sete anos (1921) sofreu um grande revez, com o falecimento de sua genitora.

Em 1927, começou a manifestar sua vocação e interesse pela vida religiosa, passando desde então a atender doentes em sua casa, na Rua da Independência, no bairro de Nazaré.

Em 1929, matricula-se na Escola Normal da Bahia, no curso de professora, e neste mesmo ano conhece a religiosa Irmã Rosa Schüller, no Convento de Nossa Senhora do Desterro, que lhe fala da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.

No ano de 1932, Maria Rita é crismada pelo então Arcebispo Dom Augusto Álvaro da Silva e em 9 de dezembro conclui o curso pedagógico. Em 15 de janeiro de 1933 faz a profissão de Terceira Franciscana, quando recebe o nome de Irmã Lúcia, e em 9 de fevereiro ingressa na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, no Convento de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe. Em 13 de agosto recebe o hábito e a partir de então adota o nome de Irmã Dulce, — em homenagem à mãe.

No mês de setembro de 1934 retorna a Salvador, onde passa a dar assistência no Hospital Espanhol. No ano imediato inicia o trabalho de socorro aos carentes dos Alagados e em companhia do Dr. Bernardino Nogueira cria um posto médico no local. Paralelamente, ministra aulas de Geografia e de História no Colégio Santa Bernadete, no Largo da Madragoa.

Em 1936 funda a primeira organização operária católica da Bahia, e entre 1937/1941 continua desenvolvendo suas atividades nas áreas da educação e da assistência social. Em 1947 instala o Convento de Santo Antônio e as ações assistencialistas são ampliadas, até quando, em 29 de maio de 1959, funda a 'Associação Obras Sociais Irmã Dulce', e em 8 de fevereiro do ano seguinte inaugura o Albergue Santo Antônio, com 150 leitos.

Em 25 de fevereiro de 1976 fica órfã de pai, e em julho de 1980 tem seu primeiro encontro com o Papa João Paulo II, então em visita ao Brasil. O novo Hospital Santo Antônio, com 400 leitos, é inaugurado em 1983 e anos após, 1988, Irmã Dulce tem seu nome indicado ao Prêmio Nobel da Paz, pelo então Presidente da República, José Sarnei, tendo o apoio, inclusive, da Rainha Sílvia, da Suécia.

Com a saúde combalida, em fins de 1990 é internada com graves problemas respiratórios, e em 20 de setembro de 1991 é visitada pelo mesmo Papa, que havia retornado ao nosso país.

No dia 13 de março de 1992, aos 77 anos, Irmã Dulce falece nas dependências do Convento Santo Antônio, nesta capital, sendo o corpo sepultado no dia 15, na basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia. As exéquias foram motivo para grande e profunda comoção popular, sobretudo nas camadas sociais mais humildes, que sempre tiveram nela alguém que lhes amparava e socorria em suas aflições.

O desaparecimento físico da ‘Mãe dos Pobres’ não abalou sua auréola ou fez decair o esplendor de seu nome e de sua obra, pois apenas sete anos após seu desencarne a Arquidiocese de São Salvador deu início ao processo de sua beatificação, tendo à frente o frei italiano Paolo Lombardo como postulador da causa.

Em agosto do mesmo ano a Congregação Para a Causa dos Santos concedeu o nihil obstat— documento oficial em que a Igreja declara não existir impedimento que se contraponha ao pedido. No mês de janeiro do ano 2000 foi aberto o Processo Canônico e instalado o Tribunal Eclesiástico, cuja presidência coube ao então Arcebispo de São Salvador e Primaz do Brasil, Dom Geraldo Majella Agnelo. Em novembro de 2001 a Congregação Para a Causa dos Santos se pronunciou favoravelmente quanto à validade da documentação apresentada, tendo início, a partir de então, a fase romana da causa.

Eis, em síntese, a trajetória luminosa de Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, a popular e querida Irmã Dulce, que tanto dignificou a própria vida, mas que, acima de tudo, nos deixou um exemplo memorável de dedicação ao próximo, servindo a todos com altruísmo, fé, caridade e amor, relembrando a todos nós a passagem na Terra de seu grande mestre e inspirador – Jesus Cristo.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019.

Aderbal Fulco Caldas

Deputado Estadual”

Portanto, meus amigos, minhas amigas, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Presidente, está posto o projeto, a proposição que cria a Comenda Irmã Dulce.

Nada mais justo esse título, que dignifica e reconhece, meritoriamente, a grandeza, os méritos de Irmã Dulce. Também nos engrandece...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) a todos nós, brasileiros, e, particularmente, a nós, baianos, que temos a primeira santa brasileira, e, diga-se de passagem, com muito mérito, muito mérito. É um reconhecimento, uma atitude justa à qual nós haveremos de proceder, concedendo essa Comenda Irmã Dulce.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Parabéns, deputado Aderbal Caldas, pela bela iniciativa. Sem dúvida alguma, os deputados se farão presentes na tarde de hoje para aprovar essa bonita homenagem de V. Ex.^a a Irmã Dulce.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Deputado Alan, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o deputado Alan Sanches, por todo o tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, já sou surpreendido aqui, na porta do púlpito, da tribuna, com o deputado Alan Castro já dizendo: “Não fale do governo, não, porque senão vai ter briga”.

Quando me chamam para a briga, eu não posso refutar. Todo mundo sabe que eu sou bom de briga e não fujo a uma boa briga.

Bem, Sr. Presidente, vou esperar Alan Castro se pronunciar depois.

Deputado, retorne para o plenário, deputado Alan Castro!

Bem, gente, hoje, primeiro, eu quero colocar aqui que foi uma grata surpresa e uma satisfação porque realizamos hoje, aqui, o primeiro simpósio, primeiro debate sobre a atual legislação eleitoral, a que vai vigorar na próxima eleição. Todos, deputados e deputadas, foram convidados. Alguns, realmente, se fizeram presentes; outros, mandaram assessoria. Foi de uma forma sem coloração partidária, mas em nível de trazer e levar informações extremamente importantes para quem vai disputar o pleito de 2020 e também para quem milita na área da política, quem tem interesse, quem gosta da política. Porque nós sabemos que por mais que a gente fale da política, é a política que pode fazer qualquer tipo de transformação social. Agora, sempre pautada na boa e ética política.

Sr. Presidente, hoje nós vamos começar a avaliação, inclusive já estou inscrito para a discussão, do projeto que é, na verdade, deputado Robinson Almeida, o verdadeiro golpe que o governo do estado quer dar hoje.

Ele começa muito inteligentemente... extremamente inteligente, ele traz a criação de microrregiões do saneamento para que, a partir daí, comece a ter o poder decisivo sobre essas regiões no que tange a planejamento, fiscalização, determinação, tudo que ele quiser fazer em relação ao saneamento.

O município... como já tem alguns municípios querendo licitar o seu próprio saneamento, porque a Embasa, realmente, deixa demais a desejar, ele começa a querer iniciar o projeto de privatização da Embasa nesse sentido. E eu tenho a certeza de que esta noite, aqui – já me adianto e digo que não será à tarde, será esta noite –, nós vamos fazer um grande embate e a sociedade vai perceber o grande golpe que o governo do estado está querendo dar.

Tem dado diversos. A gente pode falar aqui do que ele tem feito e faz na área da saúde. E eu não consigo conceber o deputado Alan Castro, como médico, defender a Secretaria da Saúde em suas ações.

Eu falei aqui na semana passada, eu quero que V. Ex.^{as} reflitam e prestem atenção, sobre um TAC que o Ministério Público trouxe e fez com a Secretaria da Saúde sobre o duplo vínculo. O que é isso? O duplo vínculo é aquele médico que a gente chama de sesabiano, o que é concursado, que tem o vínculo por concurso, porque é servidor concursado do governo do estado, da Secretaria da Saúde, e ele, por decorrência das solicitações do próprio governo do estado, criou uma pessoa jurídica para começar a prestar serviço ao governo do estado.

E o que o governo do estado fez? Quando chegou agora, de uma forma unilateral, sem discutir, sem chamar o Sindicato dos Médicos para ser ouvido, para discutir – porque eu acho que, independentemente da política, todos querem o bem maior da nossa população –, ele simplesmente disse: “No final do mês, vocês vão poder escolher...” – são mais de 220 médicos – “(...) entre ser sesabiano, ser servidor concursado ou abrir mão da pessoa jurídica.”

Só que V. Ex.^{as} lembrem que esses médicos tinham dois, até três vínculos de pessoa jurídica, ou seja, ele ocupando três postos de trabalho. Então, significa que, se ele ganhava em torno de A, com o seu contracheque de servidor ele ganhava 4A, porque ele estava trabalhando por quatro médicos.

Significa que a desassistência é clara, a desassistência na área da saúde vai ficar clara, porque, a partir do momento em que ele cortou, as pessoas não vão deixar de optar pelo seu vínculo de concurso público. Estão recolhendo... a maioria já deve ter 20 anos de concurso público e não vai abrir mão da sua aposentadoria para pegar uma PJ, ou seja, receber através de pessoa jurídica. Mas tiveram que fazer isso.

O que é que vai acontecer? Primeiro, ele não pensa no ser humano. Ele não pensa na pessoa que vai ficar desempregada, porque você corta o seu salário, divide em quatro. E, segundo, ele não dá nenhuma opção! Ele não senta para conversar!

O absurdo dos absurdos é quando o próprio Sindicato dos Médicos faz a solicitação de informações à Secretaria da Saúde. Eu acho que, até mais do que os deputados, um sindicato que representa uma classe tem toda a legitimidade de solicitar as informações da sua classe, da sua categoria. Mas o secretário da Saúde, a Secretaria da Saúde não informa, não dá resposta.

E eu digo que isso é verdade porque eu mesmo, deputado Alan Sanches, já sofri com isso. Foi quando precisei entrar com mandado de segurança contra o próprio secretário da Saúde para que eu tivesse acesso às informações, o que a lei me garante. A Lei de Acesso às Informações me garante que no prazo de 20 dias eu consiga ter resposta.

Eu não entendo, eu não entendo por que tamanha arrogância da Secretaria da Saúde. Eu não entendo por que não pode sentar e discutir com os médicos.

Agora, o que ele já faz? Pegando o gancho do vínculo, ele, agora, já demitiu essas pessoas sem colocar outras no lugar, levando à desassistência na razão de mais de 600 cargos – 600 cargos de médicos! Estava em torno de 500 a 600 cargos de médicos – que ele não colocou outro no lugar. Então, ou estava pagando sem precisar ou vai deixar as pessoas desassistidas.

Então, pegando esse gancho, o que foi que ele fez?

– Não, eu agora vou contratar os médicos através de pessoa jurídica.

E faz uma licitação que eu não chamaria de licitação. Ele faz, deputado Marcelino Galo, um credenciamento, um credenciamento de todos que quiserem participar. Todos os médicos que quiserem participar, que tenham uma pessoa jurídica, vão poder se credenciar: cirurgia vascular, cirurgia ortopédica, cirurgia neurológica.

E, a partir daí, como é que vão ser colocados nos lugares, nos postos de trabalho?

– Ah, isso será feito através de um sorteio – coisa que eu nunca vi na vida.

Você vai fazer um credenciamento, você vai ser credenciado para prestar um serviço médico através de uma pessoa jurídica e depois você vai ser sorteado para trabalhar por 1 ano.

E depois disso?

– Ah, depois disso você volta para o fim da fila.

Se houver 12 pessoas jurídicas credenciadas para, por exemplo, cirurgia vascular, vai ficar 1 ano, se for sorteado, e depois vai para o fim da fila. Isso é um completo absurdo! Uma coisa que a gente não consegue nem perceber.

Nem em nível de currículo eles estão avaliando: se você tem tempo de serviço, especialidade, especialização, se você tem título, participação em congresso... Ou seja, nem uma análise de currículo a Secretaria se propõe a fazer.

Isso não dará certo. Já está fadado, com certeza, ao fracasso, porque é um absurdo você escolher médicos através de sorteio! Eu não consigo conceber qual foi o critério utilizado, a insanidade que tiveram para fazer um credenciamento e, depois de credenciados, fazer sorteio para que determinado médico A, B ou C possa atender!

Eu acho que o próprio Sindicato dos Médicos e o Cremeb - Conselho Regional de Medicina já solicitaram audiências e mais audiências com a própria Secretaria da Saúde. Mas ela, como sempre, quando não lhe interessa, na arrogância que lhe é peculiar, ela silencia e não conversa, não debate, não tenta melhorar. Vai deixando, vai empurrando com a barriga e vai esperando os acontecimentos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que é muito triste o jeito que a nossa saúde aqui, do estado, tem sido levada. Fico muito triste que um governo que sempre se disse do diálogo, da conversa, tenha uma Secretaria da Saúde que não senta nem com a categoria médica para conversar,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não senta com as comissões pertinentes desta Casa.

Mas durante o dia de hoje trarei mais assuntos. E, aí, a gente começa o verdadeiro debate aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão o deputado Alan Castro, por 6 minutos, e a deputada...

O Sr. Alan Castro: Por 12 minutos! Agora é do PSD!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Doze minutos? Falará o deputado do PSD, Alan Castro, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao deputado Alan Castro, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ALAN CASTRO: Meu presidente, imprensa presente, pessoal das Galerias, a todos que nos assistem pela TV ALBA, do que eu queria falar é um problema sério. Eu, como presidente da Comissão de Saúde, deputado Targino... V. Ex.^a afirmou que Neto não iria me responder porque eu não tinha capacidade intelectual. E eu lhe digo que é muito mais fácil, V. Ex.^a, que é médico, sabe, a gente passar em Direito do que em Medicina. Neto nunca estudou, Neto veio de berço de ouro. Eu lutei. Vim da agricultura e, hoje, sou um médico porque estudei. E Alan Sanches também sabe que é difícil ser médico.

V. Ex.^a até me ofendeu dizendo que Neto não iria me responder porque eu não tinha capacidade intelectual. Mas fica a seu critério esse questionamento meu. Não conheço nenhum médico sem capacidade intelectual.

Mas, meus amigos, na terça-feira passada estivemos com o deputado Alan Sanches visitando o Hospital Municipal de Cajazeiras. Uma obra deslumbrante! Realmente, Neto está de parabéns, deputado Targino! Eu não sei qual é o seu acerto com ACM Neto para V. Ex.^a falar tão bem de ACM Neto.

E V. Ex.^a diz que não tem partido político, mas V. Ex.^a tem. V. Ex.^a já é Líder da Oposição! E está aqui elogiando ACM Neto. E me disse que eu estou bem com a Secretaria Municipal da Saúde e que não tem nada no governo de Neto.

(O Sr. Targino Machado fala fora do microfone.)

O Sr. ALAN CASTRO: Claro que V. Ex.^a tem! V. Ex.^a nunca foi Oposição nem Situação, V. Ex.^a sempre foi independente! Hoje, V. Ex.^a é Neto de carteirinha!

Então, eu estive lá com o meu colega Alan Sanches para visitar o hospital, junto com o secretário da Saúde, Luiz Galvão. Realmente, deputado Targino, é uma obra maravilhosa, que custou 120 milhões, eu repito: 120 milhões, deputado Alan Sanches, aos cofres públicos! Claro que teria que ter um padrão classe A: melhores equipamentos de ressonância, de tomografia, piso de granito, tudo de primeira. Tudo, realmente, a que a comunidade, que paga imposto, tem direito.

Visitei cada unidade, cada local daquele hospital e, realmente, eu fiquei impressionado com a limpeza, com a qualidade dos equipamentos, deputado Targino. Realmente, o prefeito botou lá coisa de primeira, prestigiando a comunidade de Cajazeiras, principalmente, que paga imposto e que merece ter coisa de qualidade.

Mas o problema veio, deputado Targino e deputado Alan, quando chegou a visita à Emergência. A Comissão... Alan sabe que a gente não visitou a Emergência. Eu fui impedido de visitar a emergência. Sabe por que, deputado Alan Sanches? A Emergência estava superlotada, tinha gente nos corredores, gente no chão.

Sabe por que isso? É o que eu tenho batido aqui, na Comissão de Saúde, o tempo todo, que Salvador, hoje, não tem uma cobertura efetiva, deputado Targino, de Unidade Básica de Saúde. E é claro que doenças básicas como diabetes, hipertensão, colesterol alto vai se agravar, deputado Targino. Aí, gera o derrame, gera o infarto agudo do miocárdio, gera o pé diabético, gera a cetoacidose diabética...

Então, o que eu vi, meus colegas deputados e ouvintes da *TV Assembleia*, é que o prefeito, junto com Alan Sanches e Luiz Galvão, mascarou, não deixou a gente visitar a Emergência porque a Emergência estava superlotada! E emergência superlotada quer dizer falência da prevenção, falência da Unidade Básica de Saúde.

Todos sabem que Salvador, hoje, tem uma cobertura de 40% de UBS. E com a cobertura de 40% de UBS, vai gerar demanda para a emergência. O deputado Targino sabe disso, sabe que o diabetes mal controlado vai virar o pé diabético, vai virar cetoacidose diabética. O diabetes dá infarto agudo do miocárdio. Por isso que tem milhares de soteropolitanos morrendo nas filas de emergência, e por isso que a Emergência foi mascarada.

A obra, deputado Targino, V. Ex.^a falou da Arena Fonte Nova, custou aos cofres públicos municipais 120 milhões. Sr. Presidente, eu repito, 120 milhões. E, aí, V. Ex.^a vem falar da Arena Fonte Nova, que foi uma obra aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado.

E V. Ex.^a sabe, deputado Targino, quanto custa a manutenção daquele hospital? São 100 milhões por ano! Quem está lavando as burras é a Santa Casa de Misericórdia com o gestor lá, que é o Tônico, que foi o anterior secretário da Saúde. Estranho, né? O secretário da Saúde saiu e o Santa Izabel assumiu o Hospital Municipal de Cajazeiras! Que estranho! Cem milhões por ano!

Aí, eu investigando as cirurgias eletivas... Ah!, que bom, faz de hérnia; de colecistectomia, que é a retirada da vesícula; de varicocele; de hidrocele, que é água no testículo do homem.

E eu perguntei: e a de mioma, que tem 1 ano na fila aqui, em Salvador, para fazer?

“Ah! Mioma a gente não faz.”

Eu falei: sabe porque não faz mioma? Eu perguntei ao gestor lá, do Santa Izabel: como é seu contrato, é por produção ou é fixo?

“Não, doutor, a gente recebe 100 milhões por ano.”

Eu falei: é por isso que você não quer fazer mioma, porque na de mioma tem prejuízo!

O Santa Izabel está lá, deputado Targino, só fazendo o filé mignon. Por que não opera mioma, que tem 1 ano na fila? Tem um bocado de mulher de 20 anos, 25 anos, 30 anos sem trabalhar, na fila da secretaria municipal de saúde para fazer uma histerectomia.

É por isso que a saúde está falida.

Aí, ficam o deputado Targino e o deputado Alan Sanches batendo na regulação. Claro que não tem regulação que aguarde. Uma Salvador que não tem uma cobertura de Unidade Básica de Saúde,...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) são 40% de cobertura, é claro que vai encher a emergência. Isso é lógico. Não adianta bater, dizer que não tem regulação.

O governador Rui ampliou em mais de 300% os leitos hospitalares, mas não tem leito hospitalar que aguentar uma Salvador que não tem um tratamento do hipertenso, um tratamento do diabético, deputado Targino, um tratamento de varizes. Salvador não tem nada!

Aí, fez o Hospital de Cajazeiras para dizer que tinha um hospital municipal de qualidade. Aquilo foi 120 milhões. Eu acho que se fosse o deputado Alan Sanches secretário da Saúde, como médico, que V. Ex.^a não investiria, porque aquilo é uma loucura. É uma loucura um município com 40% de cobertura de UBS dizer que tem hospital municipal de qualidade. Fica tapando buraco, atendendo pacientes graves, que custam muito mais para o estado e para o município, porque não tem uma prevenção, porque não tem um agente de saúde que vai à casa de dona Maria, deputado Targino, ver o açúcar alto, ver como ela está se alimentando, ver se ela está tomando a medicação.

A gente sabe que a Medicina funciona assim. É por isso que a Medicina de Cuba funciona – o pessoal fala mal, mas funciona –, porque tem prevenção. Cuba tem um baixo índice de pacientes na emergência porque você tem um médico...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno, meu deputado.

O Sr. Alan Castro: Vai acabar o seu tempo, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno.

Cuba tem um baixo índice de emergência porque investe na prevenção de saúde.

Então, não adianta o prefeito ACM Neto querer mascarar a saúde botando um hospital municipal, deputado Targino... porque eu não sei... V. Ex.^a, agora, virou um defensor de ACM Neto. V. Ex.^a antigamente, aqui, na Assembleia, se dizia independente. Hoje, virou líder da Oposição e bate no governador Rui Costa. Antigamente, V. Ex.^a batia nos dois, não é verdade? V. Ex.^a batia em Neto e batia em Rui.

Volte a ser independente, deputado Targino, não pegue uma bandeira furada dessas, de um município que, realmente, não prioriza a comunidade.

E na próxima terça-feira, deputado Targino, vou falar aqui da morte, da falência da classe média, porque o nosso prefeito ACM Neto matou, estrangulou a classe média que, hoje, paga impostos, que paga a luz... Eu não sou contra botar um hospital municipal em Cajazeiras, não. A gente sabe que nesses bairros carentes 90% são gatos de energia.

Então, a classe média, hoje, paga a luz, paga a água, paga taxa de esgoto e não tem uma saúde de qualidade, deputado Alan Sanches. Vamos brigar para botar aquela obra faraônica do Hospital Espanhol para atender a emergência da classe média, porque tem a pesquisa do IBGE, que vou passar para vocês na terça-feira, que mostra que só 40% da classe média, hoje, têm plano de saúde.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno, deputado.

A classe média está morrendo porque sufocada. O prefeito sufocou, botou gargalo e matou todo mundo com um IPTU alto. Aí, está fazendo obra na periferia porque, realmente, é na periferia onde está a maior densidade demográfica. Ele só está pensando em voto.

Claro que tem que ajudar o pobre, mas não pode matar a classe média que paga imposto. A classe média tem que ter saúde e educação de qualidade.

Já finalizando, Sr. Presidente.

Eu vou botar aqui, deputado Targino... Na semana passada V. Ex.^a botou aqui uma música das faculdades. Hoje eu vou botar a música da saúde, de Gabriel, o Pensador, para a gente dançar um pouquinho e conversar. Para V. Ex.^a ouvir.

(O Sr. Alan Castro coloca o celular para tocar uma música.)

O povo quer saúde, deputado Targino, o povo quer prevenção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Não pode deixar a classe média e o pobre morrerem na emergência.

Doutor, por favor, preciso de uma receita.

Hoje, nas Unidades Básicas de Saúde, deputado Targino, não tem remédio, não tem Tylenol, não tem Dipirona. Hoje atendi a uma senhora, lá na clínica, Targino. Mamografia particular.

“Por que a senhora não fez pelo SUS?”

“Eu não achei uma guia de mamografia no posto.”

Nem material gráfico tem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, senhor deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: Concluindo.

Então, realmente, é a falência da saúde de Salvador.

O prefeito ACM Neto, claro que é um bom gestor, melhorou muito a parte de infraestrutura. Mas eu dou a ele um cartão vermelho em saúde: investiu em um hospital que custa ao pobre 100 milhões por ano, Sr. Presidente, e não tem uma saúde de qualidade!

E um cartão vermelho para ele que não deixou a Comissão de Saúde ver...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, senhor deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: Para concluir. O flagelo que estava na Emergência do Hospital Municipal de Cajazeiras.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, no horário do bloco indicado por V. Ex.^a, falarão o deputado Alan Sanches, por 5 minutos, e eu, pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Senhoras e senhores, fui citado umas dez vezes aí, mas eu queria, deputado Alan Castro, que V. Ex.^a prestasse atenção.

Primeiro, que é muito fácil... Eu sempre digo e repito aqui, deputado Alan Castro: microfone e papel aceitam tudo porque eles não retrucam. Mas quando V. Ex.^a fala inverdades aqui...

Primeiro, eu vou pedir, realmente, que, por favor, não aja dessa forma. V. Ex.^a é um amigo querido. Nós fomos ao Hospital Municipal. Eu, inclusive, quando V. Ex.^a foi...

(O Sr. Alan Castro se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Não falará, não peça aparte porque eu também não lhe darei.

Eu quero dizer que nós estivemos no hospital. V. Ex.^a... Eu tenho gravado aqui o que V. Ex.^a elogiou a gestão de ACM Neto, elogiou o hospital: tão bom que já pedia outros serviços! Quando a gente pede outros serviços que o hospital está fazendo é porque ele está fazendo muito bem. Ele está fazendo tão bem, está resolvendo tantos problemas que V. Ex.^a já pede que coloque outros serviços.

Quando V. Ex.^a diz aqui que é um absurdo gastar 120 milhões na construção do Hospital de Cajazeiras, que V. Ex.^a disse que é belíssimo, limpíssimo, cheio de superlativos aqui... Deputado Alan Castro, V. Ex.^a esqueceu de fazer o dever de casa. Tem que fazer o dever de casa, deputado Alan Castro.

V. Ex.^a sabe quanto foi gasto no Hospital Costa do Cacaú? Eu escolhi um que é mais ou menos do mesmo tamanho, porque tem o mesmo número de leitos.

V. Ex.^a sabe quantos leitos tem no Hospital Municipal?

Tem que fazer o dever de casa. Para a gente criticar tem que trazer fatos, porque contra fatos não há argumentos. A gente fala o que quer, mas contra fatos não há argumentos.

V. Ex.^a sabe quantos leitos tem o Hospital Municipal? Tem que saber!

(O Sr. Alan Castro fala fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Duzentos e vinte leitos?

V. Ex.^a participou da apresentação. Eu procurei... Não, não é no celular, tem que estar na mente. V. Ex.^a participou da apresentação.

V. Ex.^a sabe quantos leitos tem o Hospital Costa do Cacaú? É do mesmo tamanho.

Sabe quanto foi gasto no Hospital Costa do Cacaú pelo estado, que V. Ex.^a está se arvorando a defender aqui? Cento e sessenta milhões, deputado Alan Castro! Cento e sessenta, contra Neto: 120!

Quem é que cuida melhor do dinheiro, deputado Alan Castro? V. Ex.^a tem que fazer o dever de casa.

São 40 milhões colocados aonde, deputado Alan Castro? V. Ex.^a tem que dizer porque um hospital do mesmo tamanho foi construído por 40 milhões a mais.

V. Ex.^a falou aqui do Hospital Municipal, que a manutenção... É pouco. Porque V. Ex.^a está precisando fazer o dever de casa. Quando eu digo dever de casa não é que V. Ex.^a não tenha a inteligência do tamanho da de qualquer homem aqui. Porque o besta, eu sempre digo, foi o 64. Aqui tem tudo na Casa, mas somos 63. Mas o besta é quem perdeu a eleição. Não tem besta nesta Casa, não tem bobo. Então são todos homens e mulheres valorosos, de extremo conteúdo.

Mas V. Ex.^a falhou quando não fez o dever de casa. Porque eu estava dizendo aqui que V. Ex.^a falou que são 100 milhões. Pouco. Porque V. Ex.^a não sabe, parece que não prestou atenção, o que o Hospital Municipal tem feito.

Sabe quanto o Hospital do Subúrbio, que já tem, acho, uns 5 anos de construído... V. Ex.^a sabe? Acho que são 6 anos. Cento e cinquenta milhões, deputado Alan Castro! Faça o dever de casa, contra fatos não há argumentos.

V. Ex.^a veio falar de 100 milhões que são gastos por ano no hospital para manutenção, atendimento, realização de cirurgias, 1.300 tomografias, 450 ressonâncias, e por aí vai. Gasta-se 100 milhões por ano.

E o Hospital do Subúrbio, que não é porta aberta, deputado Alan Castro? São 150 milhões, deputado! V. Ex.^a já pensou?

O Sr. Targino Machado: São 220 milhões.

O Sr. ALAN SANCHES: Já subiu! Eu tinha informações de 150 milhões, o que já é um absurdo! Se for isso aí está na hora, agora, da gente investigar. Porque 220 milhões,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e eu vou querer a sua assinatura, deputado Alan Castro, são demais para o Hospital do Subúrbio, que não tem porta aberta. E quero dizer mais: superlotado.

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Eu concordo. Eu concordo.

Hoje, o hospital... Porque a gente tenta procurar, enquanto população, onde a gente consegue resolver os problemas. E hoje eu estou dizendo aqui, desarmado de ser deputado, onde consegue resolver o problema se tiver qualquer dor, qualquer problema?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É no Hospital Municipal, V. Ex.^a tenha certeza disso.

Agora, são 450 atendimentos na Emergência por dia, deputado.

Com sua tolerância, Sr. Presidente.

Por dia! E V. Ex.^a vem falar contra isso.

V. Ex.^a, realmente, precisa fazer o dever de casa. Mas eu digo, como eu falei antes, que não fugirei à boa briga. Agora, traga argumentos, deputado Alan Castro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, não posso apegar a minha fala.

Ouvi com muita atenção o ilustre deputado e o compreendo. Eu compreendo o papel de cada um dos Srs. Deputados nesta Casa. Deputado precisa ter lado, político precisa ter lado, eu compreendo. Só repilo as mentiras perpetradas aqui pelos deputados quando eles são desmemoriados ou quando mentem deslavadamente, já que confundem a linha tênue entre a verdade e a mentira.

Ao dizer que eu já estive aqui, deputado Alan Castro, para criticar o prefeito ACM Neto, V. Ex.^a é um litigante de má-fé. Depois o senhor procura aí no dicionário do *Google* o que é litigante de má-fé. Então eu não posso me digladiar com alguém que mente, porque as minhas armas, as armas que eu escolho, são as da decência, da boa estatura, da boa política. Não posso me nivelar a V. Ex.^a, que aqui citou o meu nome 56 vezes em apenas 12 minutos. Ao citar o meu nome 56 vezes, entendo que V. Ex.^a está procurando beber na fonte para ver se recebe alguma luz. Espero, rogo a Deus que traga luz para V. Ex.^a, porque todo mundo merece.

Cometerei, agora, uma inconfiência que V. Ex.^a me obrigou a cometer. Alguns deputados sabem disso, porque já falei com eles, e V. Ex.^a também já falou com outro. Disse V. Ex.^a: “Vou defender o Fábio Vilas-Boas porque ele dobrou o valor do meu contrato”. V. Ex.^a me disse que ele dobrou o valor do seu contrato.

Então V. Ex.^a está perdoado, pois colocou o dinheiro, seja legal ou ilegal, no bolso. Mas não saia fazendo propaganda, fique caladinho, porque V. Ex.^a vai comprometer, inclusive, o amigo que lhe ajudou, que é o secretário estadual da Saúde. Não faça isso. V. Ex.^a precisa ter limite! V. Ex.^a, que é um péssimo parlamentar, viveu e atuava melhor nesta Casa quando não falava, porque falando é um desastre. Assassinou o português.

Não queria dizer isso, agora, me respeite, deputado Alan Castro. Não me meça com a mesma régua que mede V. Ex.^a. As nossas estaturas são diferentes. Não falei aqui que V. Ex.^a... eu disse que as pessoas são diferentes na natureza, no intelecto, no caráter ou na falta de caráter. V. Ex.^a...

O Sr. Alan Castro: Um aparte, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu não pedi aparte a V. Ex.^a, embora citado 56 vezes, porque não queria contaminar a minha fala apartando-o. De igual modo, não contaminarei a minha fala sendo apartado por V. Ex.^a.

V. Ex.^a tem legitimidade, já que foi eleito pelo povo, que o escolheu e lhe deu representação. Exerça essa representação como bem lhe aprouver, vendendo, inclusive, contratos para a Secretaria da Saúde, vendendo discursos. E também pedindo a mim e ao deputado Alan Sanches: “Batam na Saúde do Estado, batam no secretário Fábio Vilas-Boas”. É verdade isso, deputado Alan Sanches? Já pediu a mim e a V. Ex.^a, porque queria se arvorar a defender o secretário da Saúde, certamente para comer uma boquinha. Eu não vivo de boquinhas. Repito, eu não vivo de boquinhas.

Sr. Presidente, me desculpem os senhores da imprensa, me desculpem os senhores das Galerias, me desculpem os Srs. Funcionários, mas, infelizmente, eu não podia deixar de vir a esta tribuna me posicionar desta forma.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por todo o tempo o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por todo o tempo, 10 minutos, o deputado Rosemberg, Líder do Governo.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, visitantes, servidores, servidoras, acho que precisamos debater a política de saúde do nosso estado e das diversas cidades que compõem o atendimento básico buscando aglutinar os interesses estaduais e os interesses dos diversos municípios.

Acho que a gente pode desenvolver uma grande política de saúde que ajude os municípios a fazerem o atendimento básico e, também, os atendimentos com maior complexidade, fruto das estruturas montadas. E isso vem sendo feito com a política implementada pelo governador, com os novos hospitais regionais, com a melhoria dos hospitais que estão localizados em Salvador.

Mas, Sr. Presidente, hoje nós vamos debater aqui um tema, na minha opinião, de muita relevância para o estado da Bahia. Já debatemos e aprovamos, em cinco comissões conjuntas, o parecer da deputada Maria del Carmen ao projeto que cria as microrregiões de saneamento do nosso estado, para que assim possamos ajustar uma política estadual que proteja os diversos municípios, no sentido de terem um atendimento de qualidade.

Na minha opinião, esse projeto de lei, uma vez aprovado, atenderá os interesses do estado e, também, da empresa que cuida do saneamento e do fornecimento de água no estado da Bahia, que é a nossa querida Embasa.

Acho que deveríamos tratar desse tema com muita relevância, porque estamos debatendo saneamento, ou seja, a política que cuida – os deputados debatiam sobre essa questão – da saúde de forma preventiva.

Além disso, eu queria pedir aos deputados que pudéssemos agilizar, hoje, o projeto de lei que regula um acordo dos sindicatos dos técnicos das universidades do estado da Bahia com o governo do estado. Trata-se de uma proposição que organiza o aumento negociado pelo governo do estado com servidores, para que se possa, assim, ampliar os ganhos dessa categoria.

Saímos de uma política de ampliação da carga horária de 30 para 40 horas, com uma nova tabela que cria um reajuste para os técnicos, a depender, obviamente, da opção deles nessa nova tabela. E também, na própria tabela originária, com um reajuste em torno de 8%. Essa é uma demonstração do governo do estado no sentido de garantir

uma política salarial para os nossos servidores e, também, no sentido de tentar atualizar algumas situações em que o salário-base de servidores estava abaixo do salário mínimo.

Com isso, a gente atende uma reivindicação antiga, principalmente, dos servidores das universidades, que tinham, em algumas funções, o salário inicial abaixo do salário mínimo. O salário bruto é de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, mas o salário-base estava menor do que o salário mínimo. Por isso, houve um esforço concentrado das Secretarias da Educação, da Administração e da Fazenda para que a gente pudesse sair dessa situação.

É uma demonstração do governo do estado de que, sem esquecer o seu equilíbrio fiscal, está de olho em situações como essa, que poderia passar uma posição negativa do ponto de vista da prática de salários-base abaixo do mínimo.

Por isso, eu queria pedir ao Líder da Minoria que conversasse com os deputados, e assim a gente pudesse tentar votar esse projeto – que é apenas a regulamentação desse acordo dos técnicos das universidades estaduais com o governo do estado, assinado na semana passada – ainda hoje, viabilizando a implementação desses novos salários já agora no mês de junho. Para isso, é necessário aprovar esse projeto nesta Casa.

Também quero dizer que estive nesta Casa, hoje, o secretário do Trabalho, meu querido amigo Davidson Magalhães, que, além de ser secretário, é suplente de senador da República. Ele veio conversar comigo e com o deputado Targino sobre um projeto de lei enviado a esta Casa para atender à nova lógica do governo federal – antigamente, era através de convênio –, que determina que o Fundo Nacional do Trabalhador, agora, só pode enviar recursos para os fundos estaduais do trabalho. Com esse dinheiro, se busca garantir formação e intermediação de mão de obra.

Com isso, precisamos nos ajustar rapidamente, porque esses convênios se encerraram no dia 31 de maio. A partir do dia 1º de junho, os valores repassados pelo governo federal, através desse Fundo Nacional do Trabalhador, não podem mais vir por meio de convênio; só poderão vir para outro fundo. É o chamado comumente de fundo a fundo, ou seja, repasse do fundo nacional para os fundos estaduais.

Todos os estados estão trabalhando nesse sentido, com agilidade, e eu queria pedir aos deputados – se fosse da conveniência –, para não se gastar mais uma semana, que a gente votasse esse projeto hoje. Esse projeto, que se refere ao antigo Fundo de Combate à Pobreza, é de interesse de Estado, não é de interesse de governo. Ou seja, se houver demora, as políticas de intermediação e de formação de mão de obra ficam prejudicadas pela falta do repasse do governo federal.

Vamos apreciar hoje, pelo menos, o projeto que está na Ordem do Dia e um requerimento de urgência para votar esse projeto dos técnicos das universidades. Então, se não houver acordo entre os deputados...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Com um aparte o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Caro Líder deputado Rosemberg, tanto eu quanto o deputado Alan Sanches reconhecemos a urgência de se criar esse fundo para recebimento dos recursos. Não somos nós que vamos aqui trabalhar contra a Bahia e

os baianos, de jeito nenhum. Eu não me presto, na minha condição de Líder, ao quanto pior, melhor. De jeito nenhum.

Não estou aqui para botar cabelo em ovo, não estou aqui para fazer elucubrações verbais. Conto sempre com a boa vontade do deputado Alan Sanches, boa vontade até para estar aqui, como companheiro pé de boi, carregando piano junto comigo.

Pois bem, o deputado Alan Sanches me pediu para fazer a seguinte proposta a V. Ex.^a: considerando a urgência desse projeto, nós o votaríamos hoje e deixaríamos o das microrregiões...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de saneamento básico para a próxima semana.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Meu querido, eu não posso... Olha bem, eu vou conversar com V. Ex.^a assim que descer, mas esse projeto das microrregiões está na Ordem do Dia e tem uma certa urgência para que a gente possa atualizar essa formação. Como V. Ex.^a pediu que levássemos às Comissões Conjuntas, eu fiz o entendimento. Eu ia até votar a urgência na semana retrasada; não votei e levei às Comissões Conjuntas para ampliar o debate.

Eu não teria nenhum problema, desde que combinemos votar, na próxima semana, sem necessidade de quórum. Aí não teria nenhum problema, até para que tivéssemos mais uma semana para debater. Mas, caso contrário... nós temos a possibilidade de colocar um requerimento de urgência, mas não queria fazer isso até para prestigiar o debate e também para destacar a importância da Liderança da Minoria, que tem tido a boa vontade de votar esses projetos. E esse projeto, especificamente, é de uma importância fenomenal para o Fundo de Combate à Pobreza no estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

Só para comunicar ao plenário que decidimos, deputado Rosemberg, votar esse projeto na próxima terça-feira, mas não podemos abrir mão do quórum, porque o quórum não é para se abrir mão. É um rito regimental, e não podemos abrir mão disso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão as deputadas Fátima e Olívia Santana, respectivamente, por 6 e 5 minutos, numa demonstração de que as mulheres têm sempre vez na Bancada do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, à deputada Fatima.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem o tempo, por favor.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Marcaram o tempo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas Olívia Santana e Maria del Carmen, quero iniciar esta fala de hoje parabenizando as deputadas Neusa Cadore e Fabíola Mansur, que promoveram, hoje pela manhã, um grande debate nas comissões.

Esse debate contou com a participação de muitas autoridades de órgãos estaduais, do Ministério Público, da Defensoria. Contou também com a presença de entidades sociais que fazem um trabalho, em parceria, para construir a oportunidade de a nossa juventude baiana viver com alegria e felicidade. São iniciativas, todas elas, de combate a qualquer tipo de discriminação, de maus-tratos ou de violência contra crianças e adolescentes.

Portanto, foi uma audiência de muito impacto social, com a fala de jovens que trouxeram o seu minuto de silêncio e também a sua luta no município de Lauro de Freitas para combater a violência. Lá, às vezes, há momentos cruéis nos quais a polícia chega e não conversa, não dialoga e, de uma forma muito grosseira, faz com que aconteçam cenas trágicas com os nossos jovens.

Enfim, foi uma audiência de verdade, cara a cara, de luta e de busca de oportunidades, tratando das políticas sociais e públicas que o nosso estado, através do governador Rui Costa, vem desenvolvendo em todos os setores. Isso merece uma palavra de referência e de relevância, porque acontece no momento em que a gente se depara com o retrocesso das políticas públicas nacionais provocado pelo presidente da República, que faz decretos extinguindo conselhos, cortando verbas para a educação, para a saúde, para moradia. Tudo isso traz grande impacto social para as camadas mais vulneráveis, ou seja, para a pobreza que existe no nosso país.

Vivemos numa sociedade marcada pela discriminação, pela desigualdade, então, cada política que deixa de existir... e elas foram criadas no momento em que o nosso presidente Lula olhou para o Brasil, olhou para os mais pobres, olhou para a juventude, olhou para as crianças e implementou uma quantidade muito grande de programas sociais. Programas que chegavam diretamente aos municípios e, dessa forma, ajudavam os prefeitos, com mais recursos em caixa, a realizar mais ações para o nosso povo.

Ontem, recebemos aqui prefeitos. Eles vieram a esta Casa, com as suas reivindicações, buscar mais recursos no Orçamento do governo estadual para atender as políticas sociais dos seus municípios. E sabemos que todo esse empenho fica cada vez mais escasso quando não se conta com nenhuma verba federal. Até o Fundeb, que é o recurso que cuida da educação, também sofreu cortes, prejudicando consideravelmente o trabalho dos professores e das universidades e todo tipo de ação que se desenvolve nas escolas dos municípios para apoiar e atender a nossa juventude...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Neste minuto que falta, quero registrar a minha satisfação por ter participado da abertura dos festejos juninos lá no município de Sítio do Quinto. Parabenizo o prefeito Jair pela atitude...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) pelo seu desempenho, pela forma como conduz o município, cuidando de todos os seus munícipes.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, quero informar ao conjunto dos deputados e deputadas que está acontecendo agora, em frente à Secretaria da Educação, uma grande mobilização das universidades estaduais.

Todos nós estamos acompanhando esta mobilização das educadoras e dos educadores das nossas universidades. Aliás, é a terceira maior rede estadual do país, só fica atrás de São Paulo e do Paraná, mas, infelizmente, não tem tido uma mesa de negociação realmente aberta por parte do governo.

As professoras e os professores estão na frente da secretaria, mas, infelizmente, o secretário Jerônimo não está lá. Achamos muito importante – conversamos sobre isso com o Líder do Governo – que, pelo menos, um grupo de deputados vá conversar com o movimento, já que eles pretendem fazer uma vigília, noite adentro, na frente da Secretaria da Educação.

Estamos às vésperas de uma greve geral que promete ser a maior da história do nosso país. É importante que tenhamos uma saída afirmativa do movimento, num processo de fortalecimento da nossa universidade.

Sr. Presidente, nós não queríamos deixar também de informar que na próxima quinta-feira, a partir das 14h, nós vamos ter o lançamento do Comitê dos Movimentos Sociais em Defesa da Previdência Pública.

Deputado Targino, as centrais de trabalhadores, como CUT, CTB, CSP Conlutas, a UGT, enfim, a totalidade das centrais, além de dezenas e dezenas de sindicatos, de torcidas organizadas, presidente, estarão presentes no lançamento, quinta-feira, a partir das 14 horas, no auditório. A ideia é fazer algo muito afirmativo do ponto de vista qualitativo e quantitativo, numa greve geral, como eu disse, em busca da mudança de rumos do nosso País, especialmente na defesa da nossa seguridade social.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia pelo tempo de 5 minutos.

Marquem, por favor, os 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, quero fazer uso da palavra, primeiro, para destacar esse projeto de lei, que acaba de chegar a este plenário para a nossa apreciação, que (Lê) *“altera a estrutura remuneratória das carreiras de Técnico Universitário e o quantitativo de cargos por grau das carreiras de Técnico e Analista*

Universitário do grupo ocupacional Técnico-Específico das Universidades Estaduais, na forma que indica, e dá outras providências’.

Esse projeto, com certeza, conforme falado aqui pelo próprio Líder, nos ajuda no diálogo com os servidores das universidades públicas estaduais, que estão em greve. E precisamos operar no sentido de encontrar uma saída para essa greve, que prejudica o corpo de estudantes e o calendário letivo universitário.

Sabemos que os professores e servidores estão em luta por melhores condições de trabalho. Entendemos, também, as dificuldades que o governo tem neste momento de crise econômica e de solidão política no que diz respeito ao apoio aos programas sociais desenvolvidos no estado.

Temos, hoje, uma realidade bastante diferente da que tínhamos no governo Lula, no governo Dilma, quando havia uma relação de parceria, de maiores investimentos, com de diversos convênios que o estado podia dispor na sua relação com o governo federal.

Mas aquela realidade, infelizmente, mudou de maneira trágica, porque temos no governo federal, agora, alguém avesso a políticas sociais, que diz que quem gosta de pobre é o PT. O presidente da República fazer uma declaração como essa?! Se somente os ricos tivessem votado nele, ele não seria presidente da República! Ele é presidente porque, infelizmente, uma parcela dos pobres votou nele. Então, temos de refutar, ou melhor, temos de rechaçar esse tipo de declaração, mas ela é ilustrativa do caráter da pessoa que hoje exerce a Presidência da República neste país.

Portanto, isso tem dificultado em muito a situação do nosso estado. E considero que temos de reafirmar sempre o respeito às categorias de professores e de servidores e também aos nossos estudantes. Se não é possível o aumento salarial, tem de se discutir alternativas que podemos adotar. Esse projeto é um gesto concreto, mas há outras ações que o governo do estado pode fazer no sentido de qualificar a conversa, o diálogo à mesa de negociação com os servidores das universidades estaduais, tendo como foco a necessidade de encontrarmos, repito, uma saída para o encerramento dessa greve.

Então, fica aqui a minha declaração.

Também chamo a atenção para a necessidade, sim, da apreciação e aprovação do projeto do Fundo do Trabalho. Fui secretária do Trabalho e a gente já não dispunha, na Setre, do convênio entre o governo federal, através do Ministério do Trabalho naquela época...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e o governo estadual. Aquele convênio foi suspenso desde o governo Temer, provocando um prejuízo de R\$ 5,7 milhões para a Bahia. E hoje há o estabelecimento do Fundo Nacional, que só repassará recursos se for através da relação fundo a fundo. Portanto, é fundamental instituir esse Fundo do Trabalho...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aqui na Bahia, na tentativa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) de que a Bahia possa, sim, dispor de algum apoio, de algum recurso do governo federal para financiamento da rede SineBahia, que é uma das maiores do Brasil e precisa, portanto, ser sustentada não apenas com recurso local, mas também com recursos do governo federal, que os baianos têm o direito de dispor.

Então, fica aqui o apelo para que seja aprovado, porque esse recurso também é estendido...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) à qualificação profissional.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, vão dividir o tempo os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, deputado, o tempo agora é da Liderança do DEM.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores da imprensa, retorno a esta tribuna. Quero aproveitar a presença de S. Ex.^a, o presidente Nelson Leal.

(O Sr. Nelson Leal adentra ao plenário.)

Deputado Nelson Leal, como disse, quero aproveitar a presença de V. Ex.^a, nosso presidente, para fazer, com o plenário, algumas observações. Primeiro, esta Casa tem trabalhado como nunca vi, pois estão funcionando as comissões, as audiências públicas, as sessões especiais. Esta Casa está interagindo com a população. Este é o papel desta Assembleia Legislativa. Não quero buscar elogio para isso, deputada Olívia, porque ninguém merece elogio por cumprir o seu dever, a sua obrigação. Não é verdade? Mas estamos desempenhando bem o nosso papel.

Infelizmente, Sr. Presidente, repito, infelizmente, apesar do trabalho e do esforço que V. Ex.^a tem tido para fazer esta Casa pulsar, idealizando reuniões com presidentes das comissões, abrindo este colégio de presidentes das comissões, presidentes partidários, lideranças, pude ver, hoje, esta Casa, novamente, pulsando nos seus corredores, sendo buscada pelas presidência e diretoria da Coelba, pela OAB, etc.

O deputado Alan Sanches, no auditório, está promovendo um seminário da melhor qualidade para fazer entronizar esta Casa na cabeça e na mente das pessoas de que isso é o Parlamento e que o mesmo é necessário como grande instrumento da democracia.

Eu dizia, há pouco, às deputadas. Mas não adianta nós estarmos fazendo, aqui, as audiências públicas, falando para 50, 60, 70 ou 100 pessoas, acreditando que, com isso, estamos dialogando com a população, porque não estamos.

Nós só vamos dialogar bem com a população no dia em que esta Casa, de fato, começar a produzir efeitos, ou seja, já aprovar projetos, notadamente projetos de autoria de S. Ex.^{as}, os deputados estaduais, a fim de adquirir o Parlamento estadual o protagonismo da cena política. Nós precisamos sair e passar para a frente do proscênio ao assumir o protagonismo. E só faremos isso, Sr. Presidente, se tivermos a grandeza de abrir mão dos interesses menores de matizes políticas, dos interesses partidários para colocar, no ápice de tudo, acima de qualquer interesse, o resgate da dignidade deste Parlamento.

Pronto. Isso é o que o povo espera.

Sr. Presidente, a minha resposta, a V. Ex.^a e ao deputado Rosemberg, é a seguinte, qual seja, o art. 84 do Regimento da Casa, em seu *caput*... Vai acompanhar, Sr. Presidente? O art. 84 diz o seguinte. Deputado Rosemberg, ouça o art. 84.

(Lê) *“Art. 84 - Ressalvadas as exceções regimentais, as Comissões terão prazo de 15 (quinze) dias para dar parecer às proposições ou emendas.”*

Veja, se a gente cumprir isso aqui, a celeridade que a gente vai apresentar e as respostas que este plenário... este plenário vai virar um palco das discussões diárias a respeito das proposições.

E o § 4º do art. 84 diz o seguinte.

(Lê) *“Esgotados os prazos previstos neste artigo o Presidente da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, deverá incluir...”*

Vejam, deverá incluir. Não diz aqui que ele pode incluir não! Não é? É impositivo. Bem, continuando, (Lê) *“(...) deverá incluir a proposição na Ordem do Dia, designando Relator para proferir parecer oral, se este não tiver sido emitido”.*

Pronto!

Com a permissão de S. Ex.^a, o presidente, e do Líder do Governo, eu quero estabelecer um novo momento nesta Casa. Já estou com o requerimento pronto para dar entrada na segunda-feira. O requerimento é trazermos, para a Ordem do Dia, Sr. Presidente Nelson Leal, um projeto da nossa autoria, pois o considero, inclusive, de alta relevância, uma vez que eu já o submeti a alguns deputados nesta Casa. Isto feito, eu quero dizer que abriremos um caminho a ser trilhado por muitos outros Srs. Deputados. Com isso, nós vamos, aí, sim, adquirir o protagonismo da cena política para a Assembleia Legislativa.

Não adianta se queixar da imprensa, porque o que acontece, lá, na Câmara de Vereadores – tenho ouvido e ouço muito isso aqui – é que as coisas, por lá, repercutem mais e de forma mais séria, contemporânea com os fatos. A culpa não é da imprensa... A culpa é que eles, lá, têm uma outra formatação diferente da nossa. E a gente precisa desobstruir os canais e desobstruir as vias respiratórias para respirar melhor.

Quero, Sr. Presidente, ainda, sustentar uma outra tese. A Comissão de Constituição e Justiça, por mais importante que seja e é, ela não tem o condão de

liquidar projeto nenhum. Ela argui quando vota uma preliminar de inconstitucionalidade. E este plenário é soberano. Não posso imaginar como um colegiado de 8 deputados possa valer mais do que um colegiado de 63 deputados.

Então, de agora em diante, deputado Rosemberg, peço vênica a V. Ex.^a. Mas todas as vezes que eu entender... Vou, inclusive, pedir a assinatura de V. Ex.^a para não dar uma assinatura sozinho, minha, para que a gente possa trazer os projetos para cá.

Neste momento, Sr. Presidente, se vier a acontecer, eu quero dizer a V. Ex.^a que as mulheres estarão, inteiramente, contempladas, os homens, também. Mas mais contemplados do que as mulheres e os homens desta Casa, o povo da Bahia e os baianos serão os grandes contemplados.

Quer um aparte, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quero.

O Sr. TARGINO MACHADO: Concedo um aparte ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Targino, logicamente, eu acho que a gente pode fazer uma análise mais criteriosa do Regimento. Até entendo e, sempre, fui, na Comissão de Constituição e Justiça, com esse entendimento. A Comissão de Constituição e Justiça tem uma posição. Porém, qualquer deputado que queira, certo?, por ter se sentido prejudicado em ter sido reprovado lá, trazer o tema para o pleno da Casa. Ele pode requerer. Logicamente, quanto à comissão, ela não tem de mandar automaticamente, pois só poderá vir ao plenário por requerimento do interessado. Entendo isso como pertinente, pois ele se sentiu prejudicado lá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas eu queria fazer uma ponderação a V. Ex.^a para a gente agilizar. Na próxima sessão, a gente pode fazer uma força-tarefa para a gente poder votar, na próxima terça-feira, os projetos das mulheres, pois, quanto a este, nós ficamos de votar no dia 8. Obviamente, me parece, já há uma força-tarefa tanto da Comissão de Constituição e Justiça como da própria Comissão dos Direitos da Mulher que a gente possa, pelo menos, votar um projeto de cada deputada. E a gente faz, na próxima terça-feira, aqui, a dispensa de formalidade desses projetos e a gente vota como uma forma de prestigiar este momento, ainda, agora, neste mês de junho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, preste atenção à proposta do deputado Rosemberg. Eu quero ampliar esta proposta. Não é?

Eu acho que este gênero feminino é tão espancado ao longo do tempo. Há tão pouco tempo, as mulheres votam e adquiriram a cidadania. As mulheres, só a partir de 1979, puderam jogar futebol, porque jogar futebol era crime. As mulheres são submetidas a essas barbáries e a esses psicopatas. Não é? Isso não é machismo. Isso é psicopatia. Ninguém queira me dizer que isso é fruto de machismo. Não! O feminicídio é praticado pelo psicopata. Isso é uma doença mental.

Mas, por mais respeito que eu tenha às mulheres, eu não quero fazer nenhum tipo de discriminação contra os homens ou contra as mulheres. Eu acho que nós

poderíamos votar, aqui, tantos quantos projetos fossem, não na terça-feira, mas na segunda, na terça, na quarta. E se V. Ex.^a assim o quiser, nós vamos votar na terça e...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, meu querido Líder.

A Sr.^a Ivana Bastos: Um aparte.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu, como Líder da Oposição, me comprometo, num primeiro momento, a tapar o nariz e a dispensar o quórum de votação. Este é o compromisso.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Combinado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Pois não, deputada Ivana.

A Sr.^a Ivana Bastos: Eu gostaria de parabenizar os dois Líderes, porque esta foi uma decisão sensata. Gostaria de dizer que nós, mulheres, nos sentimos, assim, contempladas, nos sentimos, assim, agradecidas e gratas aos Srs. Deputados. Foi um compromisso que nós fizemos nesta Casa. Tenho certeza de que esses projetos, a virem ao plenário, vão modificar e vão melhorar muito a vida das mulheres e das mães.

Então, deputado, receba os meus agradecimentos, a minha gratidão e o meu respeito.

O Sr. TARGINO MACHADO: Não agradeça não, porque as mulheres são minhas credoras.

Com a palavra o deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Queria me associar à sua reflexão do que mede a eficiência e a produtividade de uma Casa Legislativa, pois, necessariamente, a sua função maior é legislar. Se ela não legisla, o senso comum diz que ela não produz.

Então, creio que a sua sugestão do cumprimento do Regimento em relação a dar fluxo a essa produção que, muitas vezes, fica engarrafada dentro das comissões, ela é bastante oportuna.

Sugiro que esse encaminhamento seja adotado dando prioridade ao que está engarrafado em relação a um acordo feito aqui com os projetos envolvendo as mulheres, independente da dispensa de formalidade que está sendo combinada. Mas quanto ao seu procedimento de trazer para este plenário, que ele seja iniciado a partir desse ponto de partida da produção legislativa que envolve a temática do direito das mulheres.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado, deputado Robinson Almeida. Muito obrigado, deputada Ivana. Muito obrigado, deputado Rosemberg.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a merece.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria aproveitar, deputado Targino, para me congratular com V. Ex.^a. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que, realmente, é importante nós votarmos projetos oriundos dos parlamentares, pois, aqui, tem uma dificuldade e tem uma barreira muito grande para isso acontecer.

Nós, obviamente, temos um problema se nós fizermos uma comparação com a Câmara de Vereadores. A Constituição Federal de 1988 retirou, praticamente, o protagonismo dos legislativos estaduais. Inclusive, nós estamos brigando por isso. Isso está tramitando no Congresso Nacional. Eu acho mais do que justo fazermos parte, pois os estados ficaram alijados.

Em função dessa trava existente nas Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores podem legislar e podem votar matérias que mexem com o dia a dia da população e dos cidadãos. A gente tem esta dificuldade.

Além disso, eles têm uma infraestrutura, pois as indicações têm de ser votadas, também, pelo plenário. E, aqui, pelo nosso Regimento, as indicações são votadas pela Mesa Diretora. Então o plenário, lá, tem um protagonismo maior.

Mas nós temos, sim, de fazer um esforço conjunto para votar uma série de projetos que vão ajudar muito a melhorar a vida dos baianos. Esta é uma contribuição que a Casa tem que, obviamente, dar para a sociedade baiana. Pode contar conosco. Quanto ao esforço necessário para que a gente avance, pode ter certeza que eu vou, sempre, estar ao lado dos parlamentares.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado José Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma rápida observação sobre a proposta do nobre Líder Targino Machado. Quero dizer que nós estamos no primeiro ano de uma nova legislatura. Até agora, Sr. Presidente, mais ou menos, 1.400 projetos foram, digamos assim, colocados em tramitação. São, mais ou menos, 1.400 projetos.

Desses projetos, Sr. Presidente, 87 são projetos já distribuídos para a emissão de pareceres. Quanto aos aprovados, são 23 projetos; dentre os quais, 13 projetos, com o de hoje, 13 projetos são com relação ao tema da mulher, que foi a ideia do nobre Targino Machado.

Agora, quanto a esta norma regulamentar de 15 dias para a emissão de parecer, a Casa e a Mesa vão ter que fazer um estudo, porque são 1.400 projetos. A pergunta é: em que momento o prazo de 15 dias vai ser cobrado? É por projeto individual? É pelo conjunto de projetos que o deputado recebe? Porque, senão, repare, a gente pode distribuir 1.400 projetos. Ao dividir esses projetos por 10, serão 140 projetos por deputado. Nobre presidente, quando o deputado devolverá o projeto com o respectivo parecer?

Então, por isso, o próprio Regimento tem uma outra estratégia: o acordo das lideranças. À hora em que quiserem, os dois Líderes se reúnem e põem para votar qualquer projeto, repito, qualquer projeto.

A meu ver, digamos assim, esses são o debate e o detalhe que V. Ex.^a tem que fazer. Aliás, V. Ex.^a já fez. Pela primeira vez, reuniu todos os presidentes das comissões. V. Ex.^a está com o maior zelo para dotar a Casa de mecanismo de controle parlamentar, legislativo.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu tenho certeza de que V. Ex.^a vai encontrar o mecanismo tecnológico, evidentemente, também, informacional para a gente filtrar os projetos e encaminhar os projetos. Depois, se for o caso, cabe, até, a discussão sobre o Regimento Interno. Eu estou aqui há 11 anos. Todos os anos se discute o Regimento, mas ninguém muda o Regimento. Então esta é a observação que eu quero fazer.

Eu gostaria de dizer que tem, aí, 23 projetos já com pareceres favoráveis oriundos da Comissão de Constituição e Justiça; bem, na hora em que quiserem, a Mesa os coloca para votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Raimundo, é importante a colocação de V. Ex.^a.

Nós estamos já viabilizando. Inclusive, a Câmara de Vereadores já tem um programa que informa, ao parlamentar, assim que ele dá entrada em um projeto de lei, se tem algum projeto já tramitando na Casa ou se tem alguma lei específica que já foi votada. Isso ajuda a pensar projetos que versem sobre o mesmo assunto, sobre o mesmo objeto.

Então eu acho que uma ferramenta tecnológica vai nos ajudar. Esses projetos vão diminuir. Nós vamos ter de fazer uma pequena alteração no Regimento Interno, mas uma coisa pontual. Eu acredito que, com isso, nós vamos diminuir muito o número de projetos.

Agora, é necessário nós darmos celeridade aos pareceres para eles se tornarem aptos a serem votados no plenário. Claro, o acordo entre as Lideranças é, sempre, muito bem-vindo. Inclusive, eu acho ser este o amadurecimento do Parlamento ao convergir os lados opostos, mas que estão preocupados em trabalhar juntos em prol do desenvolvimento do estado da Bahia.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu percebo que cada gestão, cada presidente que passa, deixa a sua marca. Começo a perceber que a marca de V. Ex.^a, dentre outras, será a de deixar, justamente, a maior votação de projetos de iniciativa dos deputados e das deputadas.

Eu acho que as manifestações dos deputados Targino e Rosemberg falam em torno disso. Todos, nesta Casa, querem os seus projetos apreciados.

Quanto à Câmara Municipal, quando eu passei lá, há 10 anos, nós tínhamos um rito. Através de um colégio de líderes, nós avaliávamos os projetos menos polêmicos. Eram projetos de iniciativas dos parlamentares menos polêmicos e projetos que não dariam problemas nem para o governo ou para oposição.

Aqui, a gente poderia fazer uma força-tarefa. Não seria muito. Ao menos, uma vez ao mês, nós nos reuniríamos para ver se conseguiríamos votar projetos de iniciativa dos deputados. Eu acho que seria... Estão fazendo uma força-tarefa, agora, para contemplar as mulheres em decorrência do que já foi acordado no Mês das Mulheres.

Mas poderíamos fazer, também, esta avaliação dos dois projetos que o meu Líder já me solicitou, melhor, solicitou à nossa bancada, de cada deputado, dois projetos para que a gente pudesse, com toda a boa vontade, todos os deputados, a gente pudesse avaliar esses projetos, porque é importantíssima a aprovação dos projetos oriundos de iniciativa do próprio deputado. Isso é muito importante para o mandato de cada deputado desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Soldado Prisco: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sou quem agradece, deputado Alan.

Antes de passar a palavra, pela ordem, ao deputado Prisco, há um requerimento.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Pela ordem, com a palavra o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, pelos nobres deputado Targino e Alan, foi colocado, aliás, se pediu o esforço para cumprir o acordo, já que, no mês de março, não houve esse cumprimento.

Mas volto a falar mais uma vez, porque este já era um pedido desde a época do ex-presidente Angelo Coronel. Seriam votados dois projetos de cada deputado. A gente apresentava os projetos e esses projetos não eram votados na Casa.

Gostaria de pedir a atenção de V. Ex.^a, pois já foi pedido, de novo, à Bancada da Oposição, dois projetos para cada deputado. Como o próprio Alan colocou, eu acho que os Líderes têm esse acordo, já que foi feito o pedido, que se colocasse isso para votar o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu agradeço.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o Líder do PT ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Falarão, por 6 minutos cada, os deputados Jacó e Robinson.

Como vai entrar na Ordem do Dia, eu já quero pedir as presenças dos deputados e das deputadas em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jacó pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Presidente Nelson Leal, colegas deputados, colegas da imprensa, queria, inicialmente, saudar e dizer que concordo, plenamente, com a sugestão do Líder Targino, pois esta Casa, efetivamente, precisa avançar para os projetos dos deputados virem ao plenário. Com certeza, isso vai aquecer o debate e vai envolver esta Casa. Certamente, quem ganha é a sociedade baiana.

Mas o que me traz à tribuna é o fato de esta ser a Semana do Meio Ambiente. Nós abrimos esta semana para discutir sobre o meio ambiente. E esta é uma preocupação muito grande. Eu quero trazer, para os nobres colegas, uma reflexão para este tema. A nossa Mãe-Terra está correndo perigo.

O ser humano está tendo uma relação de garimpo com o nosso planeta e esta é uma relação predatória. Os recursos e os bens da natureza estão sendo exauridos a uma velocidade assustadora. Isso vem comprometendo a vida de milhões de pessoas. Milhões de pessoas, no nosso planeta, já sofrem a falta do acesso à água potável. Milhões de pessoas, no nosso planeta, estão sofrendo muito por falta desse bem precioso que é a água.

Para vocês terem uma ideia, o nosso planeta Terra deveria ser chamado de planeta água, porque 2/3 do nosso planeta são cobertos pela água. Mas só que os 97% dessa água são água salgada. Os outros 2% são água doce, mas estão concentradas em forma de gelo nos extremos do nosso planeta. Nós só temos disponível de água doce, para o uso da humanidade, apenas 1% de toda a água que existe no planeta Terra. Isso é muito pouco.

Existem regiões inteiras no nosso planeta que sofrem com a falta de água. Diferentemente do nosso país, nós somos um país abençoado. Nós temos 12% das reservas de água doce do planeta Terra. Nós temos a Bacia Amazônica, pois esta é uma bacia gigantesca que acumula 2/3 de toda água doce do nosso país.

Nós temos 4% da água doce do nosso país aqui, no Nordeste. Mas o Semiárido é a maior região interna dentro do Nordeste, possui mil municípios nessa faixa do Semiárido e tem, apenas, 1% da água doce do nosso país. O Semiárido brasileiro é a região que mais sofre em escassez de água ou é a região que tem a menor disponibilidade de água doce do nosso país.

Por isso, é importante, no Semiárido brasileiro, nós trabalharmos a perspectiva da convivência com o Semiárido e a perspectiva da preservação dos recursos naturais.

Nós estamos vendo o Rio São Francisco morrendo dia a dia com as suas águas secando. Nós estamos vendo as suas matas ciliares sendo destruídas. Nós estamos vendo o Rio Paraguaçu morrer. Por ironia do destino, o povo de Salvador é abastecido pela água que vem do Semiárido. O Semiárido é uma mãe, deputada Maria del Carmen. Mesmo com pouca disponibilidade de água, ainda abastece a nossa capital e a Região Metropolitana.

Mas a Bacia do Paraguaçu pede socorro. O rio está morrendo. As suas matas ciliares estão sendo destruídas. As pessoas estão usando a sua água de forma desordenada.

Na semana passada ou há uns 15 dias, nós debatemos, nesta Casa, o tema do Rio Utinga, pois ele é um afluente do Paraguaçu, é uma sub-bacia do Paraguaçu. O Rio Utinga está morrendo. O rio está secando. O rio de 80 quilômetros, hoje, tem menos de 20, apenas, correndo água. A situação é grave dos recursos naturais. É grave a situação deste patrimônio que é a água.

Nós precisamos nos deparar e nos debater com relação a este problema, porque as nascentes estão secando e o lençol freático está secando. No Território de Irecê, nós

temos um lençol freático riquíssimo, mas ele está secando. O Rio Verde está seco. O Rio Jacaré está seco. A cada dia que passa, a demanda por água, para a irrigação e para o consumo das famílias, aumenta. A população aumenta. Mas, por outro lado, a cada dia que passa, a oferta de água doce diminui. As nascentes secam. Os olhos d'água secam. Os riachos secam.

As pessoas estão poluindo o pouco de água doce que nós temos disponível, para o nosso uso, com o uso irracional de agrotóxico. Por sinal, o governo federal, durante este ano, já liberou mais de 80 novos tipos de agrotóxicos proibidos nos países do primeiro mundo. O lixo do primeiro mundo está sendo liberado no terceiro mundo para poluir as nossas águas, para poluir a nossa terra, para destruir a nossa fauna e a nossa flora.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Por isso, nós precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o país que nós queremos e sobre o legado a ser deixado para as futuras gerações. Vocês já imaginaram que, daqui a 15 ou a 20 anos, como será o abastecimento de água desse povo todo do Semiárido?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Nós precisamos nos preocupar. Nós precisamos traçar um planejamento estratégico de longo prazo para debater esta questão e para enfrentar este problema da escassez de água e da preservação dos recursos naturais, pois esses são os pontos centrais para promover o desenvolvimento com segurança, com inclusão e, acima de tudo, preservando o meio ambiente, preservando a vida das futuras gerações.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encerrar.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Nós precisamos tratar o nosso planeta como a Mãe-Terra, pois ela é o patrimônio de toda a humanidade. Por isso, nós precisamos preservar.

Agradeço a oportunidade.

Um forte abraço ao povo da Bahia.

Certamente, vamos debater muito o tema do meio ambiente durante esta semana.

E Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bem, antes de passar a palavra para o deputado Robinson, eu queria fazer dois convites.

Amanhã, o presidente da Unale, deputado Kennedy, estará na Bahia. Gostaria de convidá-los todos para prestigiar. A deputada Ivana Bastos, com certeza absoluta, será a nossa próxima presidente da Unale. (Palmas) Isso será importante para a Bahia, pois este cargo honrará muito o nosso estado. Certamente, o cargo será ocupado por uma deputada tão combativa e competente como V. Ex.^a.

Nós vamos nos reunir com o presidente Kennedy. Eu queria contar, lá, no gabinete nosso, no início da tarde, com a participação de todos os nossos prezados deputados estaduais.

Parlamentar não identificado: Quando será, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Amanhã, no começo da tarde, às 14h30, quarta-feira, lá na Presidência.

(Há intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Abriremos a sessão, deputado.

Será rápido o encontro lá. A maioria desce. A gente vai tocar. Nós vamos ter uma atividade antes, às 12 horas. Devemos estar chegando entre às 14 horas e 14h30.

Há outro convite a lembrá-los. Na sexta-feira, haverá o ParlaNordeste aqui. Será a quarta edição do ParlaNordeste. O ParlaNordeste é um colegiado formado pelos presidentes das Assembleias de todos os estados nordestinos, mas com a participação efetiva de todo o parlamento. Principalmente, como a reunião vai ocorrer na Bahia, eu gostaria de contar com a presença de todos.

Importante se faz destacar que nós elegemos, como temas principais, a reforma da Previdência, o alto custo das passagens aéreas, o intercâmbio entre as TVs e as rádios legislativas, além da velha e importante discussão do pacto federativo.

Alguns deputados já nos procuraram para incluir também... O deputado Eduardo Salles e a deputada Jusmari Oliveira estiveram em Fortaleza a procurar gerar um mecanismo de controle, sobretudo, de sustentação dos bancos, como o Banco do Nordeste, os bancos próximos à nossa realidade nordestina, de órgãos fundamentais como a Chesf, como o DNOCS, como a Sudam, no caso mais para cima, do Maranhão. Também, há de se falar um pouco a respeito do Velho Chico que está, aí, pedindo socorro.

Então, eu gostaria de que houvesse uma participação maciça dos nossos parlamentares na sexta-feira, às 10 da manhã, aqui, no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Robinson Almeida. Por favor, deputado, vamos, irmanados, cuidar do nosso querido Vitória.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, creio que o debate feito sobre o funcionamento desta Casa é bastante oportuno. Eu sou um deputado novato. Tenho de dar o meu testemunho, porque as instâncias desta Casa, como as suas comissões – eu participo de seis –, têm o funcionamento efetivo, pois são semanais as reuniões, as audiências públicas, os seminários. Vários extratos da sociedade participam dessas discussões.

Também, participo da Comissão de Constituição e Justiça. Quero dar o testemunho da produtividade desta comissão, pois são analisados os vários projetos de autoria dos deputados. Mas, realmente, o problema identificado pelo deputado Targino e por outros deputados é verdadeiro. A produção legislativa – as matérias votadas, aqui, de autoria de deputados – é muito pequena. E isso, queiramos ou não, mede a eficiência da Casa, mede a sua missão, que é a de legislar.

Então, eu acredito que, mesmo as competências de uma Assembleia Legislativa – que não é só o caso da Bahia, vale para todos estados – estão reduzidas a um escopo definido, voltado ao funcionamento dos serviços públicos e à atuação que remete à aprovação de muitas matérias de origem do Poder Executivo. A gente também tem que

enfrentar a dificuldade que os projetos de autoria dos deputados têm de chegar ao plenário.

Há um fluxo dentro das comissões. E esse fluxo não está obedecendo ao Regimento, que dá 15 dias como prazo máximo para as matérias serem apreciadas e votadas. Creio que isso poderia ser enfrentado tanto com uma conversa com os presidentes das comissões, para que elas possam ter uma prioridade na avaliação dos projetos, quanto com o expediente proposto aqui de trazer para o plenário – através de requerimento – todos os projetos que tiverem expirado o prazo de 15 dias de apreciação nas comissões. Creio que essa é uma iniciativa importante, porque traz para esta Casa a marca da produtividade.

Acredito que, em relação a essa temática dos projetos que versam sobre direitos e interesses das mulheres, tem que ter uma prioridade. Creio que não deve ser instalado o recesso nesta Casa antes de votar esses projetos. E caso eles não tenham, ainda, percorrido todas as comissões obrigatórias, seria importante que eles viessem para o plenário – ou por acordo ou por um requerimento por ter esgotado o prazo para análise nas comissões.

Também, Sr. Presidente, quero destacar a importância da votação desse projeto de autoria do Executivo, hoje, que institui as microrregiões de saneamento básico. Alguns têm falado de forma errônea – no meu ponto de vista – que é uma tentativa de preparar a Empresa Baiana de Saneamento para um processo de privatização. Estão misturando alhos com bugalhos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Todos nós sabemos que apenas alguns sistemas operados pela Embasa na Bahia são superavitários. A empresa tem uma política de subsídio cruzado, para que tudo que arrecada e tem lucro em alguns sistemas possa subsidiar sua intervenção – especialmente nos municípios mais pobres do nosso Semiárido, que não geram receita através das contas de água ou das contas de esgoto –, para poder ampliar e manter os serviços públicos de saneamento.

Então, a criação das microrregiões é um instrumento de planejamento do estado, de organização de uma forma mais racional de intervenção. Porque, muitas vezes, convém uma solução integrada para vários municípios e não uma solução individual. Uma adutora, que pode atender a toda uma região e não apenas a um município, traz mais segurança hídrica para garantir e assegurar o abastecimento de água em momentos de seca, de dificuldade dos municípios baianos. E, além disso, integra uma política de saneamento. Não só a questão da água e do esgotamento, mas também a questão da drenagem e da limpeza. Então, são elementos constitutivos de uma política de saneamento básico que vão ser pensados agora de forma regional, envolvendo vários municípios, fazendo com que governo do estado, prefeituras, câmaras de vereadores e sociedade civil possam ter um instrumento de planejamento e execução de uma política de saneamento integrado, indispensável para nós melhorarmos os indicadores...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) que já cresceram muito nos últimos anos – graças às intervenções no governo de Jaques Wagner, no governo de Rui Costa –, mas que precisam, ainda, melhorar muito mais. Então, eu pediria aqui, a apreciação, o apoio de todos os deputados, para a

gente aprovar esse importante projeto de lei, que assegura um instrumento mais eficaz, através das microrregiões, para a gente fortalecer as políticas públicas de saneamento básico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei Complementar nº 137/2019, que institui as microrregiões de saneamento básico.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, que projeto é esse? Ah! Já vi!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O que institui as microrregiões.

O Sr. Alan Sanches: Vai ler o parecer agora? Agora, deputado Robinson, porque eu estava aqui ao lado. Eu estou inscrito para a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em discussão.

Para discutir, o primeiro orador inscrito, que é justamente V. Ex.^a. O deputado Alan tem até, veja bem, deputado, até 20 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Targino Machado Pedreira.

O Sr. Targino Machado: Eu gostaria de solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para prestigiar a fala do ilustre deputado Alan Sanches. Que essa verificação de quórum seja nominal, e que possa V. Ex.^a mandar zerar o painel, abrir os 15 minutos, para que se garanta – eu desejo que assim seja – a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Targino Machado. Convido todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder para que se façam presentes.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

(Procede-se à verificação de quórum para continuidade da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como já tem quórum, com a palavra o deputado Alan Sanches, por até 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Senhoras e senhores, presidente Nelson Leal, relator, Maria del Carmen, que foi a relatora deste projeto. Como sou o primeiro aqui – já tinha me inscrito desde cedo –, mas... Na verdade, queridos amigos, o que está acontecendo com este projeto? Na verdade, é um grande golpe que o governo do estado dá quando traz este projeto para esta Casa.

A nobre deputada – me parece que foi a deputada Maria del Carmen –, no seu parecer, não traz, justamente, nada sobre o grande golpe que vai dar. Isto aqui, na verdade...

(A Sr.^a Deputada Maria del Carmen Lula se manifesta fora do microfone.)

Não a senhora, nobre deputada, mas o governo do estado. V. Ex.^a sabe o respeito, o carinho e a admiração que tenho. V. Ex.^a foi minha colega na Câmara Municipal, me ensinou muito lá nos meus primeiros passos naquela Casa. Mas este parecer deveria fazer referência ao futuro da Embasa. Porque o caminho disso aqui, ele está preparando para vender a Embasa, para privatizar. o Sr. Governador quer privatizar a Embasa. Ele não conseguiu de uma forma – ele não consegue gerenciar o governo do estado com criatividade, com soluções sustentáveis – e acredita que só vendendo a Embasa vai acabar com tantos transtornos e reclamações que temos.

E o que é que ele faz? O governo do estado agrupa em microrregiões várias cidades. Dessa forma, com ele tomando conta de 50% dessas microrregiões, tendo apenas mais um município, ele vai continuar dizendo o planejamento, vai continuar fazendo a fiscalização. Ou seja, ele continua sendo responsável por tudo, basta que ele tenha mais um município das microrregiões que ele passa dos 50% e toma as decisões. Porque as cidades, os municípios começaram a perceber que precisavam gerenciar essa lástima que é a Empresa Baiana de Saneamento Básico, que é a Embasa.

A Embasa não consegue atender aos anseios e às necessidades da população. E o que aconteceu? O estado percebeu que ia perder esse grande controle a partir do momento em que algumas cidades – que inclusive já estão fazendo isso – lançaram as suas licitações para poder atender melhor a sua população.

Acontece que ele, primeiro, está agrupando, para depois dizer: “Quem toma decisão sou eu”. Não permitindo que os municípios fiquem com sua autonomia, para que ele possa manter esse controle.

Quando digo que é um golpe, é porque em momento nenhum ele diz isso no projeto claramente.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alan, um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a pediu um aparte e já quer falar, mas com a admiração e o respeito que tenho, V. Ex.^a está com o microfone.

O Sr. Alex Lima: Agradeço. Apenas para registrar que o Ministério Público se manifestou favoravelmente no STJ e o ex-presidente tem direito a progredir no seu regime de pena. O presidente Lula vai para Casa!

O Sr. ALAN SANCHES: Já não era sem tempo, não é? Mas vai continuar pagando as penas. Então, Jacó, que gritou tanto aqui “Lula livre!”, conseguiu agora. Mais do que merecido isso.

Eu tenho, inclusive, entendimento contrário à prisão do ex-presidente no cárcere. Acho que poderia ter sido feita de outra forma. Isso é um entendimento pessoal, não é partidário. Então, fico feliz também, porque acho que ele contribuiu. Somos, deputado Alex, de lados opostos, pensamentos diferentes, mas acho que ele contribuiu demais com o nosso país. Cometeu diversos erros, mas eu não teria agido dessa forma. Porém

não sou a Justiça. Sou a favor do cumprimento da justiça. E agora, já que é para a liberação, vai cumprir pena domiciliar, e eu aplaudo V. Ex.^a também. Acho que o Brasil gostou dessa notícia, se fez justiça.

Agora, voltando aqui ao tema, eu acho que, nesta Casa, eu vejo os deputados de governo silenciosos. Eu desafio o deputado que saiba – o deputado Marquinho, o deputado Antonio Henrique, o deputado Dal, o deputado Roberto Carlos, Fabrício, o deputado professor Zé Raimundo –, que me fale sobre o projeto, que apresente alguma coisa sobre o projeto que a gente vai votar hoje.

Mas a Casa não tem o entendimento, não tem o conhecimento. Não tem o conhecimento, inclusive, desse golpe que será dado, a partir de hoje, na população baiana, quando cria essas microrregiões para manter o controle absoluto do saneamento básico – que é muito mal feito. É muito mal feito!

Em Salvador, eu posso dizer que – inclusive, onde militamos muito, lá no bairro de São Cristóvão e no subúrbio ferroviário – são dias e dias sem água, porém a conta chega. Mas são dias e dias sem água!

O governo do estado, ao invés, deputado Eduardo Alencar, de procurar dar esse golpe com a criação dessas microrregiões para continuar com o controle absoluto do saneamento e do fornecimento de água, o que é que ele deveria fazer? Ele deveria, justamente, fazer o contrário. Ele deveria tentar fornecer e prestar um serviço melhor, deputado Robinson Almeida, muito melhor do que tem feito. Mas ele precisa – pela falta de criatividade e pela ânsia de ganhar, de ganhar, de ganhar – começar a fazer essa cobrança.

Ele vai vender a Embasa. Escute o que eu estou dizendo aqui: isso é o caminho, o primeiro passo para vender a Embasa. Ele vai fazer a PPP, vai privatizar para angariar dinheiro, e dinheiro, e dinheiro – que é isso que ele quer. Da mesma forma que eu digo assim: por que o governador não pensa, não lembra do tempo que era pobre, que morava na Liberdade? – como ele sempre diz nas suas campanhas eleitorais. Aí ele lembra que era pobre e que a mãe mandava estudar. Por que ele não lembra dessa época e volta atrás? Porque hoje, deputada Maria del Carmen – relatora desse projeto –, ele quer cobrar, inclusive, das universidades. Ele começa a querer cobrar mensalidade e diz: “Eu acho justo que tem que pagar!”

Quando ele era pobre, que morava na Liberdade – como ele diz, como ele coloca nas propagandas eleitorais –, ele também queria que fosse pago? Será que ele queria que a faculdade pública – estou falando de universidade pública – Ele queria também? Nessa época em que era pobre, que morava na Liberdade, que a mãe mandava estudar, será que ele queria, realmente, que a faculdade, que a universidade pública fosse paga, deputado Aderbal? Claro que não!

Mas o discurso vai conforme o que ele deseja e, conforme a necessidade, ele acaba perdendo princípios, acaba perdendo o critério. Ele deixou de ser pedra e agora é vidraça! Então, para se proteger, diz: “Não, a gente tem que cobrar. Eu acho justo que tenha que pagar.” Se o nome é público, não vai pagar, porque vai fazer universidade pública quem não pode pagar. Toda vez, ele lembra que era pobre, morava na Liberdade,

que a mãe mandava estudar. Nessa época ele não queria pagar a faculdade. Não tenha dúvida disso!

Eu queria que o deputado Alan Castro prestasse atenção, porque ele fez algumas provocações, e provocações sem o menor sentido. Nós tivemos a reunião na Comissão, solicitada, inclusive, pelo deputado Alan Castro. E um dos motivos pelos quais ele ficava solicitando – e nós marcamos com o secretário Luiz Galvão – era a questão da cobertura da Saúde da Família, da atenção básica.

A cobertura... Já foi explicado ao deputado Alan, e eu não falarei mais sobre esse assunto, porque ele não quer aprender. Quando não quer aprender, não tem jeito. Ele teve acesso às informações que eu trouxe – informações oficiais – da Secretaria da Saúde. Também teve acesso às informações oficiais colocadas, deputado Targino, e explicitadas pelo próprio secretário Luiz Galvão. Mas ele não quer entender! E quando a pessoa não quer aprender, não tem jeito, vai ficar sem aprender.

Mas sobre a cobertura de Salvador, foi dito e explicitado lá para todos os deputados que estiveram – que foram nove –, além da assessoria da Comissão de Saúde e o vereador Duda Sanches. Tivemos ainda algumas pessoas presentes: diretor de hospital, gerente de hospital, superintendente de hospital, todos presentes nessa comissão, nessa explanação. E foi apresentada, comprovada e justificada a cobertura de 49%, 49 vírgula alguma coisa, quase 50%, da atenção básica. Inclusive, foi explicado ao deputado Alan Castro, mas parece que ele não quer aprender. E quando não quer aprender, não tem jeito. Aí tapa o ouvido, fecha o olho, não tem jeito.

E o deputado Alan Castro estava lá quando aconteceu a apresentação, inclusive dizendo o seguinte: “Em Salvador são em torno de dois milhões e novecentos e alguma coisa de habitantes, quase três milhões de habitantes, e, dentre eles, nem todos precisam da atenção básica”. E a atenção básica que está sendo coberta... Porque quando você faz a atenção, você faz a cobertura de forma geral, em Salvador, nos limites todos de Salvador, para a população de Salvador. Mas nas áreas que ACM Neto e Bruno Reis têm mais se dedicado, que são as áreas periféricas, a cobertura chega a 80% de atenção básica. O deputado Alan Castro estava lá presente e jamais nesta Casa ele vai falar alguma coisa diferente. Porque foram apresentados dados estatísticos oficiais, informando que a cobertura em toda essa periferia é de 70 a 80%, a depender do local. E são justamente essas regiões as que mais precisam dos serviços públicos. Muito mais em Cajazeiras, muito mais em São Cristóvão, muito mais na Suburbana do que, por exemplo, na Barra.

O Sr. Alan Castro: Deputado Alan Sanches, um aparte, por favor.

O Sr. ALAN SANCHES: Apesar de V. Ex.^a ter usado todo o seu tempo sem me permitir, sequer, fazer um aparte. Falando até da medicina de Cuba, que V. Ex.^a é contra – até isso –, para encher seu tempo e não me permitir, eu vou lhe conceder um aparte.

O Sr. Alan Castro: Deputado Alan Sanches, muito obrigado pela benevolência. O senhor fala em Cajazeiras, mas quando o senhor vir o estudo que eu vou trazer terça-feira que vem, verá que a classe média, hoje, está morta. ACM Neto sufocou a classe média, aumentou muitos impostos – inclusive o IPTU, que quase dobrou – e hoje só

tem 40% da classe média com plano de saúde. Estou cobrando pela classe média que paga imposto.

Claro que Cajazeiras é importante. Foi uma obra muito boa do prefeito ACM Neto. Não critiquei a obra. Realmente, o prefeito está de parabéns, foi de qualidade. Eu critiquei o erro estratégico, porque acho que, primeiramente, teria que ter uma cobertura de Unidade Básica de Saúde, para depois ele investir num hospital daquele – que custa 100 milhões por ano – e que realmente está cheio. Está cheio porque ele não tem uma cobertura. Em Salvador, hoje, eu sei da luta do prefeito para tentar aumentar a cobertura de UBS, mas não entendo por que colocar o carro na frente dos bois e fazer um hospital daquele de 120 milhões, enquanto não tem uma cobertura.

Está aí o resultado. Claro que a gente sabia que ia ter uma demanda grande, emergência cheia. Estive lá com o senhor visitando e não pude frequentar a emergência, de tão cheia que estava. Realmente, o pessoal tentou até mascarar, mas a gente sabe. Eu sou médico, você é médico, e a gente sabe o que é uma emergência de hospital público, justamente pela sobrecarga e pela falha do sistema de Unidade Básica de Saúde.

Mas o prefeito está de parabéns. Não estou questionando a obra do hospital municipal, é de grande qualidade. Realmente, a população está sendo beneficiada. Mas o que eu falo é que muitos exames que são feitos ali poderiam ser evitados, deputado Alan Sanches, se a gente tivesse uma prevenção, uma medicina preventiva – que eu prezo e prego –, que é a Unidade Básica de Saúde. E quanto à classe média, realmente Cajazeiras precisa mais, mas hoje quem paga em emprego nesse país é a classe média. E a classe média está morta.

Hoje, quase ninguém tem plano de saúde, então, o prefeito tem que cuidar das classes D e E, mas tem que cuidar, também, da classe média. Hoje, a classe média precisa de educação de qualidade – porque não tem mais dinheiro para botar seu filho no colégio particular –, bem como precisa de uma assistência de saúde. O senhor é médico e o senhor sabe. Todo dia eu recebo no consultório gente de: Barra, Graça e Ondina, que não tem condições, hoje, de pagar um plano de saúde, principalmente nossos idosos.

Muito obrigado, meu amigo, pelo aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Espero que V. Ex.^a retribua. Vou incorporar o aparte de V. Ex.^a, mas quando estiver fazendo o seu pronunciamento e houver um deputado da oposição – que vai apresentar o contraditório a V. Ex.^a –, também permita que faça o aparte ao pronunciamento de V. Ex.^a.

Mas, deputado, V. Ex.^a, perfeitamente, tem a possibilidade de ter a sua visão, mas a partir do momento que a gente fala do arrocho na classe média, V. Ex.^a tem que voltar atrás, não pode ser assim. Não é a prefeitura que determina esse arrocho. O arrocho na economia é do governo federal. Quem estava no governo federal foi Dilma, foi Lula, durante quantos anos? 13 anos e meio? 13 anos e meio. Por isso que Dilma foi retirada, porque a classe média não aguentava mais esse arrocho do qual V. Ex.^a falou.

Não é o ACM Neto daqui, porque ele não é o responsável por isso. Mas foi Dilma, pela sua incapacidade política e pela sua ingerência econômica, que colocou o Brasil onde estava. E isso reflete tanto em Salvador como em qualquer município que nós temos: como em Simões Filho, como em São Felipe, como em qualquer município, como em Cruz das Almas, como em Cachoeira, de V. Ex.^a.

Então, isso sim que a gente poderia falar do arrocho econômico, arrocho da classe média, e não o IPTU. Porque, quando fala do IPTU, V. Ex.^a, mais uma vez, não fez o dever de casa. Eu tenho que dizer. Por quê? Existe no IPTU, desde quando foi feito, na entrada de ACM Neto – que foi há seis anos –, o IPTU com justiça social. Essas pessoas a que V. Ex.^a se referiu, a maioria em Cajazeiras, não pagarão IPTU. Porque existe um limite – não sabia que V. Ex.^a ia tocar nesse assunto –, que eu posso lhe apresentar, dos que são isentos de pagar IPTU. O deputado Eduardo Alencar paga o IPTU. Mas as pessoas que moram em Cajazeiras, muitos não vão pagar, porque ACM Neto se preocupou: paga mais quem recebe mais, paga menos – ou não paga – quem não tem condições, quem ganha menos.

Então, o IPTU aqui, com ACM Neto... A prefeitura tem gestão. ACM Neto é gestor. Falem o que quiserem, gostem, agradem. A coloração partidária, aqui, não me interessa, mas é inegável que o rapaz, o Neto, que tem 40 anos – começou com 34 anos na prefeitura –, é um craque na gestão. Isso aí é inegável. Quando ele faz um hospital, que V. Ex.^a citou como se fosse muito, de 120 milhões, eu lhe dei o exemplo do Costa do Cacaú, com 160 para ser construído.

Quando V. Ex.^a citou aqui 100 milhões de custeio por ano, no Hospital Municipal, eu lhe rebati dizendo que são 150 milhões no Hospital do Subúrbio e não é...

O Sr. Targino Machado: São 220 milhões.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) Targino Machado me corrige, dizendo que é o seguinte: o dobro e mais 20%. Imaginem.

Quando a gente fala aqui que, na gestão do governador Rui Costa, ele pega uma Arena Fonte Nova belíssima – que você paga 80 reais por uma cadeira para assistir ao jogo do Bahia –, quando você fala que está pagando 14 milhões por mês, para fazer o quê? A gestão. Não atende ninguém, não dá nada a ninguém. É cuidar do equipamento e gastar 169 milhões, quase 170, para fazer isso, deputado Alan?

Não sei o que V. Ex.^a vai pensar, porque a gente está falando de 100 milhões por ano para atender 450... Bateu recorde, agora – V. Ex.^a falou da superlotação do Hospital Municipal e eu tenho os dados –, ele bateu 11 mil atendimentos na urgência. É demais. Por quê? Por que o estado, que recebe 60% do orçamento do município, não está fazendo sua parte?

Sabe por que está superlotado lá, no Hospital Municipal? E eu concordo. Já está precisando do número 2, Hospital Municipal 2, por quê? Porque lá tem resolutividade.

Eu disse a V. Ex.^a, relatei, que nós tivemos realizadas 1.300 tomografias em um mês, um mês, deputado Eduardo Alencar. Foram 456 ressonâncias magnéticas em um mês, deputado Alan Castro. Então, contra fatos, contra números não há argumentos.

Agora, o entendimento de que um hospital desse porte, que faz essa quantidade de cirurgias, que atende 450...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na emergência, não tinha que ser construído, aí é o entendimento de cada um. Eu, como médico, acho que ele está fazendo um papel extremamente importante para a nossa sociedade, aqui, em Salvador. Eu acho que foi um plus que nós tivemos aqui na saúde, o primeiro hospital municipal construído aqui em nossa capital com recursos próprios.

Mas sabe como foi isso? Foi através de troca, de permuta de terrenos. Terrenos que estavam ali...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância, deputado Alex, que V. Ex.^a tomou meu tempo naquela sua comunicação inadiável. Quero só que reponha.

Mas o que eu queria informar é o seguinte – eu perdi até, aqui, o final do raciocínio...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) mas eu quero dizer o seguinte: que teremos tempo ainda, nesta noite, para apresentar, mas eu só vou discutir com dados. Com dados, com informações e não com achismo. Por exemplo, se faltar...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância pelos meus 30 segundos finais.
(A deputada Fátima Nunes Lula fala fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: A deputada quer se inscrever, leve o livro para ela.

Eu só queria dizer o seguinte: deputado Alan Castro, quando diz que falta medicação no posto...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) tem que me informar qual a unidade que está faltando paracetamol. Oh, deputado, vamos trazer números. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado Alex Lima. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, o deputado Targino Machado.

Ouvi o Líder do Governo, agora ouvirei, com todo prazer, o Líder da Oposição, deputado Targino Machado, em tarde inspirada.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: O Sr. Presidente Alex Lima não me inscreveu enquanto o deputado Alan Sanches estava usando a palavra, falando contra o nosso governador, contra a nossa presidenta Dilma e eu achei uma falta de respeito às

mulheres. Porque a presidenta Dilma foi afastada por causa do golpe, por causa daqueles que não queriam a política de saúde, de educação, de moradia – que atendia aos pobres deste país, que dava chance de a gente viver com mais dignidade.

Então, eu pedi esse momento para registrar esse meu descontentamento com as palavras do deputado Alan Sanches, quando se referiu à nossa querida presidenta Dilma. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Não seria possível, vice-presidente, a avaliação de V. Ex.^a junto com o Líder do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Qual o artigo, deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches: 88.

(...) que o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Que versa sobre?

O Sr. Alan Sanches: Aí V. Ex.^a está com o Regimento, tem que ler. Não sabe? Posso lhe dar essa aula depois. Mas, deputado Alex Lima, aumentar o tempo de 20, com a anuência do deputado Rosemberg, para 40 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado, só para registrar a questão de ordem de V. Ex.^a que o Art. 88 versa sobre a Assembleia se reunir ordinariamente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras. Mas vou deixar V. Ex.^a formular e dar essa aula de Regimento.

O Sr. Alan Sanches: 40 minutos para o Líder, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo de 20 minutos o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. Alan Sanches: Deputado Targino, em qualquer minuto, em qualquer tempo, só para esclarecer ...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, deputado Targino está com a questão de ordem. Depois eu concederei a V. Ex.^a com todo o prazer uma questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: É só para engrandecer a questão de ordem dele. Deputado Targino, em qualquer tempo, V. Ex.^a como Líder, não pode usar 10 minutos para fazer uma comunicação inadiável?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, eu darei a V. Ex.^a ...

O Sr. Alan Sanches: (...) o seu tempo não subiria, então, para 30 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu darei a V. Ex.^a a questão de ordem com todo o prazer, mas ouça o Líder da Oposição na sua questão de ordem pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Quero agradecer a V. Ex.^a e quero fundamentar a minha questão de ordem, arguindo os Arts. 225 e seguintes para, Sr. Presidente, dizer que uma questão de ordem foi formulada, de forma regimental, dirigida a V. Ex.^a pelo deputado Alan Sanches. E eu quero aqui apresentar o meu protesto, com a devida vênica, porque V. Ex.^a sabe o respeito e o apreço que lhe devoto. Mas V. Ex.^a foi, não diria deselegante, com o deputado Alan Sanches. Mas V. Ex.^a tergiversou com aquilo que manda e determina o Regimento. Que as questões de ordem precisam ser dirigidas ao presidente da sessão e por ele precisam ser deferidas ou indeferidas. E eu estou falando aqui contra mim, contra os meus interesses, Excelência. Porque V. Ex.^a não poderia ter passado a questão de ordem, me dado uma questão de ordem, antes de decidir a questão de ordem formulada pelo deputado Alan Sanches.

Então eu gostaria que V. Ex.^a decidisse a questão de ordem do deputado Alan Sanches e, em seguida, eu vou formular a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu pensei que V. Ex.^a ia fazer, contraditar o deputado Alan. Por isso que eu dei a oportunidade de ouvir...

O Sr. Targino Machado: De jeito nenhum. Eu tenho juízo.

O Sr. Alan Sanches: Eu solicitei 40 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo...

Ele não fez questão de ordem, Excelência, ele citou um artigo do Regimento que fala sobre as sessões ordinárias na Casa. Eu tenho certeza que o deputado Alan deve ter se atrapalhado com o artigo, mas terminou não formulando e eu respeito o posicionamento do deputado Alan e ouço V. Ex.^a com todo o prazer.

O Sr. Targino Machado: Olha, eu não sou Líder, o deputado Rosemberg...

Abra os 5 minutos, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): cinco minutos para deputado Targino Machado em mais uma questão de ordem, repito, em tarde inspirada no dia de hoje.

O Sr. Targino Machado: Olha, estão amputando o meu tempo vez que eu queria ver ali os 5 minutos registrados. Os 5 minutos da questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem para o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos. Vou pedir para voltar a contagem do painel.

O Sr. Targino Machado: Não conseguem. Parece que estão me perseguindo ali.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Por 5 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Agora, Excelência.

Quero, Sr. Presidente, dizer que arguindo o Art. 225 e seguintes do Regimento Interno, dizer que eu não sou líder, o deputado Rosemberg não é líder. Nós estamos eventualmente líderes.

E não quero aqui legislar em causa própria. Eu preciso legislar... Deputado Tom Araújo, já se inscreveu, amigo? Irá fazê-lo agora para tristeza de tantos que estão com

pressa de chegar em casa. Deputado Pedro Tavares, já se inscreveu, amigo? Meia-noite está garantido já.

Mas o Regimento se é falho precisa ser corrigido. Quer seja, deputado Alex Lima, pela produção, a boa produção legislativa, ou pelo bom senso de quem toma assento na presidência da sessão, porque V. Ex.^a no momento é o magistrado desta Casa. O comportamento de V. Ex.^a como magistrado há de estar contaminado, norteado, pelos princípios da isenção, do equilíbrio, da tranquilidade. O princípio da razoabilidade, deputado Alex Lima, está contemplado...

Deputado Alex Lima, deputado Marquinho Viana... Restitua o meu tempo aí, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Vou dar tolerância a V. Ex.^a para formular...

O Sr. Targino Machado: Um dos princípios contemplados, prescritos na Constituição Cidadã de 1988 é o princípio da razoabilidade. Veja como foi avançada essa Constituição Cidadã, não é? Talvez, lá, os constituintes estivessem imaginando em momentos como esse onde a autoridade constituída precisava colocar os seus interesses, por mais importantes que sejam, e às vezes são, abaixo dos interesses do Parlamento, abaixo dos interesses do estado. E, quando falo em estado, não estou me referindo só ao estado da Bahia, mas o Estado brasileiro. Para dizer a V. Ex.^a que eu não acho justo que o deputado Rosemberg, que tem que estudar mais do que os outros, que tem que pesquisar mais do que os outros, que é mais cobrado do que todos os outros deputados da bancada, porque ele aceitou esse mister de ser líder, receba, desse Regimento, dessa Resolução nº 1.193, de 1985, o mesmo tratamento daqueles outros deputados que não têm essa missão de liderar.

Então, com isso, Excelência, é que eu gostaria de, através da minha questão de ordem, solicitar a V. Ex.^a dois eventos: primeiro, que V. Ex.^a possa dobrar o tempo do Líder na tribuna; e, segundo, que V. Ex.^a possa fazer uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E que faça essa verificação fazendo... Tenha calma, deputado Rosemberg, V. Ex.^a estava tão distraído ali. Não, já tem 30 minutos, a minha questão de ordem foi para atender os 30 minutos, Excelência. E que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos e acionar as campainhas chamando os ilustres deputados para comparecerem ao plenário desta Casa, porque eu me recuso a falar com o plenário vazio.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino, com relação à primeira questão de ordem de V. Ex.^a, se fosse somente ...

O Sr. Targino Machado: Muito obrigado, eu sei que V. Ex.^a vai atender.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): (...) se não fosse no exercício da presidência, teria todo o prazer de ouvir V. Ex.^a até por mais de 40 minutos. Mas, exercendo a presidência, eu não sei se é a mesma vontade que o deputado Alan Castro e outros deputados aqui têm. Então, eu indefiro a primeira questão de ordem de V. Ex.^a, mas defiro a segunda questão de ordem de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ouvindo o deputado Rosemberg, também, desculpe, que havia pedido a questão de ordem para contraditar, mas, de antemão, antecipo o deferimento do deputado.

Questão de ordem, deputado Targino, depois o deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado: Permita-me, Excelência, registrar: 18h44. foi a hora que eu solicitei a questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, na realidade, é só para fazer, já, início à convocação dos Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, para atenderem, aqui, a verificação de quórum do deputado Targino, dentro do prazo regimental que ele mesmo propôs.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Peço que zerem o painel e façam contar o tempo regimental. E convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão formulado pelo ilustre deputado Targino Machado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Alan Sanches: Deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Alan Sanches, pedi que V. Ex.^a marque presença que solicitou uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado, Targino, deputado Targino, o microfone está...apenas comunicando a V. Ex.^a que o microfone está aberto.

O Sr. Targino Machado: Ah! Isso aqui não fecha não.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Acabou de ter uma questão de ordem, deputado Alan. Sobre tema diverso ouvirei V. Ex.^a pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Seguindo a Liderança do deputado Targino, a nossa Bancada, nós elegemos aqui na Assembleia... eu queria a atenção de V. Ex.^a que está presidindo essa sessão, por favor.

Elegemos, foram eleitos aqui 63 entre homens e mulheres nesta Casa, todos iguais, independente da coloração partidária, independente do partido político, os 63 regimentalmente têm o mesmo direito.

Eu queria fazer um questionamento a V. Ex.^a. Por que somente a mim V. Ex.^a, no exercício da presidência, me questionou, eu sem o regimento nesse momento, me questionou, me arguiu sobre o artigo da minha questão de ordem?

Da mesma forma que o meu líder Targino, que está ali para fazer o seu... Na discussão dos 20 minutos desse projeto maléfico para a sociedade, por que V. Ex.^a não

inquiriu o deputado Targino nas suas duas questões de ordem sobre o artigo que ele estava se referindo na questão de ordem?

V. Ex.^a, no exercício da presidência, tem que ser um magistrado. Por mais carinho e apreço que eu tenha a V. Ex.^a, eu gostaria que V. Ex.^a, como meu amigo pessoal, amigo pessoal, me esclarecesse por que eu fui questionado sobre o artigo, e o deputado Targino, da minha Bancada, o deputado Rosemberg, não foram arguidos da mesma forma?

O Sr. Targino Machado: Discriminação.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, é porque, assim como o deputado Targino, V. Ex.^a também é um amigo querido. Mas além de ser amigo de V. Ex.^a...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Temos quórum, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): (...) sou amigo do seu filho. Talvez por isso eu tenha me sentido no direito de ser mais rigoroso com V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo de 20 minutos, deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Pronto, Excelência.

Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, Srs. das Galerias, da Imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, na legislação atual, as empresas ou companhias estaduais de saneamento, a exemplo da Embasa aqui na Bahia, têm preferência nos contratos que visam obras de saneamento.

Eu gostaria de repetir isso para...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino, desculpe. Eu vou pedir para que desconte o tempo. Apenas para pedir o restabelecimento do quórum, porque completaram os 21, mas não retomou o quórum. Desculpe, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Peço que retorne o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Peço que retorne o tempo do deputado líder, em tarde inspirada aqui, no dia de hoje.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado. V. Ex.^a quando toma assento nessa cadeira me traz uma tranquilidade, porque V. Ex.^a é sempre lhano, urbano, elegante e civilizado.

Muito obrigado, deputado Alan. Agora, não me atrapalhe mais a obstrução, viu, deputado Alan Sanches?

Eu quero repetir o que falei aqui. Deputado Alan, na legislação atual, as empresas ou companhias estaduais de saneamento, a exemplo da Embasa na Bahia, têm preferência nos contratos de obras de saneamento.

O governo federal, deputado Hilton Coelho, editou uma medida provisória que cria o marco regulatório do saneamento básico em dezembro de 2018, portanto editada pelo ex-presidente Michel Temer, que facilita a participação da iniciativa privada na prestação do serviço de saneamento...

Faço um parêntesis para pedir ao deputado Marcelino Galo, gostaria muito de falar com a assistência de V. Ex.^a, porque neste quesito nós pensamos de igual modo. Portanto editada pelo ex-presidente Michel Temer que facilita a participação da iniciativa privada na prestação do serviço de saneamento, acabando com o direito de preferência das companhias estaduais. É o caso da Empresa Baiana de Água e Saneamento.

A sanha, a vontade daqueles que tudo querem privatizar, encontram naturalmente discursos e fabricam até, às vezes, justificativas, a exemplo da ideia, ao meu ver, esfarrapada de que uma concorrência de vários sistemas, disputando as concessões de saneamento, poderiam gerar mais investimentos no setor. Não creio, Srs. Deputados, não creio ser correto entregar um serviço tão vital como o de água e esgoto à iniciativa privada, vez que água é vida e saneamento básico é saúde pública. Não estamos falando de nenhuma commodities que está aí à disposição no mercado, nós estamos falando de vidas que precisam ser preservadas.

Precisamos falar de que se na mão da Embasa, na mão do estado está ruim, na mão da iniciativa privada estará pior, porque é justamente nos grotões que se encontram os baixos índices de saneamento básico e de água potável para beber, e os senhores que são políticos sabem bem disso. Qual ou quais empresas privadas que são entes que visam lucros, e o lucro não é abominável, qual delas vai ter capacidade de substituir o poder público na gestão de serviço público tão vital? Será que a empresa que vem se instalar na Bahia ou em qualquer lugar deixa de ser uma empresa privada e se transforma simplesmente por causa da mercadoria ou do serviço que ela vende em empresa filantrópica, que não visa lucro? Não acredito que seja assim.

Será que o governo resolveu de vez se afastar do PT e das cláusulas pétreas do seu estatuto partidário que norteiam o estatuto, a história do Partido dos Trabalhadores, a exemplo do ensino público gratuito e da presença do estado nos serviços públicos essenciais. Será que essa é a vontade do governo? Isso precisa ter resposta não para mim, mas precisa ter resposta para a militância. Isso precisa ser respondido de forma clara, para não deixar dúvidas na história de um partido que foi forjado na luta, no compromisso popular como foi o PT. Ou será que o PT agora mudou e defende um estado mínimo? Vamos expurgar do governo tudo porque o estado mínimo agora é a receita, a prescrição de primeira linha.

Deputado Marcelino, eu fui forjado no mesmo barro político de V. Ex.^a e de tantos outros. Convivi muito com os companheiros do PT nesta Casa e as bandeiras que nós defendíamos no passado são bandeiras diferentes das que muitos petistas defendem nos dias hodiernos. Naturalmente, que cada um faz do seu mandato e da sua atividade política o que quiser, porque na certeza de que daqui a 4 anos seremos julgados nas urnas, mas mais importante do que o julgamento nas urnas é o julgamento pela história.

Como eu conversava com o deputado Hilton Coelho há pouco. Um bem indissociável do político é a coerência. Não dá para mudar de pensamento somente porque os interesses, as circunstâncias e as oportunidades mudaram. Nós precisamos ter um caminho reto a seguir e isso eu tenho certeza que o PT nasceu com esse sentimento sendo cláusula norteadora do seu nascimento e que deve ser indissociável.

A Bahia padece de investimentos em saneamento básico, mas não por falta de recursos ou culpa da Embasa. Ao contrário disso, a Embasa teve, observe esses números, em 2018 uma arrecadação líquida de R\$335 milhões, a melhor arrecadação da Embasa na última década. Então, vejamos os números de 3 anos, só porque eu destaquei aqui. Lucro líquido da Embasa em 2015: R\$ 35 milhões. Lucro líquido da Embasa em 2017, veja o pulo, R\$179 milhões. Lucro líquido em 2018: R\$335 milhões. Cálculos já apontam para 2019 a Embasa apresentar um lucro líquido superior a R\$500 milhões. Pela análise dos números é perfeitamente alcançável esse patamar.

O governador Rui Costa anunciou que adotará a PPP na Embasa para ampliar investimentos. E não quero aqui trazer sectarismo, radicalismo, porque não contribui. Eu quero aqui, gostaria mesmo aqui é que Deus me desse eloquência suficiente, inspiração suficiente para salvar algumas almas do purgatório e que pudéssemos afastar esse risco da privatização da Embasa.

Inclusive, o governador já declinou, já disse que o novo comandante da Embasa será da sua cota pessoal, a cota pessoal do governador, e não de indicação política, declarou o governador. Todos já sabem que essa escolha recairá sobre o nome – deputado Hilton, deputado Hilton Coelho – todos já sabem que essa escolha da cota pessoal do governador recairá sobre o nome do engenheiro químico Cláudio Villas Boas, que ainda não assumiu, pois, a Lei das Estatais o impede. Gestões estão sendo feitas nesse sentido.

O Cláudio Villas Boas vem da Odebrecht, e a escolha do governador Rui Costa é para ver aumentar a interlocução da Embasa com o mercado. Porque agora é moda, tudo é o mercado, como se o mercado fosse o manual de instruções, como se o mercado fosse a Bíblia, como se o mercado tivesse o dedo de Deus.

Em outras palavras, o governador Rui Costa, com a indicação do Cláudio Villas Boas, não tenho nada pessoal contra o governador nem o Cláudio Villas Boas. O Cláudio Villas Boas inclusive tem raízes fortes com a minha terra, amigo de parentes meus. Mas eu não estou aqui para defender parentada. E acho que parente de nenhum de nós aqui deve merecer mais do que os outros eleitores que nós representamos.

A sua Bancada, a Bancada do governador na ALBA, já aprovou um empréstimo de R\$ 260 milhões com o banco alemão KFW. Esse recurso deve servir para financiar a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Camaçari e Dias D'Ávila. Foi o que o Líder do Governo e a própria mensagem do governador no projeto trouxe para esta Casa.

Então, governador, tens o apoio integral da sua Bancada na Assembleia Legislativa da Bahia. Eu espero que V. Ex.^a seja tão bom para essa Bancada como essa Bancada é tão boa e generosa com V. Ex.^a. E tudo que V. Ex.^a para aqui enviar a Bancada vai aprovar. Governador, tens uma companhia de água e saneamento francamente rentável, cabe então a V. Ex.^a somente melhorar a gestão dos recursos públicos. Se isso ocorrer, em breve, teremos um estado com números melhores de saneamento básico, sem praticar o crime de lesa-pátria de privatizar a Embasa.

Ó, me deixa agoniado lembrar, deputada Maria del Carmen, não lembro se V. Ex.^a estava aqui, quanto eu lutei com os companheiros do PT, quando Paulo Souto quis

privatizar a Embasa e fizemos aqui o “*jus esperneandi*” e recebemos a sinalização do arcebispo diocesano de Feira de Santana à época, Dom Itamar Vian, que interferiu e criou o movimento Água é Vida e que terminou por sucumbir, fazer sucumbir aquela vontade do governador Paulo Souto de privatizar a Embasa para fazer caixa para o governo.

E eu pergunto: o que mudou de lá para cá? Mudou o governador, mudou a maioria dos membros desta Casa, mas eu fico triste em ver que a coisa que mais se parece com o governo é a Oposição quando vira governo. Aí é uma desgraça só! Triste é ver-se logo um governador de esquerda tentar escamotear todos os sinais em direção da privatização da Empresa de Saneamento da Bahia. O governo nega a privatização, vai num malabarismo verbal falando em concessão para mitigar os efeitos negativos da palavra privatização, em um governo justamente dito de esquerda.

O discurso do governo de que só uma PPP pode salvar a Embasa não se sustenta, diante dos números e resultados apresentados pela Companhia de Saneamento do Estado. A obsessão dos governos do PT, e aqui na Bahia não é diferente, tem dado prejuízos ao Brasil e à Bahia, que estão demonstrados na Arena Fonte Nova, no Sistema Metroviário de Salvador e no Hospital do Subúrbio.

O governador Rui Costa gosta das parcerias público-privadas tão boas para os empresários e tão ruins para nós outros, os contribuintes, os baianos. Nos contratos através de PPP todo endividamento e todas as garantias do contrato são do poder público. Isso é o que me irrita profundamente. Sem risco para a empresa privada, se a empresa quebrar, quem paga a conta é o estado.

A Embasa está avaliada como uma empresa organizada, com gestão financeira eficiente que vem ampliando bastante as redes de água e esgotamento sanitário, isso com recursos próprios sem investimentos do Estado. Ainda falta muito a fazer, mas só será feito através da Embasa, não será feito pelos chineses, pelos mexicanos, pela iniciativa privada, que não vai se sensibilizar, deputado Alex da Piatã, com os grotões desta Bahia, com locais que, infelizmente, têm quase 100% de ausência do saneamento básico.

Os números da Embasa falam por si, os serviços públicos essenciais devem ser prestados pelo Estado diretamente, não tenho dúvida, ninguém pode titubear. Os serviços públicos essenciais precisam ser prestados diretamente. Eu não quero o Estado operando hotel, eu não quero o Estado operando fazenda, restaurante, mas o Estado precisa ser o operador dos serviços essenciais, ou diretamente por ele ou através de empresa pública prestadora de serviço essencial, que é o caso da Embasa. Em time que está ganhando, deputado Marcelino, não se mexe, o governador precisa lembrar disso. Deixe a Embasa em paz, governador. A Embasa se autodisciplina, se autoajusta independente do governo, o governo por vezes atrapalha mais do que ajuda. O povo da Bahia não quer a venda da Embasa.

Quero agradecer à imprensa da Bahia que tem se manifestado contra essa privatização e o fato é que vamos votar aqui hoje não um projeto simples, vamos aprovar um projeto que traz o pródromo, que traz um conjunto de sinais e sintomas que apontam para a preparação que o Estado está fazendo para adequar a Bahia a esse

projeto, ao marco regulatório infame, de iniciativa de Michel Temer, que deveria ter sido votado ontem, e não foi, até meia-noite, caducou, deputado Marcelino Galo, mas caducou, porque eles já resolveram receber um parecer de um senador do Ceará, Tarso Jereissati, e a maioria lá discordou do parecer dele, não quis votar, deixou caducar, porque vão apresentar, aí sim, um projeto de lei muito mais cruel...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a Legislação da Bahia estará pronta para aderir a esse marco regulatório, e babau à Embasa, infelizmente.

Muito obrigado, deputado Marcelino Galo, pela presença de V. Ex.^a neste plenário, pela atenção dispensada por V. Ex.^a, pela deputada Maria del Carmen, ali sempre atenta, pelo deputado Hilton Coelho, fez crescer a minha responsabilidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite amigos e amigas da TV Assembleia, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, ainda na continuidade desta sessão um abraço a Vitor Araújo, nosso grande representante morrense, que está nas Galerias aqui prestigiando o seu deputado Alex Lima, que preside esta grande e importantíssima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Obrigado pelo registro, deputado Luciano, me sinto contemplado registrando a presença dessa jovem liderança política do município de Morro do Chapéu.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Exatamente, o Podemos forte em Morro do Chapéu, como presidente da câmara inclusive.

Pronto, estamos em discussão do projeto de lei complementar e para minha surpresa o Regimento da Casa não prevê quórum qualificado para votação de lei complementar. Para minha surpresa o Regimento da Casa prevê maioria simples ou maioria absoluta para votação dessa matéria, que no meu entendimento, por ser lei complementar, uma lei mais importante do que as leis ordinárias, deveria realmente ter um quórum qualificado de pelo menos 2/3 do plenário desta Casa e com certeza se tivesse o quórum de 2/3 o governo não teria quórum para votar essa matéria, mas vamos na sequência.

É a criação de microrregiões de saneamento básico do estado da Bahia. Eu li aqui a explanação, os argumentos da Embasa, realmente interessante, importante a divisão dos territórios do estado da Bahia nas cidades polos, meio que acompanhando aquela coisa inaugurada pelo governador Jaques Wagner das divisas territoriais dos territórios de identidade, algo que foi inaugurado pelo governo do PT lá nos idos de 2010, 2006, lá se vão 4 mandatos de PT na Bahia, já né? E coincide verdadeiramente.

Mas uma discussão que não é de hoje, uma discussão desta Casa que a gente já ouvia falar – né, deputado Alan Sanches? – desde a legislatura passada, uma vontade do governador Rui Costa realmente de privatizar a Embasa.

Bem, eu vinha conversando com deputados desta Casa, até deputados do Partido dos Trabalhadores que não concordam com essa ideia de privatização desse órgão tão importante do nosso estado. Bem verdade que a Embasa está longe de realmente responder a todas as demandas dessa nossa grande Bahia, principalmente que 70% do território da Bahia encontra-se no semiárido. Como Morro do Chapéu, está ali o Vitor Araújo, que sabe muito bem da demanda da necessidade de água que o nosso estado tem em 70% do seu território e definitivamente a Embasa não supre essa necessidade como podemos ver em vários recantos do nosso estado, desde a Chapada ao Velho Chico, no nordeste do estado, a demanda de água é muito grande.

Mas eu não entendo que essa seja realmente a forma de se resolver essa questão. Se você colocar na mão da iniciativa privada um serviço essencial que é a ligação de água para quem mais precisa, a iniciativa privada só vai passar a água para aquilo que for lucrativo, para aquilo que for economicamente viável e sabemos muito bem que nos rincões do nosso estado, a deputada Fátima Nunes, essa grande guerreira do nordeste do estado sabe que aquela conta não fecha, sabe que as populações lá não têm renda, nem demandam tanta quantidade de água para ficar aquelas contas enormes, nem há atividade industrial, nem há uma agropecuária de pujança de tamanho que realmente justifique um investimento forte na ligação de água nessas regiões.

Isso tem que ser colocado às claras. O projeto de lei chegou aqui no plenário para votação, mas cabe salientar que muito pouco o debate foi feito nas comissões, houve, sim, uma sessão conjunta, houve quórum, houve, bem verdade. Açodadamente chegou esse debate tão importante. Não estou alegando que o projeto chegou aqui no plenário, ilegalmente, não foi isso. Com muita competência, o líder do governo, deputado Rosemberg Pinto, que é um estudioso do Regimento da Casa...

O Sr. Targino Machado: Competência e sabedoria...

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Competência e sabedoria, palavras do deputado Targino Machado. Conseguiu fazer um trâmite, um trânsito rápido, um trâmite processual, um processo legislativo, realmente, bem rápido, mas que do nosso ponto de vista não era para ser assim. Era para ser, sim, objeto de audiências públicas, debates importantes...

Por exemplo, o deputado Marcelino Galo, que estava aqui no plenário, deve ter saído aqui rapidinho e volta, tem um grande conhecimento, é um dos deputados desta Casa, dentre os 63 é o que mais conhece de legislação ambiental, de combate aos agrotóxicos. Com certeza, o deputado Marcelino Galo iria contribuir demais com o debate, por exemplo, como a gente tem o deputado Marcell Moraes que já teve sua passagem pelo Partido Verde e tem grande conhecimento, também, nas questões ambientais, podia enriquecer esse debate e não chegar no plenário, assim, por cima de tudo, nessa prévia que todo mundo já sabe a intenção do governador que é de privatizar esse grande e importante órgão do governo do estado.

Fica aqui o meu depoimento, o meu entendimento que esta Casa é a Casa do debate, é a Casa dos entendimentos e um projeto tão importante como esse, não pode chegar no plenário tão rapidamente sem o debate nas comissões tão importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente e é isso aí.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente e demais membros desta Casa, vejo aqui que aos poucos o governo do estado, através do PT, um partido que tinha um discurso totalmente diferente no passado, antes de chegar ao poder e agora, vem no discurso aos poucos de forma sorrateira a privatização da Embasa.

Fez tantas manifestações no passado, cobrou tanto isso no passado, falou tanto de outros governos no passado, mas hoje nós vemos que infelizmente está muito próximo de isso acontecer com o rolo compressor nesta Casa, o governo vai privatizar e nós vamos aqui fazer a luta e mostrar tudo para a população, que não é viável essa privatização como colocou aqui, muito bem colocado, muito sábio nosso deputado Luciano Simões. Era um debate para que toda a sociedade da Bahia participasse, que tivesse as audiências públicas, sem dúvida nenhuma, para mostrar a realidade do que é a Embasa e do que realmente o governo do estado quer com a criação das microrregiões de saneamento básico do estado da Bahia.

Está claro como este governo vem trabalhando e vem fazendo essa situação. Muita promessa no período eleitoral, mas após ganhar a eleição a gente está vendo o que está acontecendo.

Na semana passada, por exemplo, estivemos na cidade de Barreiras e lá toda a população cobrava aquilo que o governador falou na campanha eleitoral, chegou até a implementar. Primeiro que ele prometeu em cinco regiões da Bahia colocar o grupamento aéreo, que era o Graer, para combater o índice de assaltos a banco no estado da Bahia, e aí colocou lá em Barreiras, nosso deputado sabe, instalou lá, chamou a imprensa ano passado e este ano não funciona mais, não tem mais helicóptero, não tem mais nada lá, foram os empresários, inclusive, que investiram naquela época e hoje já não tem mais nada. O único que tinha da propaganda, que era a região oeste da Bahia, em Barreiras, hoje já não existe mais, eram cinco. Mais uma propaganda da campanha eleitoral que este governo não cumpre.

Dentro da segurança pública muita propaganda. Aliás, tem um secretário de Segurança Pública que é expert em marketing e em publicidade, porque de segurança pública praticamente ele não sabe nada, os números da violência provam a realidade como está na Bahia. E o castelo de vidro construído aqui no CAB, onde foram gastos R\$ 300 milhões.

Vi aqui o deputado Alan Sanches colocar que foram gastos no Hospital Municipal R\$ 120 milhões e vi o deputado Alan Castro questionar. Vou colocar para ele aqui, foram gastos R\$ 300 milhões nessa caixa de vidro que é o Cicom, o Centro

de Comunicação, que ficou mais na propaganda do que na realidade, enquanto ao redor do Centro Administrativo o policiamento praticamente é inexistente e nós temos aqui a 82ª Companhia toda sucateada.

Então, esse é o governo que na propaganda fala uma coisa, na campanha eleitoral fala outra, mas aos poucos vem retirando direitos, tudo aquilo que no passado ele criticava.

Os servidores públicos estão sentindo na pele o que este governo está fazendo com toda a categoria, 5 anos sem reajuste e não vimos nenhum sindicato nem os servidores desta Casa se manifestando. Calados estão ou no bolso do governo, ou um ou outro. A maioria deles, inclusive, com cargos no governo e eles estão calados.

No município se faz a guerra, se faz a luta, mas aqui o próprio governador, que no passado se dizia sindicalista, hoje corta salários de sindicalistas, dos professores das universidades estaduais, em uma greve que ele defendeu tanto no passado e hoje critica e age com dureza.

Esse é o governo que passa ano e entra ano... que já está no poder há 12 anos, 8 anos do governador Jaques Wagner, 4 anos dele e está indo agora para o 13º ano deste governo, só de enganação e mentira. Seja na área da educação, seja na área da saúde, seja na área da segurança pública. Uma verdadeira lástima o que vem acontecendo com este governo da Bahia.

Falam da contenção de gasto do governo federal, do governo Bolsonaro sobre a questão da educação, que eu sou contra, para mim não se deve ter cortes na educação nem em nível federal, nem em nível estadual, nem em nível municipal. Deixar a minha colocação muito bem clara aqui, que educação tem que ter o aumento de investimento e não o corte, mas aqui o governo já cortou muito recurso na educação. E na segurança pública nem se fala, são R\$ 40,00, deputado Hilton Coelho, para que uma viatura trabalhe no policiamento de 24 horas.

Agora está se fazendo a contenção até de munição, material bélico nem se fala, porque isso tudo aí está faltando. Nós não temos coletes para os policiais trabalharem, não temos equipamento de proteção individual, que é básico, em qualquer estado brasileiro o policial sai do curso de formação e já recebe o equipamento individual de proteção, chamado EPI, mas aqui na Bahia não existe isso. É uma troca de um colete de um policial para outro quando está largando o serviço, porque não tem esse tipo de equipamento.

Agora estão fazendo a contenção de munição, porque não tem armamento para os policias trabalharem na rua, no confronto com a marginalidade que a cada dia se organiza mais, no combate da criminalidade com a polícia infelizmente estamos perdendo essa guerra. O estado da Bahia hoje ostenta números de violência absurdos no Brasil, é o primeiro colocado em vários índices: feminicídio é o primeiro; roubo a carro é o primeiro; furto a veículo é o primeiro; estupro é o primeiro, mortes violentas, entre adolescentes de 18 a 21 anos, é o primeiro; entre as 10 cidades do Brasil mais violentas, sete estão na Bahia. O secretário de segurança pública se mantém, durante todo esse tempo, como secretário de segurança pública, com números absurdos e nós

vemos esse governo nada fazer, a população na rua sofrendo com toda a demanda da violência.

Outro dado alarmante é o dado da própria corrupção que acontece nas próprias corporações no alto escalão, que é nomeado pelo próprio governo. Já caiu o sub-comandante-geral da PM, acusado de vários atos de corrupção e nada aconteceu, só se fez afastar e colocar outro. O comandante-geral da PM tinha noção de todos esses fatos, nada fez e permanece no comando da corporação, com toda a insatisfação de toda a tropa, porque todos os policiais não aceitam mais a figura dele como comandante-geral, porque nada fez para melhorar.

Tivemos um caso agora absurdo, que chegou até mim hoje lá de Senhor do Bonfim. O comandante local determina que os policiais façam a ronda e passem por empresas privadas e peguem a assinatura do gerente ou do responsável pela empresa para confirmar e comprovar que a viatura passou pela empresa privada ou bancos estatais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Correio. A Polícia Militar deixou de fazer a sua função constitucional para fazer a função ao bel prazer de um comandante lá do policiamento de Senhor do Bonfim, do 6º Batalhão, na cidade de Jaguarari, mais especificamente, e isso tudo com o consentimento do Comando-Geral da PM que nada faz para mudar essa realidade.

Não é só nas cidades de Jaguarari e Senhor do Bonfim que isso vem acontecendo. Aqui, na cidade de Feira de Santana, na Bahia, todas as vezes que os carros-fortes que transportam dinheiro entram na cidade, a Rondesp, uma tropa especializada em combate à criminalidade, é retirada do serviço ordinário e colocada para fazer escolta até o aeroporto de Feira de Santana, que é fora da cidade, para fazer a segurança de dinheiro privado. O comandante-geral da PM tem noção desse fato e nada faz, como acontece em outras cidades da Bahia também, como aconteceu recentemente na cidade de Serrinha onde os carros-fortes, em vez de ficarem na empresa, ficaram guardados dentro da companhia do Peto, uma companhia especializada em Serrinha, com quatro viaturas tomando conta, enquanto a população na rua não tem isso.

Já imaginaram se todo comerciante quisesse deslocar com o seu dinheiro para o banco, porque a alegação é que tem que fazer segurança, exigisse da polícia que fizesse essa escolta de transporte de valores? Como é que ficaria a população?

Então, infelizmente, este governo não combate a corrupção, nem no órgão de segurança. Está aí claro, todo mundo vendo o que está acontecendo, e o governo nada faz. Mais uma vez a gente vem colocar que entre a propaganda e a realidade há uma diferença muito grande.

Estamos vendo o Planserv que aqui nesta Casa foi votado com a unanimidade da Base do Governo, e o voto contrário a Bancada da Oposição, dizendo que o plano iria melhorar, que iria ampliar para o interior e simplesmente o plano a cada dia vem sendo sucateado, acabado por este governo. No interior, praticamente já não existe mais o atendimento do Planserv e este é o governo que disse que iria valorizar o funcionário público.

A Conder foi extinta, praticamente, por este governo, um benefício conquistado com muita luta, desde 2001. Este governo acabou com a Conder que era o

financiamento que o servidor pagava, não era de graça, mas ele suspendeu esse financiamento. Estamos vendo, hoje, os servidores à mingua sem ter a sua moradia que estava lá estabelecida numa lei e que ele suspendeu simplesmente, nem removeu a lei, mas suspendeu de forma abrupta e nada foi feito até hoje que sinalize a volta da Conder, aliás, foi sepultada de vez. Este é o governo que mais tira direitos dos servidores nesta Casa.

Fico abismado realmente em ver que todos os sindicatos estão calados, sindicatos da base do PCdoB, do PT, que sempre fizeram combate aqui nesta Casa a favor do trabalhador e hoje estão calados. Vemos a APLB-Sindicato fazer um movimento no município, mas aqui no estado nada faz, Sindsaúde a mesma coisa, vendo as condições que já foram colocadas aqui e não vejo nenhum sindicato fazer mais nada. Cadê a luta sindical? Cadê os trabalhadores sendo mobilizados pelos sindicatos para virem para esta Casa cobrar deste governo que só vem enganando os servidores públicos ao longo dos anos?

Foi aprovado nesta Casa projeto de minha autoria de isenção do ICMS para os operadores da área da segurança pública para comprar o seu armamento, já que o estado não dá, não fornece isso. Já está há 2 anos na mão do governador. Não trará nenhum malefício para o estado essa perda desse imposto, porque ele vai ganhar muito mais na venda do atacado. E, mesmo assim, ele não faz com que o policial militar tenha... o seu instrumento de trabalho é comprado pelo próprio bolso, já que o estado não dá. A Bahia tem a carga tributária mais alta do país, o ICMS daqui, 41% do preço de uma arma de fogo é imposto que vai para o governo. Aqui, na Bahia, é o mais caro do Brasil e foi este governo que aumentou no primeiro ano de governo dele e nada fez de lá para cá para melhorar a situação dos policiais militares, dos policiais civis.

As delegacias, nem se fala, estão todas sucateadas e acabadas e não vemos nenhuma melhora. Os quartéis da polícia... Como a gente falou, foi construído, aqui, um castelo de vidro com uma estrutura ... Parece até uma piada, porque tem um policial para tomar conta do elevador por onde o secretário sobe, embaixo e em cima, para fazer a segurança dele dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública. Enquanto falta efetivo na rua, ele tem dois policiais para tomar conta de um elevador, que é o elevador exclusivo, dentro do próprio prédio, enquanto a realidade que a gente vê aí na rua é essa.

Enquanto a gente cobra desse governo, ele só persegue. Não respeita nem os órgãos instituídos deste estado. Já tivemos, no Poder Judiciário, 17 decisões para que eu seja reintegrado à Polícia Militar do Estado da Bahia, todas elas por unanimidade, transitadas em julgado e esse governador do estado brinca, zomba, esculhamba simplesmente com o Poder Judiciário baiano. Não cumpre decisão judicial. Ele prega tanta moralidade, sendo imoral, não cumprindo ordem judicial. Espero em Deus que o Poder Judiciário da Bahia se respeite e imponha o cumprimento de uma decisão judicial, porque decisão judicial se cumpre, não se questiona, mas por picuinha política, esse governo não me reintegra. Não estou preocupado com o tempo e a demora dele, não. Essa luta vai continuar, porque ele vai ter que me reintegrar, querendo ou não, porque a Justiça já decidiu em última instância, a não ser que ele queira recorrer para a Corte de Haia, quem sabe lá ele consegue uma vitória.

Vejo tanto reclamar do Poder Judiciário em nível federal por causa da prisão e condenação do ex-presidente Lula e, aqui, o governo simplesmente esculhamba e zomba com o Poder Judiciário. A Procuradoria do Estado manda que o governador cumpra e ele não cumpre. Há um jogo, aí, da Procuradoria com o próprio governo do estado, fica de secretaria em secretaria e não cumpre a decisão judicial. Já passa de mais de R\$ 500 mil a multa, que, lógico, vai ser paga pela população da Bahia e, não, por ele, governador do estado, mas deveria ser descontada era no bolso dele, já que ele é que não está cumprindo a ordem judicial.

Quero ver até quando o Poder Judiciário na Bahia vai se curvar e se humilhar para o governador Rui Costa, que se acha o suprasumo para não cumprir uma decisão judicial transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal. Já virou uma novela, toda a imprensa trata até isso, agora, como uma curtição, fica brincando quando sai mais outra decisão. Na sexta-feira passada se encerrou mais um prazo de cumprimento e de uma multa que o juiz concedeu e o estado não cumpriu.

Amanhã, estaremos indo de novo ao juiz para ver qual a providência que será tomada mais uma vez: aumento de multa, mais prazo, para que esse governo venha a cumprir a ordem judicial de uma reintegração. No mesmo processo em que eu estou há mais dois policiais, que já foram reintegrados. Mas os dois pertencem à fileira, são filiados ao PCdoB, e, automaticamente, o governo cumpriu a mesma decisão. Já cumpriu, já foram reintegrados e estão exercendo sua função. Mas com o nome Prisco o governo trata desse jeito, zombando do Poder Judiciário.

Tenho certeza que nós não vamos diminuir em momento algum a nossa luta, a nossa independência. E a nossa voz não será calada por esse governo corrupto, mentiroso, e que só vive da propaganda e da enganação.

V. Ex.^a, nobre deputado Roberto Carlos, inclusive, na sua terra, lá em Juazeiro, Senhor do Bonfim – estava falando, aqui, agora –, viaturas que deveriam estar fazendo a segurança da população estão sendo desviadas para fazer a segurança de empresas privadas. E pior ainda, o policial tem que assinar um documento feito por uma empresa privada para comprovar que ele passou por ali.

Isso é um absurdo! É um descalabro total o que vem acontecendo com a Polícia Militar da Bahia, com esse comando que está aí, porque o governo fecha os olhos ou permite que a corrupção aconteça.

No Batalhão da Polícia Rodoviária, o escândalo continua, nada foi mudado ainda. O comandante é o mesmo, não foi mudado mesmo com todo o escândalo que todo mundo na Bahia sabe, que o comandante-geral da PM sabe e nada tem feito para mudar aquela realidade. E, aí, com que moral fica um órgão que deveria ser sério, que é sério, graças a Deus.

A Polícia Militar da Bahia tem uma história e ela vai continuar apesar das pessoas que estão manchando essa instituição, como a figura, hoje, desse atual comandante-geral e a do secretário da Segurança Pública, que está aí e nada faz e a violência na Bahia só aumenta.

Houve uma chacina em Itinga em que seis pessoas foram assassinadas, negros, pobres, da periferia, e eu não vi nenhuma mobilização, nenhuma manifestação nesta

Casa. Inclusive uma criança foi assassinada. E a imprensa abafa, nada fala. E os deputados da base do governo aqui também nada falam. Mas, com certeza, se tivesse um indício de que um policial participou esta Casa estaria desabando, mas nada falou.

E esse governo permite isso e nada faz para mudar a realidade. No último final de semana, por exemplo, foram 24 homicídios apenas no final de semana. Isso é uma prática que vem se repetindo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) todo final de semana, com 20, 25, 30, e esse governo nada faz.

E nos bairros periféricos o tráfico de drogas, simplesmente, domina. Em toda região da Bahia, em toda região de Salvador as facções dominam e determinam o que elas querem, a hora que querem e como querem: se entra ônibus, se não entra; se fecha comércio, se não fecha; como é que é feita a população ali; e nada o governo faz.

Mais promessas, mais mentiras e, simplesmente, enganação. Esse é o governo da mentira, da enganação e da farsa na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, para falar sobre o projeto que visa criar as microrregiões de saneamento na Bahia.

Muito foi falado aqui, nesta tribuna, em relação ao conteúdo desse projeto, mas a marca dele, de fato, é a polêmica.

Nós estamos num período, ao meu ver, bastante tenebroso. É um momento em que o direito a água, esse bem que não pode ser tratado como mercadoria, vem sendo duramente ameaçado por um esquema que, inclusive, é internacional e que tem os seus representantes aqui, no Brasil, especialmente o Sr. Tasso Jereissati, o homem da Coca-Cola. Aquele parlamentar que tem o maior número de franquias da Coca-Cola, um dos maiores números de franquias da Coca-Cola no Brasil, está à frente, politicamente, de uma verdadeira campanha de privatização da água.

Por outro lado, nós temos um governador que dá a declaração, sem explicar ou dar maiores detalhes, de que a perspectiva para a Embasa, para o saneamento básico na Bahia, seria a adoção de parcerias público-privadas.

No meio desse processo, está essa redivisão da Bahia a partir de uma reorganização em blocos, digamos assim, de microrregiões para a garantia do abastecimento de água e o saneamento básico no contexto em que o discurso do governo seria o de que era preciso se antecipar à Medida Provisória nº 868, que simplesmente abria todas as possibilidades para a privatização das companhias nacionalmente, mas que foi arquivada, derrotada pelo movimento social.

Mas não sem criar essa situação de uma pulga, um carrapato, sei lá que bicho a gente coloca, atrás da orelha em relação aos destinos da nossa Embasa.

E o projeto está aqui, o PLC 137, que visa fazer essa redefinição.

Confesso que na consulta à intelectualidade aqui, na Bahia, sobre esse tema – e quando eu falo de intelectuais não são pessoas que estão elaborando teses com o sentido de mera abstração, são pessoas que têm uma trajetória de mergulhar na realidade deste estado de maneira profunda, nos mais diversos aspectos –, as pessoas dizem: “Não, o projeto não necessariamente encaminha para a privatização, mas há de se desconfiar.” Porque ele pode servir para um fortalecimento da Embasa à medida em que cria uma situação em que as empresas teriam dificuldade de renunciar aos pequenos municípios e apenas ficar com os municípios lucrativos a medida criaria uma rede, um bloco de municípios que estariam ligados e a responsabilidade pelo saneamento teria que vir em bloco.

Mas esses próprios profissionais dizem: “Isso também teria uma funcionalidade no sentido de que, caso as parcerias público-privadas viessem, elas precisariam ter uma racionalidade para garantir que essas empresas tivessem lucro, auferissem lucro em relação à exploração do serviço.”

Então, é uma situação realmente polêmica.

Como disseram os especialistas e lideranças da área, não necessariamente joga para a privatização, mas é preciso desconfiar.

Infelizmente, deputada Maria del Carmen, nós, do PSOL, não nos sentimos à vontade para dizer que esse é um projeto de fortalecimento da Embasa, porque esse não tem sido o discurso do governador Rui Costa. O discurso não é do fortalecimento do caráter público da nossa Embasa. O discurso vai na contramão desse sentido. Por isso nós queríamos, aqui... como disse, não necessariamente pelo conteúdo objetivo do projeto, mas porque nós não podemos nos dar ao luxo de estar ingênuos na política.

Se a população em geral não acompanha todos os processos que estão se dando em relação aos grandes interesses públicos do nosso estado, do Brasil e também do nosso município, infelizmente, pode ser surpreendida por uma posição que ela avalie como ingênua. Mas nós, que estamos exercendo um cargo público numa política profissionalizada, não podemos nos dar ao luxo de sermos ingênuos.

É nesse sentido que o voto do PSOL será um voto contrário a esse projeto.

Nós sabemos que o governo tem maioria para aprovar, mas nós queremos manter o nosso voto aqui como um sinal de alerta de que a sociedade precisa estar atenta, que água é direito, um direito fundamental e não pode ser colocada como mercadoria, como vêm sinalizando os últimos discursos do governo.

E, nesse sentido, um alerta à sociedade é importantíssimo, porque essa mesma sociedade vai cobrar, não apenas do governo, mas da sua base parlamentar aqui também, a coerência de que um projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa com um discurso de que seria de fortalecimento da Embasa e não do seu enfraquecimento. Portanto, a pavimentação do caminho para a privatização dos serviços de abastecimento de água e esgoto em nosso estado.

Nesse sentido quero deixar, aqui, marcado que o voto do PSOL será contrário a esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com toda satisfação, nobre colega.

O Sr. Targino Machado: Nós temos um encontro marcado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com toda certeza. Esperando o nobre colega aceitar.

O Sr. Targino Machado: Não prometa pirulito a menino, viu!

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Um churrasco com amigos, com uma boa conversa, é uma coisa importante.

O Sr. Targino Machado: Está bem.

Sr. Presidente, 19h48, plenário vazio. Eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir os 15 minutos, fazer a chamada nominal e convidar os ausentes para comparecerem a este plenário, para garantirem o quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, nobre deputado. Acatada a sua solicitação, irei fazer isso. Mas antes questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É só para já chamar os deputados e deputadas a se fazerem presentes para atenderem a um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. E logo. Obviamente, não havendo mais orador, se não houver oradores para... aliás já tem orador ali, na tribuna. Aqui logo, para a gente fazer a votação logo depois. Marque os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, Srs. Deputados.

Favor zerar o painel. Marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas que estão nos gabinetes, no cafezinho, em reunião com as lideranças, nos corredores, nas salas de reuniões, favor comparecerem ao plenário para darmos continuidade à sessão neste momento.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem, deputado Antonio Henrique.

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Eu queria, aqui, falar um pouco que eu ouvi o discurso do nosso deputado Prisco, falando sobre a base do Graer em Barreiras. Está tendo algum equívoco de informação. Lá está funcionando a base do Graer com todo o efetivo. O helicóptero esteve lá agora, na Bahia *Farm Show*.

Claro que ele não fica os 365 dias do ano em Barreiras. Mas ele está aqui, em Salvador, e quando precisa também está lá, em Barreiras, na Região Oeste, para atender. Então, está funcionando a base do Graer com todo o efetivo, sem nada ter sido modificado.

Então, eu queria passar só essa informação ao nosso deputado Prisco, porque é só uma questão de informação que não estava batendo. Lá está funcionando a base do Graer em Barreiras.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente, Presidente, a ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. O presidente esqueceu.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, enquanto se procura dar quórum, eu queria chamar a atenção dos colegas deputados e da imprensa para que esse projeto de lei, Sr. Presidente, não tem nada a ver com privatização. Pelo contrário. Ele pode até ser uma ferramenta jurídica e institucional que evite que alguns municípios privatizem o serviço de água e esgoto, porque se institui um colegiado, uma autarquia especial, conselhos de representações do poder local, conselho que tem também a representação dos organismos sociais, que vão permitir todo um debate acerca do território das microrregiões, otimizando a utilização dos recursos hídricos ambientais.

É uma nova política, Sr. Presidente.

É claro que outras dimensões podem ser também aferidas nesse projeto, mas a intenção do governo é otimizar os recursos hídricos, é expandir os serviços de água e esgoto e nada tem a ver com a privatização, pelo contrário. Quem queria e quer privatizar é o governo federal. O governo federal que impede o subsídio cruzado e que aponta para a entrega dos nossos recursos hídricos, sobretudo de aquíferos como o aquífero Guarani, no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, que é o maior reservatório de água doce do mundo...

O Sr. Alan Sanches: Quórum restabelecido, presidente, quórum restabelecido.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Calma, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou calmo. Quórum restabelecido! Senão eu também quero a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Por 25 minutos. É o PSDB que vai falar.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, nobres colegas.

Sr. Presidente, hoje, analisando esse projeto para a criação de microrregiões de saneamento básico no Estado da Bahia, tratando da saúde humana, tratando de saneamento básico, e estudando um pouco sobre a matéria, encontrei uma informação do Ministério da Saúde que aponta um aumento de 281% nos casos de dengue na Bahia nos 3 primeiros meses de 2019, Sr. Presidente. Foram 7.300 casos entre janeiro e março deste ano, enquanto no mesmo período de 2018 o estado registrou apenas 1.916 casos. O índice de infestação do *aedes aegypti* em bairros de Salvador já ultrapassa, também, a taxa tolerável da Organização Mundial de Saúde.

Os casos de dengue na Bahia crescem 281% nos 3 primeiros meses de 2019, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Isso comprovado pelo Ministério da Saúde. Quatro mortes aconteceram em nosso estado por conta dessa doença, por conta

da dengue. E o Ministério da Saúde registrou na Bahia 7.305 casos entre janeiro e 16 de março, apenas em 3 meses esse número de pessoas infectadas, quando em 2018, no mesmo período, os casos registrados foram de 1.916, Sr. Presidente. A incidência no estado já é de 49,3/100 mil habitantes.

Em Salvador, na nossa capital, diversos bairros estão em estado de alerta, pois o índice de infestação do *aedes aegypti* já ultrapassa o índice tolerável, isso quem nos diz é a Organização Mundial de Saúde.

Nós sabemos que Salvador é uma cidade em que chove muito, Sr. Presidente. No bairro do Itaigara, área nobre da capital, o índice do mosquito chegou a 3,4%, quando a Organização Mundial diz que 1% já é estado de alerta. Mas isso nos deixa muito triste quando tratamos da saúde e quando nós falamos de saneamento básico, sabendo que o saneamento, com certeza, reduz o índice do mosquito *aedes aegypti*.

E quando, saindo da capital, a gente analisa o nosso interior, temos 104 cidades com risco de surto de dengue e *chikungunya*.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado?

O Sr. TIAGO CORREIA: Com o aparte o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Tiago, eu queria ter a atenção do presidente da Assembleia porque essa informação por que eu quero apartear V. Ex.^a... mas também essa informação o presidente Nelson Leal pode ter. Eu já fui questionado nesta Casa e fora, inclusive, por diversas pessoas sobre o estacionamento da Assembleia, hoje, ser um depósito de carros zero quilômetro justamente para serem utilizados no combate à dengue. E eu não sei o que aconteceu com o governo do estado, a Secretaria da Saúde do Estado...

(A deputada Fátima Nunes Lula se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Sim, mas depois que o governo federal... Ele entrega na secretaria do município ou na secretaria do estado?

Espere aí, com a sua tolerância e a sua compreensão.

Eu não sei por que é que a deputada Fátima tem problema em usar o microfone. Se ela quiser usar o microfone, ela aguarda o momento dela, pede aparte e o utiliza.

Eu queria que V. Ex.^a assegurasse a minha palavra.

Eu não entendo por que a deputada Fátima é corriqueira em fazer isso.

Então, deputado, eu queria entender por que a Secretaria da Saúde do Estado não utiliza tantos... eu acho que são mais de 30 carros que estão no pátio já há 6 meses e não são utilizados.

E se é do governo federal que, com certeza, fez a cessão do uso para a secretaria do estado... Será que o estado não precisa que não pode em momento algum questionar?

Já houve, inclusive, audiência com o ministro da Saúde, Luiz Mandetta.

E o secretário da Saúde não precisa desses carros? Então, devolva, dê aos municípios que precisam.

Esse é o aparte que eu queria fazer a V. Ex.^a, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Muito pertinentes suas palavras, deputado Alan. Eu iria trazer justamente isso.

Estive estudando, pesquisando, tentando entender por que esses carros estão aqui desde que assumi meu mandato no início deste ano. Eu via ali aqueles carros da vigilância sanitária e não entendia.

Fui pesquisar e trago aqui a informação que V. Ex.^a solicita a esta Casa: governo federal entrega mil caminhonetes para reforçar o combate ao mosquito *aedes aegypti*, isso no dia 12 de dezembro de 2018!

O Sr. Alan Sanches: Já entregou!

O Sr. TIAGO CORREIA: Os carros já foram entregues. Os carros se encontram aqui, no pátio atrás da ALBA, atrás do nosso estacionamento aqui, na Assembleia Legislativa.

E a notícia diz que: “nova frota de veículos integra estratégia do governo para enfrentamento do atual cenário e risco de infestação do mosquito *aedes aegypti* nos estados e municípios.”

O Sr. Alan Sanches: Então, já foram entregues.

O Sr. TIAGO CORREIA: “Dados do levantamento apontam que mais de 500 cidades podem...” Podem! Podem! Vou repetir, deputado Alan: “500 cidades podem ter surto de dengue, zika e *chikungunya*”.

E o governo do estado recebe os veículos e esquece a palavra podem e espera um surto acontecer. É assim que o governo do estado trata a saúde aqui.

E eu vejo deputados subirem a esta tribuna para falar de hospital, para falar de clínica...

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Conceda-me um aparte, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) enquanto a vigilância do nosso estado...

E eu tenho batido constantemente, aqui, na ADAB...

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Um aparte, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) e amanhã vamos, inclusive, receber o pessoal da ADAB.

Mas a vigilância do estado não funciona. E eu só posso imaginar, deputado Alan, que é por pura incompetência, porque se fosse por falta de estrutura, como muitas vezes nós vemos alguns deputados, alguns colegas e secretários justificarem... mas os carros estão parados aqui, nos fundos! Existem municípios onde as pessoas estão morrendo! Baianos já morreram este ano! Esta informação foi trazida em dezembro, que a dengue poderia atingir... a dengue já atinge...

Os veículos estão aí, e o estado por inoperância, por incompetência, por falta de sensibilidade não leva à frente, não vai questionar o Ministério da Saúde. E esses veículos estão enferrujando em nosso pátio. Muito em breve terão que trocar as baterias, deputado Alan, porque quando forem ligar não liga mais!

Os veículos chegaram em dezembro. Nós já estamos no meio do ano, mais de 6 meses! Isso mostra o descaso, o desrespeito, principalmente com as camadas mais

pobres da população que moram nas áreas atingidas e não têm condições para ter um tratamento digno. E os baianos estão morrendo.

Com o aparte o deputado Antônio Henrique.

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Deputado, a informação de que esses carros... São do governo federal para serem entregues aos municípios, mas até agora não fizeram o termo de entrega. São do governo federal. O governo do estado só fez guardar esses carros aqui, na Assembleia, como estão, e lá na Secretaria da Saúde. Mas quem tem a responsabilidade de entregá-los aos municípios é o governo federal, que não fez o termo de cessão de uso dos carros.

Então, desde dezembro que foram entregues pelo presidente Michel Temer, mas a responsabilidade de fazer o termo de uso de entrega é do governo Bolsonaro, e até hoje o Ministério da Saúde não entregou esses carros, não entrega os carros.

Então, podemos cobrar, vamos cobrar. Faz parte da base do governo cobrar do governo Bolsonaro, pedir... Todos já pediram, deputados, todo mundo está pedindo, e o governo, com essa inoperância que o governo federal tem, nós sabemos disso, não trabalha, não faz as coisas acontecerem... Os carros estão aí, e os municípios precisando desses carros para fazer o combate à dengue, à *chikungunya* e não estão recebendo esses carros.

Então, só depende do governo federal, não do governo do estado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Agradeço pela informação trazida, deputado. Muito importante, pertinente.

Saber que, muitas vezes, os municípios não têm condições e sequer técnicos para firmar, para dar andamentos a esses convênios... Aí é que entra o poder do governo do estado, que tem uma secretaria robusta, um secretário que conhece tecnicamente, porque é médico. E qual é o papel do secretário do governo do estado? É, justamente, auxiliar aos municípios!

Estão morrendo baianos! São baianos que estão morrendo! O governo do estado tem, sim, responsabilidade sobre esses veículos no momento em que se mostra inerte, no momento em que não toma nenhuma ação para que esses veículos cheguem ao destino final.

Mas nós vamos cobrar, vamos solicitar, de pronto, uma audiência ao ministro da Saúde, em Brasília, para que esses termos de compromisso sejam assinados o quanto antes e que os baianos deixem de morrer por uma doença que, talvez, não deveria estar acontecendo, pois ela já foi anunciada desde o ano passado e nenhuma medida foi tomada.

E falando de morte, Sr. Presidente, trago a informação também de que tenho sido provocado constantemente por prefeitos, por lideranças, principalmente do interior do estado, devido à violência que assola o nosso estado.

E trago aqui notícias do final de semana. Em Salvador a gente nem fala mais. Em Salvador, por final de semana morrem, em média, de 25 a 30 pessoas assassinadas, a maioria negra, jovem e pobre. Esse é o retrato da segurança em nosso estado.

E eu trago aqui que em menos de 36 horas Vitória da Conquista registrou quatro homicídios, mortes violentas na cidade. Isso nesse final de semana.

Teixeira de Freitas nesse final de semana: “Homem é morto no bairro Liberdade”.

Itamaraju no último final de semana: quatro pessoas, quatro jovens assassinados, também brutalmente.

E o que nós vemos são delegacias sem delegados, são veículos, viaturas paradas por falta de combustível, por falta de manutenção. E os prefeitos ligando, pedindo, implorando a nós para que nos juntemos com a sociedade civil dos municípios para fazer uma vaquinha para consertar uma simples embreagem de uma viatura.

E nós vemos, realmente, Teixeira de Freitas e todo o entorno, de Itamaraju até Eunápolis, cidades importantes que se limitam com mais de um estado: com o Espírito Santo ao sul e Minas Gerais a oeste... E o nosso estado virou terra de ninguém, é banguê-banguê, é assalto a qualquer hora do dia. São crimes hediondos, horríveis acontecendo, jovens morrendo.

Itamaraju, Teixeira de Freitas, Conquista, Eunápolis, posso trazer aqui, Alex, o diário do final de semana, e ele é triste.

Vou ler de novo, já que V. Ex.^a chegou agora. Em menos de 36 horas Conquista registra quatro homicídios violentos na cidade. Este final de semana um jovem de 14 anos foi esfaqueado e jogado no Rio Verruga no município de Itambé. Teixeira de Freitas: homem é morto no bairro da Liberdade. Itamaraju: quatro pessoas assassinadas do último final de semana para cá.

Então, Alex, a violência assola não só a capital, mas as cidades do Extremo Sul e do Sudoeste baiano. E o que eu trago aqui é a informação de que muitas das delegacias dos municípios, hoje, não têm delegados.

O município de Teixeira de Freitas sofre profundamente uma onda de crimes, a maioria associada a drogas.

Em Itamaraju, a delegada está de férias, não tem delegado substituto, as viaturas estão paradas por problemas em peças, por falta de manutenção.

Peço aqui, Alex, caridosamente, o apoio de V. Ex.^a para que possamos fazer uma incursão à Secretaria da Segurança para pedir uma atenção especial a essas cidades do interior, cidades importantes. Como eu vinha falando, cidades estrategicamente colocadas em nosso estado, principalmente ao sul do estado, que é, muitas vezes, dito como terra de ninguém: a gente não sabe se está em Minas, não sabe se está no Espírito Santo, não sabe se está na Bahia justamente pela ausência do governo, não só na questão da segurança pública, devido aos elevados índices de violência, mas também em ações em estradas, em ações na saúde.

Então, Alex, essas regiões mais extremas do nosso estado têm sofrido muito. Peço a ajuda dos deputados da base do governo para que possamos fazer aqui, talvez, uma comissão e elencar os principais municípios que apresentam sinais claros de violência, principalmente crimes relacionados ao tráfico de drogas, cidades como Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itamaraju, que são polos importantes do

nosso estado e que nunca apresentaram índices de violência tão elevados como apresentam agora.

Então, Sr. Presidente, é isso que trago nesta tarde.

Queria deixar aqui o meu abraço a todos esses guerreiros, prefeitos e lideranças, que têm entrado em contato com a gente, muito temerosos com os índices de violência que atingem os seus municípios. E dizer que vamos cobrar, sim, do governo do estado uma posição enérgica para que isso de fato venha a se reduzir e que a população tenha um pouco de segurança quando sair de casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre amigo, deputado Sandro Régis. O elegante deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Srs. Deputados, senhores nas Galerias Paulo Jackson, *TV Assembleia*, Sr. Presidente, Líder do Governo, Líder da Oposição, vimos aqui esta noite para tratar de um assunto que começamos ontem a fazer.

Depois de algum estudo, ficamos, realmente, abismados com a forma como o governo do estado trata o turismo em nosso estado. Para vocês terem uma ideia, a tributação do querosene, hoje, aqui, na Bahia, é uma das mais caras do Brasil. Com isso, nós estamos perdendo toda a competitividade, deputado Targino, para Recife e Ceará. A Bahia, deputado Alan, que já foi líder em turismo, em receber passageiros em seus aeroportos, hoje amarga o terceiro lugar. Ceará e Pernambuco já nos passaram, e o nosso rumo despenca a cada dia.

Vou exemplificar, em números, o que significa isso. Não adianta se questionar preço de passagem na Bahia, já que o governo do estado não faz o dever de casa. Hoje, todas as empresas que voam aqui não abastecem mais em Salvador; elas pousam, fazem o transbordo dos passageiros e saem para abastecer em Pernambuco ou no Ceará, porque a nossa tributação de querosene é a mais cara do Nordeste e está entre as cinco mais caras do país. Essa é a forma como o governo do estado trata o turismo.

Deputado Rosemberg Pinto, V. Ex.^a, como Líder do Governo, tem se esforçado muito, mas a Bahia perdeu, nesses últimos anos, 1,3 milhão passageiros; Pernambuco ganhou 1,277 milhão e o Ceará, 1,387 milhão.

Isso é a prova do descaso do governo do estado com o turismo da Bahia. Além disso, não podemos deixar de citar a questão do Centro de Convenções, que desabou. A nossa capital vive, basicamente, de serviços. Salvador não tem grandes indústrias, e sem um centro de convenções o nosso turismo se resumiu ao turismo do sol, que é de outubro até após o Carnaval.

Nada disso aparece na propaganda tamanho G do governo do estado da Bahia. Nada disso. Ninguém aqui aborda como a Bahia perdeu a liderança do turismo. Quantos hotéis, quantos leitos de hotéis foram fechados ao longo dos 8 anos do ex-governador e agora...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado...

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) dos 5, 6 anos do governador atual. Nada disso a propaganda tamanho G mostra.

Um aparte ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Sandro, é muito bom ver V. Ex.^a trazendo um tema tão importante para Salvador e para a Bahia. Salvador vive, praticamente, do turismo, mas já vimos serem fechados o Salvador Praia, o Othon, o Meridien, enfim, diversos hotéis. Lembro agora daquele atrás do Centro de Convenções, se não me falha a memória, o Holiday Inn, que foi construído justamente para atender o Centro de Convenções. Ele também foi fechado.

Há anos, o Centro de Convenções desabou, mesmo tendo sido gastos 50 milhões na sua reforma. Desabou! A Bancada do Governo nesta Casa ficou silenciosa.

Temos, agora, o seguinte questionamento: entre o final de 2017 e o início de 2018, o governador Rui Costa, na hora em que o ACM Neto anunciou a construção do Centro de Convenções de Salvador, ficou tão tonto, tão tonto que no mesmo dia anunciou que também iria construir o Centro de Convenções do Estado da Bahia. Deputado Alex me olhou assim porque, realmente, teve de ampará-lo quando, por causa da notícia do Centro de Convenções de Salvador, o governador ficou tonto.

Naquele momento, em fevereiro de 2018, ele disse que faria até mais do que um centro de convenções, seria uma praça multi eventos. Isso há quase 1 ano e 6 meses, mas até hoje a população da Bahia, deputada Fátima Nunes, não sabe nem onde será construído o centro de convenções que ele anunciou, com grandes pompas, para rebater o ACM Neto.

Quando o governador quis rebater o ACM Neto, era simplesmente porque estava pensando no jogo político da eleição. Mas a Bahia, hoje, sabe que ele faltou com a verdade, porque nem sequer sabe onde vai ser construído. E mais, o governador também não sabe o que fará com o Centro de Convenções que desabou, aquele mausoléu que está semidestruído.

Não adianta anunciar secretário de Turismo, tendo em vista que o governo do estado não se preocupa com políticas para a pasta, não se interessa! Já foi questionado diversas vezes, por deputados, instituições, pelo trade turístico, por que ele não abaixa o ICMS do combustível, o que atrairia os voos. Mas o governo do estado não se preocupa. Ele pode se preocupar com outras coisas – que V. Ex.^{as} da Bancada do Governo podem até se arvorar em defender –, mas não tem uma política para o incremento do turismo.

Acho que o governo do estado não tem a capacidade de jogar em várias posições, por isso só foca, absolutamente, em uma coisa. Nem sei a necessidade de o governo do estado ter um secretário de Turismo. Não estou falando, deputado Rosemberg, do secretário, que não o conheço, estou falando da necessidade de uma Secretaria de Turismo, pois não há planejamento estratégico, não há funcionalidade. Então o governo deveria, para diminuir os custos, fechar essa secretaria e colocá-la como apêndice de qualquer outra, já que ele não a utiliza.

Então, acho que o que falta ao governo do estado é reconhecer a necessidade do turismo para Salvador e para a Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Incorporo o aparte de V. Ex.^a.

Só para complementar, deputado Alan: em 2016, houve uma queda de 16,9% de passageiros em Salvador; em Fortaleza, a queda foi de 10%; em Recife, de 1,7%. Já em 2018 a Bahia cresceu 1,7%; Recife, 8,9%; e Fortaleza, 11,6%. Dados oficiais da ANAC.

O que isso quer dizer? Que o turismo...

Pois não, deputado Rosemberg, quer falar? Se quiser V. Ex.^a quiser, lhe concedo um aparte.

(...) não é uma prioridade do governo do estado. Se fosse prioridade, como bem V. Ex.^a falou, teriam feito um novo centro de convenções.

Estima-se que a Bahia perdeu 1,4 bilhão desde que o Centro de Convenções desabou e nada foi feito. Aí, depois de o município começar a construir o seu centro de convenções, que será entregue no final do ano, o governo do estado diz que vai fazer outro centro de convenções. E o pior: não fez, mas quer inviabilizar esse importante equipamento na capital, porque Salvador não comporta dois centros de convenções. Irá até inibir as empresas especializadas de virem gerir esse equipamento.

Deputado Alan, se não quer fazer, não faça, mas não prejudique a capital, não prejudique o estado. Isso é muita mesquinhez! Isso é uma grande falta de responsabilidade! O setor hoteleiro de Salvador está praticamente falido. O setor turístico de nenhuma cidade sobrevive se só tiver turismo durante 6 meses. Nós perdemos o turismo comercial, que são as reuniões que as empresas fazem, porque não temos centro de convenções. Como é que uma capital como Salvador não tem um centro de convenções?!

Pois bem, quando vamos entregar um dos equipamentos mais modernos do Brasil, de alta geração, que pode atender, simultaneamente, 14 mil pessoas, contemplando todas as necessidades para se trazer novamente o turismo comercial, aí o governo do estado anuncia que irá construir um centro de convenções. Por que não fez isso 8 anos atrás? Por que não fez isso na gestão do ex-governador Jaques Wagner? Por que não fez isso na primeira gestão do governador Rui Costa?

Agora, porque o município vai entregar o dele, o governo começa a fazer o discurso de que também irá construir um centro de convenções. No mínimo, isso é uma falta de respeito com a capital. No mínimo, isso é uma falta de respeito com o trade turismo, porque esta cidade não comporta dois centros de convenções.

E assim as empresas especializadas não virão, porque não sabem o que vai acontecer. Será que vão suportar? Será que os equipamentos vão ficar obsoletos? Será que vão fechar? Mas ninguém fala, ninguém tem a capacidade crítica de fazer essa avaliação.

Aqui, “nego” só usa esta tribuna para dizer amém ou para florear. Se vocês conversassem com o setor hoteleiro, se vocês conversassem com o trade turismo, entenderiam o que estou dizendo. Porque, além de não fazer, agora o governador quer prejudicar ao dizer que vai construir um novo centro de convenções. É muito melhor se juntar ao município e construir um projeto para termos um centro de convenções

funcional. Não dá mais para Salvador, uma cidade que vive de serviços, não ter esse equipamento.

Mas, quando a gente apresenta, Tiago, começa esse discurso de que agora o governo também vai fazer...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: V. Ex.^a está inscrito. Pode falar.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Sandro Régis, muito lúcidas as palavras que V. Ex.^a traz nesta tarde, mostrando as perdas irreparáveis que o trade turístico sofreu. E esses prejuízos não atingem somente Salvador, porque o turista de negócios, aquele que vem a algum evento no centro de convenções, muitas vezes, após a convenção ou a feira que ele participou, ele viaja para o interior do estado. Vai a Ilhéus, a Itacaré, etc., e aproveita, já está no estado da Bahia, para conhecer o nosso interior. Então não perde só a capital, perde todo o estado.

Não só a ausência de um centro de convenções foi tratada com total descaso pelo governo do estado, mas também o aeroporto de Salvador, porta de entrada da nossa capital, foi deixado de lado. Enfim, diversos equipamentos públicos que poderiam atrair o turista não só para Salvador, mas também para o interior, sempre foram deixados de lado.

A Bahia, que já foi cantada em versos e prosas e era objeto de desejo de todos os viajantes não só do nosso país, perdeu os seus encantos nestes anos de governo do PT. Isso aconteceu pela falta de sensibilidade de entender que as riquezas naturais do nosso estado podem, sim, ser propulsoras do turismo. Como também toda a riqueza histórica que a nossa cidade de Salvador tem, toda a nossa riqueza cultural foi deixada de lado.

E o que acontece são esses números expressivos de perda de recursos que poderiam estar vindo para o nosso estado, poderiam estar vindo para a nossa capital, mas estão indo para outras cidades do Nordeste, para outras cidades do país.

São Paulo é uma cidade que não tem atrativos naturais, mas hoje tem um turismo muito mais pujante que o do estado da Bahia. Isso é inadmissível e mostra, realmente, a falta de competência, a falta de visão, a falta de capacidade...

O Sr. SANDRO RÉGIS: De prioridade.

O Sr. Tiago Correia: (...) de prioridade do governo de entender que o turismo é, sim, um negócio que gera emprego, que gera renda, que traz riqueza para o nosso estado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Para você entender, Tiago, no Ceará a tributação do ICMS sobre o querosene é de 2%; em Pernambuco, 3%; em Minas Gerais, 6%; na Bahia, 12%; no Distrito Federal, 7%. Ou seja, o estado da Bahia perdeu a condição de competir.

O Sr. Tiago Correia: Mais um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Todos os HUBs das empresas aéreas foram embora. Se a companhia aérea não abastece aqui, só faz o transbordo. Muitas vezes, o passageiro nem sai da aeronave. E, assim, cada vez mais o nosso estado está perdendo as condições de disputar o turismo no Brasil.

Já fomos líder do Nordeste. Hoje, com todo o respeito aos estados nordestinos coirmãos, estamos perdendo para o Ceará. Um estado muito menor do que a Bahia, com muito menos atrativos naturais que a Bahia. Mas lá houve a ação governamental, que transformou, que deu incentivos, por isso nós perdemos todas as companhias aéreas.

Não temos mais nenhuma companhia aérea no estado da Bahia. Daqui a pouco, até os postos de gasolina do nosso aeroporto vão fechar, porque não vendem mais. Não vendem mais, deputado Tiago, porque os aviões vão abastecer em Pernambuco ou no Ceará. Com isso, diminuem as possibilidades de voos no nosso estado. Dessa forma, cada vez mais estamos perdendo a nossa capacidade de fazer esse enfrentamento na área do turismo.

Mais uma vez lhe concedo a palavra, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Sandro Régis, isso é de uma profundidade tão grande que eu só tenho de aplaudir o que V. Ex.^a trouxe a esta Casa. Justamente pela falta de sensibilidade do governo em conceder essas isenções de impostos, principalmente sobre o combustível de aviação, perdemos dois HUBs importantes – que foram para o Ceará e para Pernambuco –, que não voltam jamais. Essas empresas, depois que se instalam, montando toda uma infraestrutura, jamais retornam.

Mesmo que o governo resolva conceder esse mesmo desconto que foi dado nesses estados, ele não retroage jamais os efeitos maléficos que foram trazidos ao nosso estado. Mas o governo continua insistindo nessa política, pensando, principalmente, em ações que tragam resultados políticos rápidos. Ou seja, esquece de fazer uma política de governo para fazer uma política partidária. É isso que nós vemos o governo do PT fazer em nosso estado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Incorporo as suas palavras.

Para encerrar, Sr. Presidente, faço aqui um apelo ao Líder do Governo, que tem se mostrado muito preocupado com a Bahia, para que faça essa discussão sobre a tributação.

E peço também, deputado Rosemberg, que procure saber se Salvador comporta dois centros de convenções. Repito, depois de 6 anos sem o governo do estado fazer um centro de convenções, agora, quando a Prefeitura vai entregar um na capital, o governador começa a dizer que vai fazer outro.

Para finalizar, venho com aquele discurso: se não quiser fazer, eu respeito, mas, pelo menos, não atrapalhe.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, por até 20 minutos, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Antes do pronunciamento do deputado Pedro Tavares, quero apenas fazer uma correção ao meu querido amigo deputado Sandro Régis.

Na verdade, a Prefeitura está fazendo um salão de festas, já que centro de convenções é um equipamento que cabe grandes eventos.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Alan, eu gostaria de responder ao deputado Alex Lima, até porque ele me citou.

Deputado Alex Lima, V. Ex.^a é um jovem, considero um dos mais inteligentes desta Casa, mas perdeu uma grande oportunidade de não se pronunciar, já que não tinha o que falar. Ora, o seu nível é muito alto para V. Ex.^a dizer que um equipamento daquele é um salão de festas. Um equipamento que comporta 14 mil pessoas simultaneamente, que tem capacidade para 20 mil pessoas.

Tenho certeza de que falou isso na emoção, porque, por sua inteligência, por sua leitura e capacidade, V. Ex.^a, internamente, pensa completamente diferente do que externou.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu queria me associar ao deputado...

O Sr. Alan Sanches: Só um minuto, deputado.

Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: (...) V. Ex.^a está precisando pedir a manutenção desse microfone.

O deputado Rosemberg está muito feliz porque vai votar o projeto hoje. Será à meia-noite, mas vai votar.

Presidente, primeiro, quero agradecer a presença de V. Ex.^a e do deputado Targino no simpósio que tivemos, hoje pela manhã, sobre legislação eleitoral, que contou com a participação de 143 pessoas interessadas. Tanto militantes da política quanto candidatos, pré-candidatos, vereadores. Graças a Deus, foi um evento que contribuiu para o conhecimento e a formação dessas pessoas.

Mas, dito isso, eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Só um segundo, deputado, que passo a palavra para V. Ex.^a.

Ao parabenizar V. Ex.^a, deputado Alan, devo dizer que foi um prazer participar desse importante evento. As regras eleitorais mudaram, então é importantíssimo informar às lideranças e às pessoas que fazem política todas essas novas mudanças,

porque, afinal de contas, você pode ter problemas na hora de registrar a candidatura por causa de algum pequeno erro que venha a cometer.

Então, parabéns pelo zelo que V. Ex.^a tem com seus parceiros e correligionários.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, é só para pedir que o tempo regimental de 15 minutos seja marcado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendido.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulado pelos deputados Alan Sanches e Rosemberg Pinto. Convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes ao plenário. (Pausa)

Restabelecido quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Retorno a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, ao deputado Pedro Tavares. Obviamente, V. Ex.^a pode...

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, eu queria me associar às palavras do deputado Sandro Régis. Tenho certeza absoluta de que o deputado Alex Lima – que é, além de um grande amigo, um dos deputados mais competentes, mais preparados e, para mim, uma das grandes revelações dessa Casa – se equivocou quando disse que o centro de convenções municipal seria um salão de festa.

Sei que foi um grande equívoco do meu competente amigo Alex Lima, pois tenho certeza de que ele sabe que não é isso. Basta olhar na frente desse centro de convenções que você verá que, na verdade, foi o salão de festa do governo do estado que ruiu, que caiu. Aquele, sim, está em ruínas e ninguém sabe o que vai acontecer com aquele importante equipamento que, infelizmente, está totalmente degradado.

Mas, antes de começar a discorrer sobre o projeto que vai ser votado no dia de hoje, quero parabenizar e me associar ao discurso do deputado Robinson Almeida sobre a questão das comissões. Estou, deputado Robinson, no meu terceiro mandato aqui nesta Casa e, te confesso, é neste mandato em que eu vejo o maior dinamismo nas comissões temáticas, com a presença e um grande interesse dos parlamentares.

Queria agradecer, como deputado e presidente da Comissão de Infraestrutura, aos meus pares pela presença constante na comissão, onde temos debatido diversos assuntos de interesse da Bahia. Já estivemos no DNIT para discutir as estradas federais; já recebemos aqui o secretário Marcus Cavalcanti para discutir as obras de infraestrutura da sua pasta e o planejamento para os próximos anos; recebemos os prepostos do aeroporto de Salvador, juntamente com o deputado Tiago Correia, que tem feito um belo trabalho na Comissão de Defesa do Consumidor.

Enfim, temos tido debates muito positivos nas comissões.

E hoje, durante a sessão da Comissão de Infraestrutura, eu toquei num assunto que me gratifica muito. Como disse o deputado Robinson, a gente precisa conseguir fazer com que os projetos dos deputados comecem a andar nas comissões para depois chegar ao plenário desta Casa.

É importante que os deputados tenham a responsabilidade – estão tendo – de fazer os seus pareceres, que, de acordo com o Regimento, têm um prazo máximo de 15 dias para serem apresentados. Mas tenho certeza absoluta de que as comissões vão andar com mais fluidez, com mais rapidez, para que a gente possa votar aqui os projetos dos deputados.

Além disso, queria pedir ao presidente da Casa, deputado Nelson Leal, e ao Líder do Governo, deputado Rosemberg, que esses projetos dos deputados, depois de aprovados aqui, sejam regulamentados pelo governo do estado. Temos de fazer essa cobrança.

Tenho aqui alguns projetos que, mesmo já tendo sido aprovados há mais de 3 anos, ainda não foram regulamentados pelo governo do estado. Eu queria pedir ao deputado Rosemberg que ele, como Líder do Governo, nos ajudasse nisso aí.

Dou aqui, como exemplo, o projeto que instituiu a Semana de Conscientização do Lúpus, que foi aprovado há 3 anos e até agora não teve a sua regulamentação. A proposta desse projeto é que a primeira semana de maio, todos os anos, seja um momento de conscientização. Mas já se passaram três maios e esse projeto não é regulamentado, não é efetivado pelo governo do estado. Eu queria pedir essa compreensão.

Tem outro projeto importante provado por esta Casa, o Disque 180, também de nossa autoria, que torna obrigatório os cinemas, antes de a sessão começar, informarem que existe o número 180 para mulher denunciar qualquer violência, qualquer abuso. Esse também não foi regulamentado e efetivado pelo governo do estado. Ora, é tão fácil mandar essa informação a todos os cinemas da Bahia, dizendo que esse projeto já foi aprovado há algum tempo aqui.

Repito, peço ao presidente da Casa, deputado Nelson Leal, e ao Líder do Governo, que a gente possa fazer com que esses projetos que já foram aprovados pela Casa, que se tornaram leis, sejam efetivados pelo governo.

O Sr. Vitor Bonfim: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: Com aparte o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Deputado Pedro Tavares, o pronunciamento de V. Ex.^a realmente é importante.

Presidente Nelson Leal, precisamos urgentemente pautar projetos de autoria dos deputados estaduais, tendo em vista que já estamos, praticamente, encerrando o primeiro semestre na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa tem feito um esforço muito grande. O deputado Zé Raimundo, que preside esse colegiado, trouxe, mais cedo, os números do trabalho realizado na CCJ: aprovamos 87 projetos de lei, e tem mais de 1.400 ainda para análise.

Então é preciso que V. Ex.^a se sinta com os Líderes da Maioria e da Minoria para que a gente possa colocar em pauta, pelo menos, os projetos menos polêmicos. E assim o Plenário decida se quer aprová-los ou não. Mas a gente precisa fazer esse esforço coletivo para que os projetos de lei apresentados pelos deputados estaduais possam tramitar. Além disso, esses projetos de lei precisam ter um efeito prático para que possam contribuir para a vida da população baiana.

Mais cedo, V. Ex.^a fez a comparação com o trabalho realizado nas câmaras de vereadores. Tive a oportunidade de ser vereador, por dois mandatos, lá no município de Guanambi. Realmente a gente tinha uma produção legislativa maior, até porque as leis aprovadas na câmara impactam diretamente na vida do cidadão

Então, deputado Pedro Tavares, a gente precisa fazer esse esforço coletivo para que a Assembleia vote, sim, projetos de lei dos deputados estaduais.

Temos matérias importantes já aprovados na Comissão de Constituição e Justiça; outras estão pendentes de parecer. A deputada Fabíola Mansur tem um projeto de lei extremamente importante, que trata da obrigatoriedade da existência do DEA, que é o desfibrilador, para socorrer pessoas que tenham uma parada cardíaca. Temos visto na imprensa do nosso estado, deputado Pedro Tavares, vidas sendo perdidas no Ferry Boat pela falta de um equipamento simples, de custo relativamente barato, que pode salvar vidas.

Enfim, a gente tem de fazer com que essas propostas caminhem de forma mais rápida, mais célere.

Parabéns, Excelência, por levantar essa bandeira na noite de hoje.

O Sr. PEDRO TAVARES: Incorporo o seu aparte, deputado Vitor Bonfim.

Hoje, eu fiquei muito alegre na Comissão de Infraestrutura quando, ao designarmos dois relatores para dois projetos, eles se comprometeram a trazer, na próxima semana, os pareceres para que possamos votar na comissão, dando o andamento devido.

Mas, repito, é muito importante votarmos projetos de deputados; não podemos ser uma Casa que só vota projetos do Executivo. Tenho certeza de que a CCJ tem feito um belo trabalho, assim como as outras comissões. Vamos continuar com o esforço conjunto para que a possamos votar projetos de deputados.

Mas, antes, aqui, eu queria falar, também, da região de Irecê, pois esta é uma região importante em nosso estado. É uma região que eu tenho a honra de ter sido votado desde o meu primeiro mandato, em 2010, na minha primeira eleição, é uma região onde eu tenho grandes amigos. Tenho a honra de ter sido votado em todos os municípios da região.

Queria pedir a sensibilidade do governo do estado em relação a uma importante estrada: a BA-148. Essa estrada liga Irecê, passa por Ibititá, por Ibipeba, chega até a Barra do Mendes. A referida estrada se encontra em péssimas condições. É uma estrada importante para o escoamento da produção de verdura da região, para o transporte de enfermos e estudantes, para o direito de ir e vir. A estrada é importante para quem trabalha em uma cidade e mora em outra cidade.

Enfim, eu queria pedir a sensibilidade do governo do estado.

Quanto a essa estrada, eu já fiz uma indicação ao governo do estado desde 21/12/2016. Infelizmente, essa estrada não foi recuperada. Eu não quero ser o pai da criança! Tem outros deputados atuantes da região de Irecê que têm cobrado, também, a recuperação dessa estrada. Eu quero, também, pedir a força de todos para,

conjuntamente, poder sensibilizar o governo do estado acerca da importância dessa estrada. Esperamos que o governo a recupere, o mais rapidamente possível.

Está chegando, agora, o período junino, período de festas na região. Muitos visitantes vão para a região de Irecê e eles têm de utilizar essa estrada. Infelizmente, a estrada está em péssimas condições. Então, eu queria, mais uma vez, cobrar do governo a sensibilidade para poder ver a recuperação com carinho. Realmente, recuperar essa estrada é um desejo de toda a região de Irecê.

Queria falar, também, sobre os péssimos serviços da Embasa naquela região. A Embasa tem, ali, a adutora do São Francisco, a Adutora do Feijão. Porém, a Embasa, sempre, tem ofertado péssimos serviços aos moradores da região de Irecê. Recentemente, a região ficou sem água durante alguns dias. Mais uma vez, foi dito que houve uma ruptura na adutora. Mas essa questão não foi a primeira vez. Algumas vezes, isso tem acontecido.

Então, mais uma vez, eu vou estar, sempre, cobrando para a Embasa oferecer um serviço de qualidade para a região de Irecê. É uma adutora muito cara, pois se gastou milhões e milhões de reais para levar água para a população de Irecê.

Realmente, não pode estar, a toda hora, com defeito, pois, a toda hora, se diz que se rompeu ou por uma questão técnica ou por falta de manutenção. A gente vai continuar a nossa cobrança em relação à região de Irecê, em relação a Embasa, em relação aos serviços da Embasa, em relação à segurança pública, em relação à estrada

Queria falar, também, da região de Jacobina. Essa é uma importante região do nosso estado. Essa é outra região que eu tenho a honra de ter sido votado desde o meu primeiro mandato, aliás, já são 3 mandatos consecutivos. Tendo a honra e a confiança daquela região.

Jacobina possui uma região importante e passa, hoje, por sérias dificuldades nas áreas de segurança pública, infraestrutura, etc. Existe a importante BA-131 que liga o entroncamento da BR-324 passando por Caém, Saúde, Pindobaçu, Antônio Gonçalves e chega até Senhor do Bonfim. Essa estrada precisa, rapidamente, de uma recuperação.

Eu venho cobrando, há muito tempo, a recuperação dessa estrada. Quanto à nossa indicação ao governo do estado, eu, também, já a fiz há muito tempo, desde maio de 2015. Infelizmente, a população não tem nenhuma resposta em relação a essa estrada. Como eu disse, é uma estrada importante de uma região importante, mas, infelizmente, não tem tido a atenção que merece do governo do estado.

Então fica a minha cobrança ao secretário de Infraestrutura, ao governador, enfim, para ambos terem uma atenção especial para a região de Jacobina, como eu disse, uma região importante do nosso estado.

Ali, se tornou um polo de serviços. É um polo da eólica também. A região tem crescido muito. Subindo, passando Jacobina, chegando a Umburanas, Ourulândia e Várzea Nova. Enfim, acho que tem de ter uma atenção especial das autoridades, porque Jacobina merece, sim, ser bem-tratada.

E falando hoje, eu ouvi, atentamente, o discurso e o pronunciamento do deputado Alan Castro ao fazer a defesa efusiva do secretário e da Secretaria da Saúde. Eu queria perguntar ao deputado Alan o seguinte. Lá, na região de Ilhéus, eu vi o deputado Alan

Sanches rebatendo e falando sobre o Hospital Regional Costa do Cacau. Quanto ao valor do Hospital Costa do Cacau, este é um valor maior do que o Hospital Municipal e com quase a mesma equivalência em tamanho, deputado Alan.

Mas tem uma pergunta que a região de Ilhéus não se cala. Para construir o Hospital Costa do Cacau, eles fecharam o Hospital Geral de Ilhéus. Esse era um hospital de referência quanto ao atendimento de urgência e emergência. Esse hospital foi fechado para abrir o Hospital Costa do Cacau. E quando foi fechado, 2 anos atrás, deputados Tiago Correia, foi prometido, no lugar desse hospital, deputado Alan, um especialista na área de saúde, a construção de um hospital materno-infantil. E a população de Ilhéus clama por esse hospital materno-infantil. E ninguém sabe de nada.

Um dia desse, foi lançada a licitação.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Um dia desse, foi lançada a licitação para se fazer, ainda, o projeto desse hospital. E, no ano passado ou ano retrasado, antes das eleições, parecia que o hospital, logo depois de fechado, seria começada a obra logo, no outro dia. E, até hoje, nada. Já se passaram 2 anos e não tem obra, não tem nada! Era sobre isso que eu queria saber da Secretaria da Saúde do Estado. Queria saber o porquê dessa demora. Será que vai sair, ainda, essa obra, uma obra tão importante?

Mas fica, aqui, mais uma vez, a minha cobrança.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES: Bem, eu queria conceder um aparte, primeiro, ao deputado Tiago Correia e, logo depois, ao deputado e amigo Alan Sanches.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Pedro Tavares, foi muito bem lembrado, por V. Ex.^a, o tratamento que aquela região de Ilhéus vem tendo por parte do governo do estado, principalmente, no tocante às promessas de realização de obras.

V. Ex.^a trazia, aí, a maternidade que foi anunciada, principalmente, explorada durante a campanha. Mas, deputado Pedro Tavares, é bom lembrar, também, que a duplicação da estrada Ilhéus-Itabuna já foi lançada, salvo engano, seis vezes pelo governo do estado.

O Sr. PEDRO TAVARES: Foram três ordens de serviço.

O Sr. Tiago Correia: Já foram três ordens de serviço. Já foi explorada por diversos governadores. O ex-governador Jaques Wagner e o atual governador Rui Costa já exploraram a reconstrução dessa estrada. Nós só vimos, realmente, as promessas para um povo sofrido que precisa tanto do hospital, que precisa tanto da maternidade, quanto precisa dessa ligação importante entre os dois municípios, pois a estrada já não comporta mais o trânsito pesado entre as duas cidades.

Quanto ao hospital que V. Ex.^a trazia, deputado Pedro Tavares, é bom lembrar o que houve, na verdade, a transferência dos atendimentos que aconteciam em uma unidade para uma unidade fora do município. Isso trouxe todo um prejuízo de deslocamento da população ao deixar o acesso bem mais difícil.

O Sr. PEDRO TAVARES: Mas uma unidade era unidade? Só para completar o que V. Ex.^a fala. Era uma unidade que tinha a sua especialidade no atendimento de

urgência e emergência. E o Hospital Costa do Cacao tem uma finalidade totalmente diferente, pois é uma especialidade de alta e média complexidades, um hospital de portas fechadas. E, até hoje, a população de Ilhéus sofre muito, deputado Tiago, por não ter uma referência de emergência e urgência como era o Hospital Geral de Ilhéus.

O Sr. Tiago Correia: É este o tratamento que aquela região tem tido por parte do governo do estado.

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu agradeço o seu aparte e o incorporo.

Quero passar a palavra ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Pedro, que bom ver V. Ex.^a trazer o seu conhecimento e a sua experiência ao andar por essas estradas da Bahia!

Eu gostaria de, primeiro, complementar o pronunciamento de V. Ex.^a com relação ao hospital de Ilhéus, porque não adianta. V. Ex.^a fez uma solicitação à Secretaria da Saúde. Não adianta, porque o secretário da Saúde, através de sua Secretaria, não responde a nenhuma solicitação ou não responde a nenhum questionamento. Ele prefere ficar silencioso.

Se V. Ex.^a quiser qualquer tipo de informação, entre na Justiça.

Foi assim comigo. É assim com V. Ex.^a. É assim com o Sindicato dos Médicos. Digo isso, porque é assim que ele trata a saúde e, também, é como ele trata esta Casa.

Eu estarei, inclusive, encaminhando um ofício a ele, baseado, mais uma vez, na Lei da Transparência. Peço algumas informações para trazer a esta Casa sobre o valor que foi construído o Hospital Costa do Cacao. Esse hospital custou R\$ 160 milhões, enquanto Hospital Municipal de Salvador, aqui, custou R\$ 120 milhões. E qual é o preço? Qual é o custeio? Quanto ele gasta para o custeio mensal de cada hospital?

Você veja que o Hospital Costa do Cacao atende em torno de 120 pessoas/dia. Já o Hospital Municipal de Salvador, só na emergência, aqui, atende, por dia, 450 pessoas.

Então, a diferença é muito grande. A diferença de gestão é muito grande.

Mas quanto a essas informações, eu digo a V. Ex.^a que o secretário da Saúde não as dará. Se V. Ex.^a quiser essas informações, V. Ex.^a terá de entrar na Justiça. E ele é craque. O secretário é craque em fechar hospital para enganar e para tentar construir uma meia-boca assim.

Foi assim que ele fez com a UPA da Cidade Baixa. Agora, ACM Neto está construindo, ali, naquela praça em frente ao Irmã Dulce. A gente vai ter a UPA de volta, porque o governo Rui Costa e a Secretaria da Saúde tiraram e construíram, bem, na verdade, ele reformou o Hospital São Jorge, que era o PAM de Roma, e transformou aquilo em Hospital da Mulher.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ele fechou a UPA de Escada. Então, ele fecha os serviços e tenta reformar alguma coisa que ele tenha ao lado.

V. Ex.^a está de parabéns pelo pronunciamento nesta noite de hoje.

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a e o incorporo ao nosso pronunciamento.

V. Ex.^a não é só médico, mas é um especialista na área da saúde e tem feito um belo trabalho neste Parlamento na área da saúde.

Bem, com o tempo já se esgotando, eu me despeço.

Agradeço ao presidente e amigo Nelson Leal.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, quero dar boa noite a todos os deputados e as deputadas, ao presidente Nelson Leal, a você, que está nos assistindo aí.

Eu queria, nesta noite, trazer um assunto de grande relevância, especialmente para a cidade de Feira de Santana, meu caro amigo e deputado Robinson, que é amigo, que é unha e cutícula do deputado Zé Neto, lá, em Feira de Santana.

A saúde de Feira de Santana, especialmente, do Hospital Geral Clériston Andrade, está uma negação. Está muito difícil, lá, em Feira de Santana. Eu tive a oportunidade de, nesse último final de semana, conduzir um jovem, deputado Eduardo, que quebrou o braço e o punho. Esse jovem chegou lá e entrou na UPA do Clériston. A UPA teve que regular esse jovem para a cidade de Salvador, porque, lá, não tinha atendimento.

Aqui, eu vi o outro Alan falando da saúde.

(O Sr. Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PASTOR TOM: Não! Você, Alan Sanches, só fala para defender a saúde da cidade de Salvador.

Quanto ao outro Alan, não. O outro Alan distorceu o tema aqui, sumiu, desapareceu. Era bom que ele estivesse aqui para ouvir, porque ele defende tanto o secretário de Saúde.

Mas Feira de Santana está uma negação, Robinson. V. Ex.^a obteve uma expressiva votação naquela cidade.

Eu tive de trazer esse jovem, ontem, para o Hospital do Subúrbio. Ao chegar ao hospital, ele não entrou. Falaram que o hospital era porta aberta. Mas o jovem não entrou. Eles disseram: “Não tem atendimento não. Para fratura de braço, não!” Aí, peguei o jovem e o trouxe para o Hospital Geral de Salvador. Chegou lá e teve acesso. Porta aberta. Hoje, eu mandei uma pessoa ir lá falar com esse jovem. Ele está lá. Não fizeram a cirurgia dele ainda.

Enfim, eu quero dizer algo para você, para o Sr. Deputado, para os Srs. Deputados presentes, para o Líder do Governo que tanto defende este governo. Eu vejo a preocupação em mostrar a legalidade do governo. Mas quanto à saúde em Feira de Santana, essa não tem voz e não tem vez! Está uma bagunça a saúde no município de Feira de Santana! E falo isso com muita tranquilidade.

Aliás, eu já falei que não vou subir a esta tribuna, deputado Eduardo Alencar, para trazer alguma denúncia infundada. Nunca! Nunca! Mas isso é o que nós estamos vivendo em Feira de Santana.

Aqui, eu vi o deputado falando, também, daquelas pessoas que sofrem com varizes. Quem procura Feira de Santana para isso, não tem, também, atendimento. Não tem! Eles falam que é porta aberta! Bem, só se for a porta aberta em outro canto, porque, lá, no hospital, meu irmão, para chegar alguém para fazer uma ficha é a maior dificuldade.

Então, eu estou usando esta tribuna, porque o atendimento ginecológico foi suspenso. Não é deputado? (Risos) O atendimento foi suspenso na cidade de Feira de Santana! A gente bateu tanto isso aqui. Aí, o secretário foi e resolveu o problema, resolveu. Hoje, quem tem dificuldade, quem tem problema ginecológico, tem acesso para entrar.

Tem outra coisa. Eu vi o deputado falando, agora, pela parte da tarde, sobre a foto, até, feia. Queria que você olhasse a foto de uma senhora, pois o seu útero estava saindo e ela tentou entrar no Clériston várias vezes. O negócio é, até, feio. Infelizmente, repito, infelizmente, eu tive de usar alguém lá para essa pessoa entrar.

Então, isso é um absurdo! A saúde em Feira de Santana está uma negação! Isso é um absurdo! Não pode acontecer isso! Eu acho que saúde, educação, moradia têm de ser para todo ser humano.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. PASTOR TOM: E quem sofre mais, repito, quem sofre mais são os menos favorecidos. Para você ter uma ideia, tem de ver onde eu moro. Eu moro no bairro da Rua Nova, lá, na periferia. Você deve conhecer. E, lá, o povo sofre. Eu não sei o que fazer mais.

Mas quero conceder um aparte ao deputado Alan.

Sei. Você não é o Alan Castro não. Você é diferenciado. O outro Alan só tem só historinha para boi dormir aqui.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Pastor Tom, primeiro, quero lhe parabenizar, não só por hoje, mas por seu posicionamento nesta Casa desde que chegou, utilizando a tribuna, entrando nos debates, trazendo e defendendo sua cidade natal, Feira de Santana.

E, na semana passada, acho que, em seu último pronunciamento, V. Ex.^a falou, inclusive, que um tomógrafo está quebrado.

O Sr. PASTOR TOM: Isso. Vou falar. Um está quebrado. O outro é novo e está há mais de 1 ano sem ser instalado. O governo do estado não instala.

O Sr. Alan Sanches: É a mesma coisa que faz com os carros que estão ali no pátio. Eu disse, inclusive, que o hospital, que o próprio deputado Alan Castro, que eu não sei, ele vem, fala e vai embora depois. Não entendo isso.

E, aí, o que acontece?

Eu falei com ele. Quanto ao Hospital Municipal de Salvador, ele fica questionando tanto. Digo que são feitas 1.300 tomografias por mês. Não são diariamente não. São feitas 1.300 tomografias por mês. São 456 ressonâncias, ou seja, quase 500 ressonâncias, também, por mês. Então isso é um exemplo do que é gestão.

Agora, em Feira de Santana, há um tomógrafo quebrado; o outro, fechado.

O Sr. PASTOR TOM: Tem mais de 1 ano.

O Sr. Alan Sanches: Precisava, apenas, botar a empresa para fazer a instalação e a manutenção do aparelho.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte, deputado?

O Sr. Alan Sanches: Mas V. Ex.^a, mais uma vez, está de parabéns pela sua conduta nesta Casa desde que entrou.

O Sr. PASTOR TOM: Muito obrigado.

Com a palavra este grande e ilustre deputado Robinson, unha e cutícula do deputado federal Zé Neto, lá, em Feira.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Com muito orgulho. Sou muito amigo do deputado federal Zé Neto, aliás, o deputado federal mais votado na cidade de Feira de Santana, amigo do governador Rui Costa...

O Sr. PASTOR TOM: Não tinha outro candidato, lá, não?

O Sr. Robinson Almeida Lula: (...) e do ex-governador Jaques Wagner que fizeram uma revolução na saúde de Feira junto com o presidente Lula. Construíram o Hospital Estadual da Criança, que o senhor sabe, é referência como o maior hospital do Norte e Nordeste.

O Sr. PASTOR TOM: Que foi muitos anos um elefante branco.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte, por favor, deputado?

O Sr. PASTOR TOM: Desculpa. Está bem, querido. Conclua.

O Sr. Robinson Almeida Lula: O Hospital Estadual da Criança é bom. V. Ex.^a sabe que construiu a UPA que, realmente, funciona em Feira de Santana, que é a UPA do governo do estado. O senhor já disse que só vai lá, porque só tem atendimento lá, porque o senhor não vai às UPAs municipais. Foi construída a Policlínica e esta é uma referência. Infelizmente, o prefeito, seu líder, Colbert não paga a parcela relativa ao município de Feira de Santana.

O Sr. PASTOR TOM: Não! O meu líder é o ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho. (Risos)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Desculpe. O liderado do seu líder, o prefeito Colbert, então, liderado igual a V. Ex.^a de Ronaldo, não paga a cota-parte de Feira de Santana de mais de R\$ 200 mil.

Então, alguns problemas enfrentados, eventualmente, pelo governo do estado, advêm da inadimplência da prefeitura de Feira de Santana ao não cumprir as suas responsabilidades. E o senhor sabe muito bem que o governo do estado, além de ter reformado e ampliado a emergência o Clériston, está construindo um novo hospital na cidade.

Feira de Santana, depois de Salvador, é o maior polo regional da saúde.

Agora, o prefeito não faz o dever de casa. Quanto à atenção básica, ele não cuida. A dengue é uma epidemia que já tirou muitas vidas na cidade. Então o caos, ao qual o senhor se refere na saúde em Feira de Santana, tem muito a ver com a falta de cuidado por parte da secretaria municipal. Isso já foi denunciado por um colega de V. Ex.^a, líder da sua Bancada da Oposição, que tem um envolvimento em um escândalo, talvez, um dos maiores da história de Feira de Santana, batizado como Operação Pityocampa,

conduzida pelo Ministério Público do Estado. Há desvios de mais de R\$ 100 milhões na área da saúde.

Não foram trocados, ainda, os gestores envolvidos. Eles estão com tantos problemas na saúde, mas os secretários permanecem, a mesma política permanece. O prefeito não toma providências, não paga o repasse ao governo do estado.

O senhor vem, aqui, atribuir tudo ao governador Rui Costa que fez este complexo de saúde importantíssimo para a cidade.

Eu só falo isso para o senhor ponderar estes argumentos.

O Sr. PASTOR TOM: Eu agradeço, até o aparte de V.Ex.^a.

Digo que V. Ex.^a acaba de enriquecer este discurso, este debate. Entendi, aí, V. Ex.^a sair um pouco do assunto e tentar menosprezar e humilhar a saúde do município de Feira de Santana. Digo que a secretária de Saúde, Denise Mascarenhas, tem feito um grande trabalho no município de Feira.

Eu acho que não podemos julgar. É um processo que está correndo. Eu, recentemente, vi a Polícia Federal invadir órgãos na cidade de Feira de Santana. Essas pessoas, hoje, são inocentes. Saíram como inocentes. Então, o momento não é este. Agora, vamos aguardar as apurações.

Mas quanto ao Hospital Clériston Andrade, por exemplo, o deputado Zé Neto, ele fez um cinema com um tomógrafo. Inclusive, eu estava ao lado. Eu fui lá fazer uma visita. Aproveitei e entrei de gaiato naquele navio, navio naufragado.

O tempo passou. O tomógrafo quebrou. Tem um novo, lá, que está sem usar. Está sem usar o novo e o velho está quebrado. Isso é um fato que está acontecendo. Isso é algo real, deputado Robinson. Isso é coisa real. Não estou inventando nada aqui! Não estou inventando nada.

Eu estou com uma foto de uma senhora. Vou te mostrar como estão as pernas dessa senhora. Você vai ver o bicho para fora. E tive de usar amizade para essa pessoa entrar no Clériston Andrade. Isso não pode acontecer. A saúde é para todos.

Estou deixando o final para eu entrar em outro assunto. Mas quero me prolongar mais um pouquinho na área da saúde, porque a saúde de Feira está uma negação. Aliás, a emergência e a urgência são atribuições do seu governo.

Voltou o atendimento ginecológico em Feira, porque, aqui, eu bradei, porque, aqui, eu falei. E eu tive dificuldades para retornar. Mas, graças a Deus, eu tiro o chapéu para o secretário, porque retornou.

Então, aqui, aprendi a reclamar, a levar as demandas do município de Feira. E, aí, o secretário vai e faz. Então, estou trazendo mais uma demanda para ele para fazer com que o outro tomógrafo comece a ser usado na cidade de Feira de Santana e que se conserte o que está errado. Quanto às cirurgias ortopédicas, elas têm de ser realizadas, lá, no Clériston.

Está, aí, algo importante. Chega alguém com uma fratura exposta. Eles fazem a meia-sola lá e, depois, transfere. Chega alguém sem a fratura exposta. Aí, fica regulando para Salvador. Eu senti isso na pele antes de ontem. No domingo, esperei

segunda. Dei entrada. Mande o rapaz arrancar o negócio que estava no braço e vamos dizer que o ocorrido foi em Salvador. Na mesma hora, aqui, o HGE recebeu o paciente.

Por que não há este tratamento em Feira de Santana? Olha que Feira de Santana é a segunda cidade maior da Bahia. E quanto ao tratamento legado pelo governador na área da saúde, oh, é pífio, repito, é pífio, melhor, é zero. Então, é zero, é péssimo.

Então, eu quero pedir a V. Ex.^a para nos ajudar. Eu tenho usado esta tribuna para trazer as mazelas, lá, de Feira de Santana que atribui o governo do estado, que venha resolver. É só isso que a gente quer. A gente quer melhoras!

Eu não quero, aqui, fazer política na área da saúde. Muito pelo contrário.

Quando eu fui vereador naquela cidade, apresentei projetos de exames de alta complexidade para entregar com 30 dias. Mas tem aquela coisa, aquela agonia para passar pela mão do político. Quanto a isso, eu sou contra, repito, eu sou contra.

Mas Feira de Santana está sendo administrada muito bem. Nós tivemos, lá, o ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho que mudou a história daquela cidade. Ele foi prefeito uma, duas, três, quatro vezes. O seu sucessor está, aí, trabalhando também e dando prosseguimento à administração.

Agora, o governo do estado tem de fazer a sua parte. Tá?

A saúde é um caos em Feira de Santana. Isso é um fato! Só para constar, melhor, só para informar aos deputados, agora, repito, agora, neste exato momento, agora, os docentes estão em greve na Universidade Estadual de Feira de Santana. Eles montam acampamento em frente à secretaria, lugar do secretário Jerônimo que não quer atender.

Isso está no *site* “BahiaNotícias”. Há a seguinte abordagem: “Estudantes e professores em greve nas universidades estaduais da Bahia”. Contra fatos não há argumentos. Preparam, lá, o choque, ou seja, a Polícia de Choque. Está a maior segurança lá para não deixar os professores entrarem.

Este é o seu governo. Este é o seu governo do PT, que sabe muito bem fazer greve, movimentar o povo pra fazer escândalo na rua, descaso na rua e maltratando os professores do estado da Bahia! Tá?!

Aí, o presidente Jair Messias Bolsonaro, ele corta, ele não tira verbas, ele corta alguns recursos em nível de Brasil da educação. Aí, as pessoas ficam fazendo um teatro e dizendo que vai mal.

E a Bahia? Aqui é um fato real. Aqui é a Bahia! Lá, agora, em frente à Secretaria da Educação, os professores estão acampados. Agora, eu quero ver quantos de V. Ex.^{as} vão usar esta tribuna para discursar. Qual é a defesa que os senhores vão fazer? O deputado Alex da Piatã é meu amigo. Quero ver qual é a sua defesa agora que os senhores vão fazer em prol desses professores que estão lá acampados. Lembro que a maioria votou nos senhores, atuais deputados da Situação hoje. A maioria votou nos senhores. E agora? Agora é com vocês! Quero ver a hombridade de usar estes microfones potentes e defender.

Governador Rui Costa, são os professores! Vamos abrir a porta pra receber. Vamos dar um tratamento digno. Bem que os senhores sabem fazer a manobra de ir para a mesa negociar. Os professores querem negociação, querem ira pra mesa. Mas os

senhores têm travado. O governo do estado tem travado e tem colocado, lá, o secretário Jerônimo que virou secretário e ninguém sabe o que fez até hoje, porque não fez nada. Ele diz que é de Feira, mas ele não fez nada.

Pedi, até uma audiência a ele, há quase 3 meses, para informar que a UEFS, lá, em Feira de Santana, precisa ter, para aquela cidade lá, o curso de Jornalismo. Já fiz a indicação. Uma cidade como Feira de Santana não tem um curso de Jornalismo. Estou aguardando.

Aí, agora, ele está com esse imbróglio com os professores, maltratando os professores. Olha, tem um ditado: quem com ferro fere, com ferro será ferido!

Então, governador, abra o diálogo! O senhor não é Rui “Correria”?! Então abra o diálogo, governador! Abra o diálogo, porque o povo já está sabendo por que o secretário Jerônimo está lá. Tá?! Porque entrou um recurso violento lá e o senhor não queria que partido nenhum fosse lá para a secretaria, para não viabilizar esses recursos para algumas cidades. Aí o senhor quer o domínio. É um direito que o senhor tem. Agora pague aos professores! Acabe com a greve! Pare de usar os microfones, de usar a imprensa para dizer que a educação vai bem! Porque eu estou lá com os estudos da educação da Bahia, é uma das piores do Brasil, das piores.

E aqui eu vou trazer, no próximo momento em que eu estiver aqui, dados para falar como é que vai a educação no estado da Bahia. Porque a educação no estado da Bahia acabou. E isso é um fato. E eu sei que os Srs. Deputados estão preocupados com a saúde do estado da Bahia, preocupados com a educação. E quero ver os senhores agora agirem.

Olha, os senhores têm um momento de ficar bem na fita com o secretário Jerônimo, subir aqui e defender e dizer que ele é o cara. Mas que resolva o problema do professor. Vocês também têm uma oportunidade de subir aqui e defender o governo que vocês fazem parte. Agora a Bahia não pode ficar do jeito que está, uma negação na saúde e uma negação na educação.

Está aqui o meu pronunciamento, eu estou recebendo um telefonema agora da senhora que entrou no Clériston com muita dificuldade, que está com o útero para fora. E eu queria mostrar a foto aqui aos senhores. E o rapaz que levou essa moça está me ligando aqui. Eu só não quero acreditar que o Clériston não recebeu essa paciente. Eu só não quero acreditar. Porque isso é desumano. Isso é coisa de Ministério Público, isso é coisa de mudar a administração daquele hospital. Porque tem que tratar o ser humano com dignidade, tem que tratar o ser humano, meu caro amigo deputado Osni, do PT, da cidade de Serrinha, com amor. E é o que está faltando: amor no governo.

Está faltando amor do secretário Jerônimo, que diz ser de Feira de Santana. Está faltando amor, porque se ele tivesse amor, ele ouviria os professores. Se tivesse amor ele aumentava os salários. Eu sei que deixei todo mundo aqui agora com a pulga atrás da orelha quando falei que os professores estão estacionados, com barracas, fazendo o maior rebuliço na frente da Secretaria. Está aqui a informação, a fonte é *BahiaNotícias*.

Então eu quero dizer para vocês que é sempre bom subir aqui para esses microfones. Porque eu já vi. Eu sei que a palavra ela tem o poder de exaltar alguém e de matar alguém. Mas esses microfones têm o potencial de mudar a administração e

mudar a história. Falei da saúde, o secretário foi e mudou. Agora eu quero que chegue até ele, e ele venha mudar. Venha dar o tratamento digno em Feira de Santana na área de ortopedia. Porque não é possível que alguém quebre o braço ou a perna em Feira de Santana e tenha que esperar 30 dias, 40 dias ou então regular para Salvador. Isso é uma excrecência, isso é uma falta de vergonha.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quero concluir, presidente Nelson Leal, quero concluir. É uma honra ver V. Ex.^a aqui. Quero dizer que posso todas as coisas Naquele que me fortalece, meu amigo deputado Júnior. Quero dizer para vocês que quando Deus está no barco nenhum mal nos acontece. Então, quero concluir dizendo que posso todas as coisas Naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Oh, glória!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado e logo após o deputado Alan Sanches.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, estava aqui a assistir às discussões. Tenho feito um esforço hercúleo, domado os instintos mais selvagens, aquietado a alma, procurando alojar no canto aqueles instintos que levam qualquer um de nós a perder o norte, a comprometer o equilíbrio, então por isso eu tenho fugido da discussão.

Notadamente assisti aqui ao discurso do meu amigo deputado Pastor Tom. Fiz um esforço danado para compreender e não compreendi nada. Cadê ele? Não compreendi nada do discurso do deputado Tom. Verdadeiro discurso bumerangue.

(Intervenção fora do microfone.)

Deputada Fátima, eu não quero mais precisar apartar briga de V. Ex.^a com o deputado Alan Sanches. Já reclamei com o deputado Alan Sanches e disse a ele que não provoque a senhora. Porque tem gente que tem o pavio curto. V. Ex.^a, não. V. Ex.^a não tem nem pavio, é ligeiro. Então eu tenho um cuidado danado com V. Ex.^a. E o deputado Alan Sanches fica lhe provocando e lhe provocou hoje de novo. Eu quero me solidarizar com V. Ex.^a.

Mas, Sr. Presidente, a saúde pública só está boa nos discursos aqui proferidos dessa tribuna, seja, no caso de Feira de Santana, municipal ou estadual. Eu dou um pelo outro e não quero volta, viu? A secretária de lá já deveria, se tivesse o mínimo de responsabilidade com o cargo, ter se autoconsiderada suspeita, impedida, pedido o chapéu e ido embora.

Mas digo essas coisas todas, Sr. Presidente, primeiro, para agradecer a nossa bancada, que fez um esforço aqui hoje de fazer essa obstrução; agradecer a todos os

deputados do governo pela forma lhana, urbana, civilizada, pelo protocolo de convivência que se instalou nesta Casa nos últimos tempos. Espero que isso seja para sempre, seja duradouro, porque nós não vamos produzir efeito aqui com líder bumerangue, como já tivemos no passado, que não parava para ouvir, não parava para conversar. E, hoje, temos um Líder do Governo, que é... Deputado Rosemberg...

No passado, nós tivemos um líder bumerangue. Não parava para ouvir, não parava para conversar. E não era comigo, que era Oposição, não. Era com os deputados do Governo. Não olhava nos olhos. E V. Ex.^a foi multiplamente elogiado ali pelos membros da sua bancada, por uma coisa simples: V. Ex.^a conversa, ouve e presta atenção. Mas eu creio que o outro líder, que lhe antecedeu tem salvação, porque, agora, ele tem a companhia de alguém que tem norte, que tem sul, tem leste, tem oeste, tem equilíbrio, que é o deputado Robinson Almeida, que foi para Feira de Santana, no sábado, e deu conselho público ao deputado Zé Neto, mandando que ele tomasse remédio para ficar calmo. Isso repercutiu nas redes sociais, foi uma confusão danada. Mas eu tenho a impressão de que não foi essa a intenção do deputado Robinson, não, foi contribuir mesmo.

Mas, Excelência, eu quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Pastor Tom: Sr. Presidente ...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal); Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, foi pedido o quórum de votação, não é isso, deputado Targino? Então, eu queria pedir ao presidente que marcasse o tempo regimental de 25 minutos para que a gente pudesse atender a esse pedido do deputado Targino. E pedir já e conclamar a todos os deputados e deputadas que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, para que pudessem se fazer presentes, aqui, e atender o quórum de votação. São 32 deputados, é uma votação aberta, mas é no painel, para que a gente possa atender esse pedido, aqui, do deputado Targino Machado. 25 minutos, presidente.

O Sr. Pastor Tom: Presidente, questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Zera o painel.

O Sr. Pastor Tom: Presidente Nelson Leal, questão de ordem, presidente.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal) :O deputado Alan...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. Pastor Tom: Não, me chamou de bumerangue. Presidente, questão de ordem, presidente Nelson Leal.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Pela ordem, deputado Pastor Tom.

O Sr. Pastor Tom: Presidente, eu fui citado pelo grande Líder Targino Machado, presidente, e eu queria a palavra. É 1 minuto. Eu quero só informar ao grande Líder, deputado Targino Machado, que eu não sei o que é bumerangue. Bumerangue corta,

vai para um lado, vai para o outro? Eu não tenho esse perfil, eu não tenho esse perfil de ir para lá e cortar. Inclusive, eu sou liderado por V. Ex.^a, eu sou um componente, aqui, de oposição. Disso eu não abro mão. Só para dizer a V. Ex.^a. Só se o senhor não me quiser mais como deputado de oposição.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o quórum está restabelecido. O Presidente o quórum está restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como o quórum foi restabelecido, vamos colocar em votação. Importante explicar que é um projeto de lei complementar tem que ter 32 sim. São 32 votos sim. Então para encaminhar, para orientar a...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. Zó: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Eu quero neste momento, Sr. Presidente, encaminhar a votação contrária a este projeto. Chamo a atenção dos colegas, companheiros e amigos da Bancada de Oposição que nós votaremos contra esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para orientar o voto o deputado...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, oriento a bancada de maioria a votar sim. É um projeto que diferentemente do que foi levantado aqui não é um projeto que fragiliza a Embasa, muito pelo contrário, é um projeto que fortalece a Embasa e fortalece a política estadual de saneamento do nosso estado. Por isso, eu encaminho aos deputados que votem sim, pela aprovação do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O deputado Alan Sanches quer declarar o voto. Deputado Alan, assim que terminar V. Ex.^a faz a declaração de voto.

Zera o painel. Em votação. Zera o painel. Já está aberto o projeto para votar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria, enquanto o pessoal... Sr. Presidente! Eu queria só informar aos deputados que nós temos ainda um projeto de lei, que foi um projeto consensuado aqui, que está com dispensa de formalidade, que são dos técnicos das universidades. É um projeto que eu quero, inclusive, agradecer ao deputado Targino e ao deputado Alan por dispensa de formalidade. É um projeto, mas precisa de quórum. É um projeto dos técnicos das universidades logo depois desse aí.

Eu queria pedir aos deputados para aguardarem só um pouquinho, e lembrando que amanhã pela manhã, certo... Nós estamos convidando os deputados da Base do Governo para, na Liderança da Maioria, se V. Ex.^a quiser ir está convidado para um café que nós vamos fazer um cafezinho junino, com muito cuscuz...

O Sr. Targino Machado: Que horas, Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Cuscuz e carne de sol de Itororó.

O Sr. Targino Machado: O horário, Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah é.. Mas é amanhã de manhã, 8h30.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, quero aproveitar a presença maciça dos senhores parlamentares, antes da declaração de voto do deputado Alan Sanches, que está ali ansioso, eu queria convidá-los, mais uma vez, sexta-feira, às 10h. Vai ter a reunião dos presidentes das Assembleias do Nordeste, o Parlanordeste, 4º

encontro, que vai estar acontecendo aqui, em Salvador, no plenário, às 10h da manhã. Convido todos os deputados que puderem estar presentes, é importante essa interação entre todos os estados nordestinos.

Para declarar o voto, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu acho que esta Casa caminha cada dia a passos largos para o amadurecimento e reconhecimento da ideologia e do entendimento de cada um. Só que hoje, com a aprovação desse projeto, o que nós percebemos é uma preparação do governo do estado para vender, para privatizar a Embasa. Tenha certeza de que hoje, o serviço de péssima qualidade que é prestado pela Embasa tem a tendência de piorar muito mais, porque um governo que sempre se disse socialista hoje acaba querendo privatizar todos os serviços. A minha declaração de voto é contra esse projeto e é contra a privatização da Embasa. Desse jeito, eu me coloco ao lado de Marcelino Galo, que também é contra essa privatização. Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, Líder Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já concluída a votação?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vou encerrar já a votação. Já tem 41 votantes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, só queria pedir aos deputados, que nós temos ainda uma votação. Se os deputados concordarem, tem duas votações, uma do deputado Aderbal Fulco Caldas e obviamente é extremamente importante essa Comenda Irmã Dulce, que passou por acordo para instituir aqui na Casa esse momento de santificação da nossa Irmã Dulce.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a votação.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Projeto de Lei Complementar nº 137/2019, aprovado com 36 votos “sim” e 6 “não”.

Aprovado, vai para a sanção do Sr. Governador.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2019

Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Algodão, da Bacia do Paramirim, da Bacia do Velho Chico, da Bacia do Rio Grande, da Chapada Diamantina, do Extremo Sul, de Irecê, do Litoral Norte e Agreste Baiano, do Litoral Sul e Baixo Sul, do Médio Sudoeste da Bahia, do Piemonte-Diamantina, do Piemonte do Paraguaçu, do Recôncavo, do São Francisco Norte, do Semiárido do Nordeste, do Sisal-Jacuípe, da Terra do Sol, de Vitória da Conquista e do Portal do Sertão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º – Esta Lei Complementar tem por objeto a instituição das Microrregiões de Saneamento Básico do Algodão, da Bacia do Paramirim, da Bacia do Velho Chico, da Bacia do Rio Grande, da Chapada Diamantina, do Extremo Sul, de Irecê, do Litoral Norte e Agreste Baiano, do Litoral Sul e Baixo Sul, do Médio Sudoeste da Bahia, do Piemonte-Diamantina, do Piemonte do Paraguaçu, do Recôncavo, do São Francisco Norte, do Semiárido do Nordeste, do Sisal-Jacuípe, da Terra do Sol, de Vitória da Conquista e do Portal do Sertão e suas respectivas estruturas de governança.

Parágrafo único – O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado da Bahia e aos Municípios que integram as Microrregiões, bem como às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que com elas se relacionem no que concerne às funções públicas de interesse comum previstas no artigo 3º desta Lei Complementar.

CAPÍTULO II

DAS MICRORREGIÕES DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da instituição

Art. 2º – Ficam instituídas as Microrregiões de Saneamento Básico:

I - do Algodão - MSB/ALG, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo I desta Lei Complementar;

II - da Bacia do Paramirim - MSB/PAR, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo II desta Lei Complementar;

III - da Bacia do Rio Grande - MSB/BRG, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo III desta Lei Complementar;

IV - da Bacia do Velho Chico - MSB/BSF, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo IV desta Lei Complementar;

V - da Chapada Diamantina - MSB/CHD, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo V desta Lei Complementar;

VI - do Extremo Sul - MSB/EXS, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo VI desta Lei Complementar;

VII - de Irecê - MSB/IRC, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo VII desta Lei Complementar;

VIII - do Litoral Norte e Agreste Baiano - MSB/LNA, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo VIII desta Lei Complementar;

IX - do Litoral Sul e Baixo Sul - MSB/LIS, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo IX desta Lei Complementar;

X - do Médio Sudoeste da Bahia - MSB/MSO, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo X desta Lei Complementar;

XI - do Piemonte do Paraguaçu - MSB/PIP, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XI desta Lei Complementar;

XII - do Piemonte-Diamantina - MSB/PID, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XII desta Lei Complementar;

XIII - do Recôncavo - MSB/REC, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XIII desta Lei Complementar;

XIV - do São Francisco Norte - MSB/SFN, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XIV desta Lei Complementar;

XV - do Semiárido do Nordeste - MSB/SEN, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XV desta Lei Complementar;

XVI - do Sisal-Jacuípe - MSB/SIJ, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XVI desta Lei Complementar;

XVII - da Terra do Sol - MSB/TSO, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XVII desta Lei Complementar;

XVIII - de Vitória da Conquista - MSB/VCA, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XVIII desta Lei Complementar;

XIX - do Portal do Sertão - MSB/PST, integrada pelo Estado da Bahia e os Municípios mencionados no Anexo XIX desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Cada microrregião possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Seção II

Das funções públicas de interesse comum

Art. 3º – São funções públicas de interesse comum das Microrregiões de Saneamento Básico o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Seção III

Das finalidades

Art. 4º – Cada Microrregião de Saneamento Básico tem por finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas previstas no artigo 3º desta Lei Complementar em relação aos Municípios que as integram, dentre elas:

I - aprovar objetivos, metas e prioridades de interesse regional, na área de saneamento básico, compatibilizando-os com os objetivos do Estado e dos Municípios que a integrem, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;

II - apreciar planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realização de obras, empreendimentos e atividades na área de saneamento básico que tenham impacto regional;

III - aprovar e encaminhar, em tempo útil, propostas regionais na área de saneamento básico, como sugestões ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual;

IV - comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem na unidade regional as deliberações acerca dos planos relacionados com os serviços na área de saneamento básico.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

DAS MICRORREGIÕES DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Estrutura de Governança

Art. 5º – Integram a estrutura de governança de cada Entidade Microrregional:

I - o Colegiado Microrregional, composto por um representante de cada Município que a integra e por um representante do Estado da Bahia;

II - o Comitê Técnico, composto por 03 (três) representantes do Estado da Bahia e por 01 (um) representante de cada um dos Municípios integrantes da Microrregião;

III - o Conselho Participativo, composto por:

a) um membro escolhido por cada Câmara Municipal dos Municípios integrantes da Microrregião;

b) 05 (cinco) membros escolhidos pela Assembleia Legislativa;

c) 05 (cinco) membros, representantes da sociedade civil;

IV - o Secretário-Geral.

Parágrafo único – O Regimento Interno da Entidade Microrregional disporá, dentre outras matérias, sobre:

I - o funcionamento dos órgãos mencionados nos incisos I a IV do *caput*, do art. 5º desta Lei Complementar;

II - a forma de escolha dos membros do Conselho Participativo, observando-se, tanto quanto possível, o disposto no art. 47 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

III - a criação e funcionamento das Câmaras Temáticas, permanentes ou temporárias, ou de outros órgãos, permanentes ou temporários.

Art. 6º – O Comitê Técnico tem por finalidade:

I - apreciar previamente as matérias que integram a pauta das reuniões do Colegiado Microrregional, providenciando estudos técnicos que a fundamentem;

II - assegurar, nos assuntos relevantes, a prévia manifestação do Conselho Participativo.

Parágrafo único – O Comitê Técnico poderá criar Câmaras Temáticas para análise de questões específicas, nas quais poderá haver a participação de técnicos de outras entidades, públicas ou privadas, e de representantes da sociedade civil.

Art. 7º – O Secretário-Geral é o representante legal da Entidade Microrregional, cumprindo-lhe dar execução às deliberações do Colegiado Microrregional.

§ 1º – O Secretário-Geral participa, sem voto, de todas as reuniões do Colegiado Microrregional, sendo responsável pelo registro e publicidade de suas atas.

§ 2º – O Secretário-Geral será eleito pelo Colegiado Microrregional, sendo demissível livremente, a juízo do Colegiado.

Seção II

Do Colegiado Microrregional

Subseção I

Da composição e do funcionamento

Art. 8º – O Colegiado Microrregional é instância máxima da autarquia intergovernamental e deliberará somente com a presença de representantes de entes da Federação que, somados, detenham a maioria absoluta do número total de votos, sendo que:

I - o número de votos do Estado da Bahia será 50 (cinquenta);

II - o número de votos dos Municípios será no total de 50 (cinquenta), distribuído entre os Municípios na proporção de sua respectiva população, nos termos do Regimento Interno.

§ 1º – Cada Município terá direito a pelo menos 01 (um) voto no Colegiado Microrregional.

§ 2º – As deliberações exigirão número de votos superior à metade do total de votos, podendo o Regimento Interno prever hipóteses de quórum qualificado.

§ 3º – Presidirá o Colegiado Microrregional o Governador do Estado ou, na sua ausência e impedimento, o Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

Subseção II

Das atribuições

Art. 9º – São atribuições do Colegiado Microrregional:

I - instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas Administrações Direta e Indireta de entes da Federação integrantes da Microrregião;

II - deliberar sobre assuntos de interesse regional, em matérias de maior relevância, nos termos do Regimento Interno;

III - especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis;

IV - aprovar os planos microrregionais e, quando couber, os planos intermunicipais ou locais;

V - definir a entidade reguladora responsável pelas atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de interesse comum, bem como estabelecer as formas de prestação destes serviços;

VI - propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Microrregião que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços públicos de interesse comum;

VII - autorizar Município integrante da Microrregião a, isoladamente, promover licitação ou contratar a prestação de serviços públicos de saneamento básico, ou atividades deles integrantes, por meio de concessão ou de contrato de programa;

VIII - elaborar e alterar o Regimento Interno da Entidade Microrregional;

IX - eleger e destituir o Secretário-Geral.

§ 1º – No caso de o Colegiado Microrregional deliberar pela unificação na prestação de serviço público de saneamento básico, em dois ou mais Municípios que integram a Microrregião, ou de atividade dele integrante, o representante legal da Microrregião subscreverá o respectivo contrato de concessão ou de programa representando os entes da Federação interessados.

§ 2º – Havendo serviços interdependentes, deverá ser celebrado o respectivo contrato entre os prestadores, na forma prevista no art. 12 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

§ 3º – A unificação dos serviços em Municípios que possuem entidade ou órgão prestador de serviços públicos de saneamento básico há pelo menos dez anos dependerá da aquiescência expressa do Município, por meio de manifestação inequívoca de seu representante no Colegiado Microrregional.

Seção III

Da participação popular e da transparência

Art. 10 – São atribuições do Conselho Participativo:

I - elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da Entidade Microrregional;

II - apreciar matérias relevantes previamente à deliberação do Colegiado Microrregional;

III - propor a constituição de Grupos de Trabalho para a análise e debate de temas específicos;

IV - convocar audiências e consultas públicas sobre matérias sob sua apreciação.

Parágrafo único – Os representantes da sociedade civil e os indicados pelo Legislativo serão escolhidos na forma prevista pelo Regimento Interno da Microrregião.

Art. 11 – A Entidade Microrregional estabelecerá em seu Regimento Interno os procedimentos adequados à participação popular, observados os seguintes princípios:

I - a divulgação dos planos, programas, projetos e propostas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - o acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;

III - a possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reunião do Conselho Participativo e do Comitê Técnico para sustentação;

IV - o uso de audiências e de consultas públicas como forma de se assegurar o pluralismo e a transparência.

Art. 12 – A Entidade Microrregional convocará audiências públicas na periodicidade prevista no Regimento Interno ou sempre que a relevância da matéria exigir para:

- I - expor suas deliberações;
- II - debater os estudos e planos em desenvolvimento;
- III - prestar contas de sua gestão e resultados.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 – O Estado da Bahia poderá designar a Entidade Microrregional como local de lotação e exercício de servidores estaduais, inclusive de suas entidades da Administração Indireta, de direito público ou privado, sem prejuízo de remuneração e demais vantagens aos servidores designados.

Art. 14 – Resolução do Colegiado Microrregional definirá a forma da gestão administrativa da Microrregião, podendo, por prazo certo, delegar o exercício de atribuições ou a execução de determinadas tarefas para órgãos ou entidades federais ou que integram a estrutura administrativa do Estado da Bahia ou de Municípios que integram a Microrregião.

Parágrafo único – Até que seja editada a resolução prevista no *caput* deste artigo, as funções de secretaria e suporte administrativo da Microrregião serão desempenhadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

Art. 15 – Enquanto não houver disposição em contrário do Colegiado Microrregional, as funções de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão desempenhadas por entidade estadual.

Art. 16 – O Governador, por meio de decreto, editará o Regimento Interno provisório de cada Entidade Microrregional.

Parágrafo único – O Regimento Interno provisório deverá dispor sobre a convocação, a instalação e o funcionamento do Colegiado Microrregional, inclusive os procedimentos para a elaboração de seu primeiro Regimento Interno, bem como sobre a convocação de audiências e consultas públicas até que se instale o Conselho Participativo.

Art. 17 – Os planos editados pelos Municípios, referentes ao saneamento básico ou a resíduos sólidos, antes da vigência desta Lei Complementar permanecerão em vigência por 24 (vinte e quatro) meses, podendo permanecer vigentes para além deste prazo, mediante resolução do Colegiado Microrregional.

Art. 18 – A Lei Complementar nº 35, de 06 de julho de 2011, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte dispositivo:

“Art. 8º-A – A gestão e o planejamento do saneamento básico não se considera função pública de interesse comum para os Municípios que integram a Região Metropolitana de Feira de Santana e que, ao mesmo

tempo, integram a Microrregião de Saneamento Básico do Portal do Sertão.” (NR)

Art. 19 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

Microrregião do Algodão - MSB/ALG

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	ALGODÃO
Brumado	ALGODÃO
Caculé	ALGODÃO
Caetité	ALGODÃO
Candiba	ALGODÃO
Contendas do Sincorá	ALGODÃO
Dom Basílio	ALGODÃO
Guajeru	ALGODÃO
Guanambi	ALGODÃO
Ibiassucê	ALGODÃO
Igaporã	ALGODÃO
Ituaçu	ALGODÃO
Iuiu	ALGODÃO
Lagoa Real	ALGODÃO
Livramento de Nossa Senhora	ALGODÃO
Malhada	ALGODÃO
Malhada de Pedras	ALGODÃO
Matina	ALGODÃO
Palmas de Monte Alto	ALGODÃO
Pindaí	ALGODÃO
Rio do Antônio	ALGODÃO
Sebastião Laranjeiras	ALGODÃO
Tanhaçu	ALGODÃO
Urandi	ALGODÃO

ANEXO II

Microrregião da Bacia do Paramirim - MSB/PAR

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	BACIA DO PARAMIRIM
Boquira	BACIA DO PARAMIRIM
Botuporã	BACIA DO PARAMIRIM
Caturama	BACIA DO PARAMIRIM
Érico Cardoso	BACIA DO PARAMIRIM
Ibipitanga	BACIA DO PARAMIRIM

Macaúbas	BACIA DO PARAMIRIM
Paramirim	BACIA DO PARAMIRIM
Rio do Pires	BACIA DO PARAMIRIM
Tanque Novo	BACIA DO PARAMIRIM

ANEXO III

Microrregião da Bacia do Rio Grande - MSB/BRG

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	BACIA DO RIO GRANDE
Angical	BACIA DO RIO GRANDE
Baianópolis	BACIA DO RIO GRANDE
Barreiras	BACIA DO RIO GRANDE
Buritirama	BACIA DO RIO GRANDE
Catolândia	BACIA DO RIO GRANDE
Cotegipe	BACIA DO RIO GRANDE
Cristópolis	BACIA DO RIO GRANDE
Formosa do Rio Preto	BACIA DO RIO GRANDE
Luís Eduardo Magalhães	BACIA DO RIO GRANDE
Mansidão	BACIA DO RIO GRANDE
Riachão das Neves	BACIA DO RIO GRANDE
Santa Rita de Cássia	BACIA DO RIO GRANDE
São Desidério	BACIA DO RIO GRANDE

ANEXO IV

Microrregião da Bacia do Velho Chico - MSB/BSF

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	BACIA DO VELHO CHICO
Barra	BACIA DO VELHO CHICO
Bom Jesus da Lapa	BACIA DO VELHO CHICO
Brejolândia	BACIA DO VELHO CHICO
Brotas de Macaúbas	BACIA DO VELHO CHICO
Canápolis	BACIA DO VELHO CHICO
Carinhanha	BACIA DO VELHO CHICO
Cocos	BACIA DO VELHO CHICO
Coribe	BACIA DO VELHO CHICO
Correntina	BACIA DO VELHO CHICO
Feira da Mata	BACIA DO VELHO CHICO
Ibotirama	BACIA DO VELHO CHICO
Jaborandi	BACIA DO VELHO CHICO
Morpará	BACIA DO VELHO CHICO
Muquém do São Francisco	BACIA DO VELHO CHICO
Oliveira dos Brejinhos	BACIA DO VELHO CHICO

Paratinga	BACIA DO VELHO CHICO
Riacho de Santana	BACIA DO VELHO CHICO
Santa Maria da Vitória	BACIA DO VELHO CHICO
Santana	BACIA DO VELHO CHICO
São Félix do Coribe	BACIA DO VELHO CHICO
Serra do Ramalho	BACIA DO VELHO CHICO
Serra Dourada	BACIA DO VELHO CHICO
Sítio do Mato	BACIA DO VELHO CHICO
Tabocas do Brejo Velho	BACIA DO VELHO CHICO
Wanderley	BACIA DO VELHO CHICO

ANEXO V

Microrregião da Chapada Diamantina - RSB/CHD

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	CHAPADA DIAMANTINA
Abaíra	CHAPADA DIAMANTINA
Andaraí	CHAPADA DIAMANTINA
Barra da Estiva	CHAPADA DIAMANTINA
Boninal	CHAPADA DIAMANTINA
Bonito	CHAPADA DIAMANTINA
Ibicoara	CHAPADA DIAMANTINA
Ibiquera	CHAPADA DIAMANTINA
Ibitiara	CHAPADA DIAMANTINA
Iramaia	CHAPADA DIAMANTINA
Iraquara	CHAPADA DIAMANTINA
Itaetê	CHAPADA DIAMANTINA
Jussiapé	CHAPADA DIAMANTINA
Lençóis	CHAPADA DIAMANTINA
Marcionílio Souza	CHAPADA DIAMANTINA
Morro do Chapéu	CHAPADA DIAMANTINA
Mucugê	CHAPADA DIAMANTINA
Nova Redenção	CHAPADA DIAMANTINA
Novo Horizonte	CHAPADA DIAMANTINA
Palmeiras	CHAPADA DIAMANTINA
Piatã	CHAPADA DIAMANTINA
Rio de Contas	CHAPADA DIAMANTINA
Seabra	CHAPADA DIAMANTINA
Utinga	CHAPADA DIAMANTINA
Wagner	CHAPADA DIAMANTINA

ANEXO VI

Microrregião do Extremo Sul - MSB/EXS

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	EXTREMO SUL
Alcobaça	EXTREMO SUL
Belmonte	EXTREMO SUL
Caravelas	EXTREMO SUL
Eunápolis	EXTREMO SUL
Guaratinga	EXTREMO SUL
Ibirapoã	EXTREMO SUL
Itabela	EXTREMO SUL
Itagimirim	EXTREMO SUL
Itamaraju	EXTREMO SUL
Itanhém	EXTREMO SUL
Itapebi	EXTREMO SUL
Jucuruçu	EXTREMO SUL
Lajedão	EXTREMO SUL
Medeiros Neto	EXTREMO SUL
Mucuri	EXTREMO SUL
Nova Viçosa	EXTREMO SUL
Porto Seguro	EXTREMO SUL
Prado	EXTREMO SUL
Santa Cruz Cabrália	EXTREMO SUL
Teixeira de Freitas	EXTREMO SUL
Vereda	EXTREMO SUL

ANEXO VII

Microrregião de Irecê - MSB/IRC

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	IRECÊ
América Dourada	IRECÊ
Barra do Mendes	IRECÊ
Barro Alto	IRECÊ
Cafarnaum	IRECÊ
Canarana	IRECÊ
Central	IRECÊ
Gentio do Ouro	IRECÊ
Ibipeba	IRECÊ
Ibititá	IRECÊ
Ipupiara	IRECÊ
Irecê	IRECÊ
Itaguaçu da Bahia	IRECÊ
João Dourado	IRECÊ

Jussara	IRECÊ
Lapão	IRECÊ
Mulungu do Morro	IRECÊ
Presidente Dutra	IRECÊ
São Gabriel	IRECÊ
Souto Soares	IRECÊ
Uibaí	IRECÊ
Xique-Xique	IRECÊ

ANEXO VIII

Microrregião do Litoral Norte e Agreste Baiano - MSB/LNA

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Acajutiba	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Alagoinhas	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Aporá	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Araçás	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Aramari	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Cardeal da Silva	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Catu	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Conde	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Crisópolis	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Entre Rios	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Esplanada	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Inhambupe	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Itanagra	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Itapicuru	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Jandaíra	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Olindina	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Ouriçangas	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Pedrão	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Pojuca	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Rio Real	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Sátiro Dias	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Teodoro Sampaio	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Terra Nova	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

ANEXO IX

Microrregião do Litoral Sul e Baixo Sul - MSB/LIS

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Almadina	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Arataca	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Aratuípe	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Aurelino Leal	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Barro Preto	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Buerarema	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Cairu	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Camacan	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Camamu	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Canavieiras	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Coaraci	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Gandu	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ibicaraí	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ibirapitanga	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Igrapiúna	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ilhéus	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itabuna	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itacaré	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itaju do Colônia	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itajuípe	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itapé	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Itapitanga	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ituberá	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Jaguaripe	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Jussari	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Maraú	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Mascote	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Nilo Peçanha	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Pau-Brasil	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Piraí do Norte	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Presidente Tancredo Neves	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Santa Luzia	LITORAL SUL E BAIXO SUL
São José da Vitória	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Taperoá	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Teolândia	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ubaitaba	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Ubatã	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Una	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Uruçuca	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Valença	LITORAL SUL E BAIXO SUL
Wenceslau Guimarães	LITORAL SUL E BAIXO SUL

ANEXO X

Microrregião do Médio Sudoeste da Bahia - MSB/MSO

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Caatiba	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Firmino Alves	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Floresta Azul	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Ibicuí	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Iguaí	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Itambé	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Itapetinga	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Itarantim	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Itororó	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Macarani	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Maiquinique	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Nova Canaã	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Potiraguá	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Santa Cruz da Vitória	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA

ANEXO XI

Microrregião do Piemonte do Paraguaçu - MSB/PIP

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Baixa Grande	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Boa Vista do Tupim	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Iaçu	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Itaberaba	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Lajedinho	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Macajuba	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Miguel Calmon	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Mundo Novo	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Piritiba	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Ruy Barbosa	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Tapiramutá	PIEMONTE DO PARAGUAÇU

ANEXO XII

Microrregião do Piemonte-Diamantina - MSB/PID

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	PIEMONTE-DIMANTINA
Caém	PIEMONTE-DIMANTINA
Jacobina	PIEMONTE-DIMANTINA
Mirangaba	PIEMONTE-DIMANTINA
Ourolândia	PIEMONTE-DIMANTINA
Pindobaçu	PIEMONTE-DIMANTINA
Saúde	PIEMONTE-DIMANTINA
Serrolândia	PIEMONTE-DIMANTINA
Umburanas	PIEMONTE-DIMANTINA
Várzea Nova	PIEMONTE-DIMANTINA

ANEXO XIII

Microrregião do Recôncavo - MSB/REC

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	RECÔNCAVO
Brejões	RECÔNCAVO
Cabaceiras do Paraguaçu	RECÔNCAVO
Cachoeira	RECÔNCAVO
Castro Alves	RECÔNCAVO
Conceição do Almeida	RECÔNCAVO
Cruz das Almas	RECÔNCAVO
Dom Macedo Costa	RECÔNCAVO
Governador Mangabeira	RECÔNCAVO
Itatim	RECÔNCAVO
Maragogipe	RECÔNCAVO
Milagres	RECÔNCAVO
Muniz Ferreira	RECÔNCAVO
Muritiba	RECÔNCAVO
Nazaré	RECÔNCAVO
Nova Itarana	RECÔNCAVO
Rafael Jambeiro	RECÔNCAVO
Santa Terezinha	RECÔNCAVO
Santo Amaro	RECÔNCAVO
Santo Antônio de Jesus	RECÔNCAVO
São Felipe	RECÔNCAVO
São Félix	RECÔNCAVO
São Francisco do Conde	RECÔNCAVO
São Sebastião do Passé	RECÔNCAVO
Sapeaçu	RECÔNCAVO
Saubara	RECÔNCAVO
Varzedo	RECÔNCAVO

ANEXO XIV

Microrregião do São Francisco Norte - MSB/SFN

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	SÃO FRANCISCO NORTE
Andorinha	SÃO FRANCISCO NORTE
Antônio Gonçalves	SÃO FRANCISCO NORTE
Caldeirão Grande	SÃO FRANCISCO NORTE
Campo Alegre de Lourdes	SÃO FRANCISCO NORTE
Campo Formoso	SÃO FRANCISCO NORTE
Canudos	SÃO FRANCISCO NORTE
Casa Nova	SÃO FRANCISCO NORTE
Curaçá	SÃO FRANCISCO NORTE
Filadélfia	SÃO FRANCISCO NORTE
Itiúba	SÃO FRANCISCO NORTE
Jaguarari	SÃO FRANCISCO NORTE
Juazeiro	SÃO FRANCISCO NORTE
Pilão Arcado	SÃO FRANCISCO NORTE
Ponto Novo	SÃO FRANCISCO NORTE
Remanso	SÃO FRANCISCO NORTE
Senhor do Bonfim	SÃO FRANCISCO NORTE
Sento Sé	SÃO FRANCISCO NORTE
Sobradinho	SÃO FRANCISCO NORTE
Uauá	SÃO FRANCISCO NORTE

ANEXO XV

Microrregião do Semiárido do Nordeste - MSB/SEM

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Abaré	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Adustina	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Antas	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Banzaê	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Chorrochó	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Cícero Dantas	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Cipó	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Coronel João Sá	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Fátima	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Glória	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Heliópolis	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Jeremoabo	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Macururé	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Nova Soure	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Novo Triunfo	SEMIÁRIDO DO NORDESTE

Paripiranga	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Paulo Afonso	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Pedro Alexandre	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Ribeira do Amparo	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Ribeira do Pombal	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Rodelas	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Santa Brígida	SEMIÁRIDO DO NORDESTE
Sítio do Quinto	SEMIÁRIDO DO NORDESTE

ANEXO XVI

Microrregião do Sisal-Jacuípe - MSB/SIJ

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	SISAL-JACUÍPE
Araci	SISAL-JACUÍPE
Barrocas	SISAL-JACUÍPE
Biritinga	SISAL-JACUÍPE
Cansanção	SISAL-JACUÍPE
Capela do Alto Alegre	SISAL-JACUÍPE
Capim Grosso	SISAL-JACUÍPE
Conceição do Coité	SISAL-JACUÍPE
Euclides da Cunha	SISAL-JACUÍPE
Gavião	SISAL-JACUÍPE
Ichu	SISAL-JACUÍPE
Ipirá	SISAL-JACUÍPE
Lamarão	SISAL-JACUÍPE
Mairi	SISAL-JACUÍPE
Monte Santo	SISAL-JACUÍPE
Nordestina	SISAL-JACUÍPE
Nova Fátima	SISAL-JACUÍPE
Pé de Serra	SISAL-JACUÍPE
Pintadas	SISAL-JACUÍPE
Queimadas	SISAL-JACUÍPE
Quijingue	SISAL-JACUÍPE
Quixabeira	SISAL-JACUÍPE
Retirolândia	SISAL-JACUÍPE
Santaluz	SISAL-JACUÍPE
São Domingos	SISAL-JACUÍPE
São José do Jacuípe	SISAL-JACUÍPE
Serrinha	SISAL-JACUÍPE
Teofilândia	SISAL-JACUÍPE
Tucano	SISAL-JACUÍPE
Valente	SISAL-JACUÍPE
Várzea da Roça	SISAL-JACUÍPE
Várzea do Poço	SISAL-JACUÍPE

ANEXO XVII

Microrregião da Terra do Sol - MSB/TSO

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	TERRA DO SOL
Aiquara	TERRA DO SOL
Amargosa	TERRA DO SOL
Apuarema	TERRA DO SOL
Barra do Rocha	TERRA DO SOL
Boa Nova	TERRA DO SOL
Cravolândia	TERRA DO SOL
Dário Meira	TERRA DO SOL
Elísio Medrado	TERRA DO SOL
Gongogi	TERRA DO SOL
Ibirataia	TERRA DO SOL
Ipiaú	TERRA DO SOL
Irajuba	TERRA DO SOL
Itagi	TERRA DO SOL
Itagibá	TERRA DO SOL
Itamari	TERRA DO SOL
Itaquara	TERRA DO SOL
Itiruçu	TERRA DO SOL
Jaguaquara	TERRA DO SOL
Jequié	TERRA DO SOL
Jiquiriçá	TERRA DO SOL
Jitaúna	TERRA DO SOL
Lafayette Coutinho	TERRA DO SOL
Laje	TERRA DO SOL
Lajedo do Tabocal	TERRA DO SOL
Manoel Vitorino	TERRA DO SOL
Maracás	TERRA DO SOL
Mutuípe	TERRA DO SOL
Nova Ibiá	TERRA DO SOL
Planaltino	TERRA DO SOL
Santa Inês	TERRA DO SOL
São Miguel das Matas	TERRA DO SOL
Ubaíra	TERRA DO SOL

ANEXO XVIII

Microrregião de Vitória da Conquista - MSB/VCA

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	VITÓRIA DA CONQUISTA
Anagé	VITÓRIA DA CONQUISTA
Aracatu	VITÓRIA DA CONQUISTA

Barra do Choça	VITÓRIA DA CONQUISTA
Belo Campo	VITÓRIA DA CONQUISTA
Bom Jesus da Serra	VITÓRIA DA CONQUISTA
Caetanós	VITÓRIA DA CONQUISTA
Cândido Sales	VITÓRIA DA CONQUISTA
Caraíbas	VITÓRIA DA CONQUISTA
Condeúba	VITÓRIA DA CONQUISTA
Cordeiros	VITÓRIA DA CONQUISTA
Encruzilhada	VITÓRIA DA CONQUISTA
Jacaraci	VITÓRIA DA CONQUISTA
Licínio de Almeida	VITÓRIA DA CONQUISTA
Maetinga	VITÓRIA DA CONQUISTA
Mirante	VITÓRIA DA CONQUISTA
Mortugaba	VITÓRIA DA CONQUISTA
Piripá	VITÓRIA DA CONQUISTA
Planalto	VITÓRIA DA CONQUISTA
Poções	VITÓRIA DA CONQUISTA
Presidente Jânio Quadros	VITÓRIA DA CONQUISTA
Ribeirão do Largo	VITÓRIA DA CONQUISTA
Tremedal	VITÓRIA DA CONQUISTA
Vitória da Conquista	VITÓRIA DA CONQUISTA

ANEXO XIX

Microrregião do Portal do Sertão - MSB/PST

INTEGRANTES	MICRORREGIÃO
Estado da Bahia	PORTAL DO SERTÃO
Água Fria	PORTAL DO SERTÃO
Amélia Rodrigues	PORTAL DO SERTÃO
Anguera	PORTAL DO SERTÃO
Antônio Cardoso	PORTAL DO SERTÃO
Conceição da Feira	PORTAL DO SERTÃO
Conceição do Jacuípe	PORTAL DO SERTÃO
Coração de Maria	PORTAL DO SERTÃO
Ipecaetá	PORTAL DO SERTÃO
Irará	PORTAL DO SERTÃO
Santa Bárbara	PORTAL DO SERTÃO
Santanópolis	PORTAL DO SERTÃO
Santo Estevão	PORTAL DO SERTÃO
São Gonçalo dos Campos	PORTAL DO SERTÃO
Tanquinho	PORTAL DO SERTÃO
Teodoro Sampaio	PORTAL DO SERTÃO
Terra Nova	PORTAL DO SERTÃO

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Gostaria de solicitar a V. Ex.^a que a próxima proposição a ser votada, se possível, se houver concordância do Líder Rosemberg, que possamos inverter a pauta e coloquemos a comenda de Irmã Dulce agora em seguida.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se for por acordo. É porque ela vai ter que sair... Se for por acordo não tem problema, não vai ter verificação de quórum, ninguém vai pedir, vamos tocar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então vamos colocar em primeiro.

Há um requerimento assinado pelos líderes Rosemberg Lula Pinto e Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a já transferiu seu título para Feira de Santana pode tudo, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Lê) *Os Líderes do Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 2.740/2019, de autoria do Dep. Aderbal Fulco Caldas, que institui a Medalha Irmã Dulce, a ser concedida a instituição ou pessoa física que se destaque na promoção de obras sociais no Estado da Bahia.*”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Srs. e Sr.^{as} Deputadas, quis a vontade divina que pudesse vir a esta tribuna para relatar esse projeto de resolução que institui a Medalha Irmã Dulce a ser concedida a instituição ou pessoa física que se destaque na promoção de obras sociais no estado da Bahia.

Quero confessar a todos e a cada um que tenho, como já disse aqui anteriormente, a plena convicção de que a alta homenagem que se prestou a Irmã Dulce na beatificação e na canonização, se dependesse do seu voto, se dependesse da sua escolha, ela seria contra isso, porque a Irmã Dulce não veio para a existência terrestre para ser homenageada, ela veio para homenagear. Quero pedir atenção aos senhores para contar um caso só, deputada Maria del Carmen. Eu estava recém-casado, deputado Rosemberg, na minha casa não tinha telefone sem fio. O telefone tinha um fio grande, a gente saía rodando com ele dentro da casa. E me ligaram às 23h30min. Era o motorista de Irmã Dulce. Eu atendi ao telefone.

Ele me disse: “Doutor, a Irmã...” – não falava o nome, não – “(...) mandou lhe pedir um favor, que é para o senhor vir aqui amanhã bem cedo para ver um paciente que ela internou aqui.”

Eu disse: “Mas Honório, ela internou o paciente? E a gente já não disse a Irmã para ela não internar o paciente.”

“Mas o senhor sabe como é a Irmã, doutor. Ela internou e quer que o senhor venha aqui amanhã de manhã cedo.”

Eu disse, Fabíola: “Você está falando a verdade? Foi isso que a Irmã mandou me dizer?”

Ele disse: “Não. A Irmã mandou pedir para o senhor vir aqui agora, porque o paciente está com 42 de febre.”

Desci, botei a calça por cima do pijama e desci para o Largo de Roma, Hospital Santo Antônio. Cheguei lá e encontrei o paciente assim: as camas... lá, naquela época muito pobre, Jacó, as camas eram altas. Ela pegou o paciente, mandou enrolar um lençol em cima de um papelão de geladeira e botou o paciente embaixo da cama, embaixo da cama, deitado. E mandou pegar o soro e instalar o soro. E lá não tinha negócio de enfermeira, não, nem técnico de enfermagem. Era auxiliar de enfermagem mesmo. Instalaram o soro.

Eu cheguei e olhei: “Mas Irmã não faça isso!”

Aí, ela vira para mim e diz: “Oh, Dr. Targino, onde é que o paciente está melhor? É aí ou lá fora, no relento?”

Quer dizer, contra os argumentos de Irmã Dulce não tinha jeito.

Então, eu disse: “Então, da próxima vez, Irmã, a senhora interne, mas não bote o soro glicosado, não, porque pode matar o paciente se tiver em coma diabete. Bote um soro fisiológico gotejando.”

E fui atender ao paciente. E vi que o paciente estava com empiema, a cavidade torácica cheia de pus. Drenei – os médicos aqui sabem o que é isso –, fiz a drenagem. Tem que ser bem lenta. Levei 2 horas lá, drenando. E procurei o antibiótico que, na época, era de última geração: amicacina.

Quando eu falei com a técnica de enfermagem ela disse: “Oh Doutor! Amicacina, aqui, doutor!”

Aí, que fiz eu? Peguei o telefone, liguei para o Santo Izabel e pedi para falar com o médico de guarda. Para a minha sorte o médico de guarda era o Dr. João Crisóstomo Lucas Neto. Dr. João que estava de plantão.

Eu disse: “Oh! Jonga! Aí tem amicacina?”

“Tem.”

“Então, eu vou buscar duas ampolas aí.”

Me mandei. Veja o que é Irmã Dulce, o que era Irmã Dulce! Me mandei, fui para o Santa Izabel, pegar as duas ampolas na mão de Jonga. E quando eu cheguei lá estavam enroladas quatro.

Eu disse: “Oh, Jonga, me perdoe,...” – esse camarada é meu padrinho de casamento – “(...) mas eu estou lhe ensinado a roubar.”

Ele disse: “É verdade, mas é por uma boa causa.”

Desci com as quatro ampolas, prescrevi, fiz uma ampola de amicacina logo e voltei para casa, já de madrugada. Daí a 2 horas saí para ir para o Santa Izabel.

E no outro dia... eu sempre chegava lá às 16 horas para atender aos pacientes da Tisiologia. Nesse dia eu cheguei mais cedo. Fui ver o paciente e subi para a Tisiologia. Às 17 horas, 5 minutos para as 17, no máximo 5 minutos para as 17, chega a Irmã

Dulce, com aquele jeitinho dela, com uma bandeja, o coco e o canudo enrolado em papel higiênico. E colocou em cima da mesa, era uma mesa de ferro meio enferrujada, eu atendendo ali.

E ela disse: “Doutor, como é que está o paciente?”

Aí é que está o diferencial.

Eu disse: “Irmã, o paciente do leito 24, eu já passei lá, já vi. Ele está melhor, está sem aquela falta de ar e tal”, expliquei.

Ela ficou parada ali e não saiu. E ela entregava o meu coco e ia embora, com aquele jeitinho manso dela, arrastando o pé. E ela ficou.

Eu disse: “Oh, Irmã, algum problema, Irmã?”

Ela disse: “Eu quero conversar com o senhor, doutor Targino.”

Eu disse: “Pois não, Irmã.”

Levantei com ela, fui ao canto.

Ela vira para mim e diz: “Oh, doutor Targino, eu gosto tanto do senhor, eu acho o senhor uma pessoa tão boa, mas o senhor fez uma coisa tão feia aqui hoje.”

Eu gelei. E eu tinha adoração por Irmã Dulce.

“Eu, Irmã?”

“Sim, o senhor fez uma coisa tão feia!”

Eu disse: “O que foi, Irmã?”

“Nunca mais chame um paciente pelo número.”

Porque eu disse: o paciente do leito 24.

Isso era a Irmã Dulce, que me ensinou com isso, marcou a minha vida com isso.

Então, a única coisa que eu tenho a dizer é que esse projeto não é só legal, constitucional, regimental, esse projeto é tradutor de uma justiça tremenda, não com a Irmã Dulce, mas com todos aqueles que têm por ela uma profunda veneração, como eu.

Eu olho para trás e talvez ela esteja me inspirando nessa missão que Deus me colocou de ser Líder da Oposição. Eu nunca imaginei ser líder de nada, porque não tenho perfil para ser líder.

(O deputado Rosemberg Lula Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Você quer me agradecer. Alguma coisa você quer com isso, com esse elogio, porque você não faz nada de graça por ninguém! Alguma coisa você quer!

Mas eu quero, por derradeiro, parabenizar o companheiro Aderbal Fulco Caldas pela iniciativa. Parabéns, amigo!

E sem ouvir a minha Bancada, deputado Rosemberg, Sr. Presidente, eu quero dizer que nesse projeto não tem verificação de quórum, porque esse projeto não pode excluir ninguém da sua votação, esse projeto tem que ser por aclamação dos 63 deputados desta Casa. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, deputado. De fato, pode ter sido uma grande surpresa V. Ex.^a ter sido escolhido Líder, mas está fazendo um grande trabalho. Realmente, é uma das grandes surpresas, pois está sendo muito sereno e extremamente equilibrado.

Acho que os dois Líderes, tanto o deputado Targino quanto o deputado Rosemberg, estão dando um grande exemplo de convivência e de que o Parlamento converge. Tem a diferença ideológica? Óbvio, mas acho que estamos trabalhando por uma Bahia melhor. Temos de fazer uma moção de aplauso pelo trabalho realizado por nossos Líderes.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixe-me só botar em votação, deputada.

Em votação o parecer do relator. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, por unanimidade.

No Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.740/2019. **(Publicado no DOEL em 15/3/2019)**

Pela ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presidente, poucas vezes vemos o deputado Targino se emocionar e ir às lágrimas aqui.

Eu queria parabenizá-lo, deputado Targino, pelo depoimento. E também parabenizo o deputado Aderbal Caldas, pela iniciativa, e esta Casa, por aprovar, unanimemente, algo justíssimo.

Tinha outra comenda para ser votada, a Comenda Liberdade Revolta dos Búzios, mas tenho certeza de que essa comenda inspira, sim, todos os médicos, todo o sistema de saúde e todas as pessoas humanistas, porque ela, Irmã Dulce, era simples, humilde e cuidava e gostava de gente. Que essa comenda seja inspiradora para as organizações filantrópicas que vão ser, efetivamente, agraciadas.

Irmã Dulce, além de ser o anjo bom da Bahia, é a maior empreendedora de todos os tempos – a única mulher que conseguiu transformar um galinheiro num hospital que hoje atende tantas pessoas pobres.

Parabéns, deputado Targino. Também tive a felicidade de conviver com Irmã Dulce, e ela era inspiradora para uma jovem médica. Como V. Ex.^a muito bem disse, o diferencial de Irmã Dulce é sentido também por pessoas que não são da Medicina.

Enfim, era uma pessoa extraordinária. Tenho certeza de que essa comenda fará jus às organizações que, inspiradas por ela, cuidarão de gente da forma tão carinhosa e tão bacana como ela cuidava.

Parabéns ao deputado Targino, que relatou, e parabéns ao deputado Aderbal Caldas, que foi o autor dessa importante comenda, aprovada quando ela foi santificada. Esta Casa reconhece o anjo bom da Bahia, e a nossa santa Irmã Dulce, certamente, abençoará todas as organizações que trabalharem pelo povo da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns aos Líderes, parabéns, sobretudo, ao deputado Aderbal Fulco Caldas, parlamentar sensível que fez uma das mais justas homenagens a Irmã Dulce. (Palmas)

Há sobre a mesa outro requerimento, assinado pelos Líderes Rosemberg Lula Pinto e Targino Machado: (Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.349/2019, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória da carreira de Técnico Universitário e o quantitativo de cargos por grau das carreiras de Técnico e Analista Universitário do grupo ocupacional Técnico-Específico das Universidades Estaduais, na forma que indica, e dá outras providências.”*

Para relatar, designo o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches, para relatar.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputadas, deputados, na verdade, esta é uma demonstração, mais uma vez, de que a Oposição não está aqui para fazer qualquer tipo de obstrução. Foi construído um consenso na nossa Bancada e, assim, fizemos a dispensa das formalidades por entendermos que não havia motivo para qualquer tipo de obstrução a esse projeto, que faz justiça aos rendimentos dos técnicos dos diversos graus da Educação. Até porque muitos deles, como o próprio deputado Rosemberg disse aqui, recebem abaixo do salário mínimo.

Então não tinha por que a nossa Bancada, liderada pelo deputado Targino, pensar diferente. E devemos destacar que os interessados, ou seja, os técnicos em educação, estiveram nesta Casa, juntos com o deputado Rosemberg e a deputada Fabíola.

E aproveito para dizer que a deputada Fabíola tem feito, na sua condição de presidente da Comissão de Educação, esse trabalho com todos aqueles que trazem as suas solicitações a esta Casa. E não está sendo diferente com os professores universitários. Então a senhora merece parabéns.

Fui colocado como relator desse projeto, mas, antes de relatar, eu tinha de fazer menção ao trabalho que a senhora e os Líderes Targino e Rosemberg têm feito nessa construção. Estão de parabéns e mostram, mais uma vez, a maturidade desta Casa.

O parecer: (Lê) *“Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.349/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual “altera a estrutura remuneratória das carreiras de Técnico Universitário e o quantitativo de cargos por grau das carreiras de Técnico e Analista Universitário e do grupo ocupacional Técnico-Específico das Universidades Estaduais, na forma que indica, e dá outras providências.”*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a promover alterações na estrutura remuneratória da carreira de Técnico Universitário e ajustes no quadro de vagas da carreira de Técnico e Analista Universitário, ‘em atenção às demandas e ao diálogo com as entidades representativas

dessas categorias’, conforme registra a Mensagem Governamental encaminhada a esta Casa.

Materializa-se, dessa forma, as negociações realizadas com representantes dos servidores das universidades estaduais, entendendo este Relator que o projeto vem beneficiar e fazer justiça a essas importantes categorias profissionais...” – justiça um pouco tardia, mas vem fazer justiça – “(...) em face do que opino pela sua aprovação, na forma encaminhada pelo Poder Executivo...” – sem emendas – “(...) uma vez que não foi objeto de nenhuma emenda dos Parlamentares desta Casa.

É o Parecer.

Deputado Alan Sanches.

Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em Votação no Plenário...

O Sr. Alan Sanches: Queria encaminhar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode encaminhar, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Encaminho o voto da nossa Bancada dizendo que não há motivo para que tenhamos qualquer impedimento nesta votação. Então, conforme combinado e discutido com o deputado Targino, Líder da Bancada, o encaminhamento é pelo voto “sim”.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Queria parabenizar esta Casa e o deputado Alan Sanches, pela relatoria. Também parabenizo o nosso governador pelo envio deste importante projeto, que reconhece os técnicos e analistas das nossas universidades estaduais com um percentual de aumento, sobretudo, na gratificação de 30 horas.

Reconhece, também, deputado Alan Sanches, a alteração daquilo que estava abaixo do mínimo no seu salário-base. A gente quer reconhecer a vitória do diálogo.

Quero parabenizar o Líder do Governo, deputado Rosemberg, e todos os deputados da Comissão de Educação que, junto com o Sintest, representantes dos técnicos e analistas, sentaram, dialogaram, dialogaram com o governo, com a secretária Cibele, com o secretário Edelvino Góes, para negociar.

Nós conseguimos progredir naquilo que era possível, considerando as restrições orçamentárias do nosso governo, mas fazendo entender que uma mesa de negociação permanente, presidente Nelson Leal, é a solução para quem considera uma relação cordial entre uma classe que precisa, sim, ser valorizada, ter ganhos efetivos, ter melhorado a sua gratificação e as restrições orçamentárias do governo.

Mas há um reconhecimento por parte do nosso governo acerca da necessidade de prestigiar a categoria dos analistas.

Então esta é uma vitória do diálogo, é uma vitória da negociação, é uma vitória de todos.

E esta Casa está de parabéns pelo projeto.

Estamos, ainda, seguindo para tentar a mesma mediação do diálogo do governo com os professores universitários.

Mas a gente entende ser, extremamente, importante o reconhecimento da Comissão de Educação, da Liderança da Maioria e dos deputados desta Casa mediando e sendo os interlocutores de um pleito legítimo da categoria intermediado pelo Sintest.

Então, quero parabenizar o Sintest, o governo do Estado, esta Casa, todos os deputados da Comissão de Educação.

Deveremos seguir nas negociações, porque a mesa de negociação é permanente. A capacitação de técnicos e de analistas que, também, foi uma coisa colocada.

Por fim, presidente, gostaria de dizer que, depois de o acordo ser fechado, o nosso governador se sentou à mesa para dialogar com a categoria. Assim, acho interessante a gente estar, sempre, defendendo a negociação, porque todos saem ganhando.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23.349/2019

Altera a estrutura remuneratória da carreira de Técnico Universitário e o quantitativo de cargos por grau das carreiras de Técnico e Analista Universitário do grupo ocupacional Técnico-Específico das Universidades Estaduais, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O vencimento básico da Carreira do Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, passa a ser o constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os vencimentos básicos e os valores da Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU da carreira de Técnico Universitário passam a ser os constantes no Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Para fins do disposto no art. 29 da Lei nº 11.375, de 05 de fevereiro de 2009, o quantitativo de cargos, por grau e por universidade, das carreiras de Analista Universitário e Técnico Universitário passa a ser o constante do Anexo III desta Lei.

Art. 4º - Os proventos de inatividade e as pensões dos servidores da carreira de Técnico Universitário que possuem direito à paridade constitucional serão revistos nas mesmas datas, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 6º - Ficam revogados o art. 11 e o Anexo IX da Lei nº 13.184, de 17 de junho de 2014.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

Quadro Especial das Universidades Carreiras do Nível de Apoio - NA

Nível Apoio	Vencimento (R\$)
NA	998,00

ANEXO II

Grupo Ocupacional Técnico-Específico Técnico Universitário Tabela de Vencimentos

30 horas

Grau	Vencimento (R\$)
I	796,26
II	863,16
III	932,20
IV	1.006,80

Técnico Universitário

Tabela de Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU

30 horas

Grau	Nível		
	1	2	3
I	648,80	758,00	876,50
II	949,40	1.080,30	1.221,60
III	1.346,30	1.500,10	1.665,40
IV	1.781,70	1.959,20	2.149,10

Técnico Universitário
Tabela de Vencimentos
 40 horas

Grau	Vencimento (R\$)
I	1.009,35
II	1.099,22
III	1.187,20
IV	1.282,20

Técnico Universitário
Tabela de Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU
 40 horas

Grau	Nível		
	1	2	3
I	917,34	1.062,98	1.221,01
II	1.317,52	1.491,97	1.680,40
III	1.850,78	2.055,86	2.276,29
IV	2.435,16	2.671,83	2.295,06

ANEXO III

ANALISTA UNIVERSITÁRIO
QUANTITATIVO DE CARGOS POR GRAU

Grau	UNEB	UEFS	UESC	UESB
I	230	110	60	70
II	200	110	51	70
III	161	107	40	71
IV	100	69	27	45
V	60	60	20	33
VI	37	28	10	20
VII	24	15	7	12
VIII	16	10	5	8
IX	10	6	3	7

TÉCNICO UNIVERSITÁRIO
QUANTITATIVO DE CARGOS POR GRAU

Grau	UNEB	UEFS	UESC	UESB
I	412	280	140	180
II	425	228	180	180
III	154	120	90	133
IV	70	45	35	60

Como não há mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.